

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCAS BOCK DA COSTA

**ASCENSÃO DA CHINA:**

Uma Análise do Contexto Internacional e o Processo de Crescimento Econômico  
Chinês

FLORIANÓPOLIS, 2014.

LUCAS BOCK DA COSTA

**ASCENSÃO DA CHINA:**

Uma Análise do Contexto Internacional e o Processo de Crescimento Econômico  
Chinês

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

---

Florianópolis, 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Lucas Bock da Costa

**ASCENSÃO DA CHINA:**

Uma Análise do Contexto Internacional e o Processo de Crescimento Econômico  
Chinês

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota dez (10) ao aluno Lucas Bock da Costa na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Data da aprovação: 14/07/2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Helton Ricardo Ouriques**

---

**Profa. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti**

---

**Prof. Rodolfo Pallazzo Dias**

Florianópolis, 2014.

Aos meus familiares, pelo amor e suporte nesta e em futuras empreitadas;  
Aos amigos, que tornaram essa jornada a mais aprazível possível.

As consequências da ascensão da China são grandiosas. A China não é vassala dos Estados Unidos, como o Japão ou Taiwan, nem é uma reles cidade-Estado, como Hong Kong e Singapura. Embora seu poderio militar empalideça quando comparado ao dos Estados Unidos e o crescimento de suas indústrias ainda dependa das exportações para o mercado norte-americano, a riqueza e o poder dos Estados Unidos dependem igualmente, ou ainda mais, da importação de mercadorias chinesas baratas e da compra, por parte da China, de títulos do Tesouro norte-americano. O mais importante é que, cada vez mais, a China vem substituindo os Estados Unidos como principal motor da expansão comercial e econômica na Ásia oriental e em outras partes do mundo. (Giovanni Arrighi)

## **RESUMO**

O sucesso chinês de desenvolvimento econômico envolve um processo diretamente ligado ao contexto internacional do período da Guerra Fria. Dessa forma, para uma análise o mais completa possível da ascensão chinesa, não se pode deixar de levar em conta as relações interestatais de poder e a arquitetura do sistema financeiro internacional. De forma similar, não se podem relegar a um segundo plano as imbricações da dinâmica relação comercial entre os países do Leste Asiático. Possuindo esse foco e atento às políticas internas mais importantes para o desenvolvimento tomadas pelo Estado chinês, o presente estudo irá manter uma abordagem sistêmica de análise conjuntural global do processo de desenvolvimento chinês iniciado com a abertura econômica do país em 1978.

**Palavras-chaves: Desenvolvimento Econômico; China; Contexto Internacional; Guerra Fria.**

## **ABSTRACT**

The success of Chinese economic development involves a process directly linked to the international environment of the Cold War. Thus, to the best analysis of China's rise, one can not fail to take into account the inter-relationships of power and the architecture of the international financial system. Similarly, one can not relegate to the background the overlapping of dynamic trade relationship among the East Asian countries. Maintaining this focus and keeping attention to the most important internal development policies taken by the Chinese state, this study will maintain a systemic approach and a global cyclical analysis of the Chinese development process started with the economic opening in 1978.

**Keywords: Economic Development; China; International Environment; Cold War.**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEC – Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

BM – Banco Mundial

C&T – Ciência e Tecnologia

CEPA – Acordo de Parceria Econômica

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

EAM – Empresa de Aldeia e Município

EMN – Empresas Multinacionais

EUA – Estados Unidos da América

F&A – Fusão e Aquisição

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

IED – Investimento Externo Direto

MFN – Nação Mais Favorecida

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PCC – Partido Comunista Chinês

SPI – Índice de Progresso Social

SSMC – Sistema de Subcontratação de Múltiplas Camadas

UE – União Europeia

ZEE – Zona Econômica Especial

ZPE – Zona de Processamento de Exportação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E MARCO TEÓRICO</b> .....	14
<b>1.1 Considerações preliminares</b> .....	14
<b>1.2 As dimensões do desenvolvimento</b> .....	16
<b>1.3 Origens do subdesenvolvimento</b> .....	18
<b>1.4 Análise geral das teorias do desenvolvimento</b> .....	20
1.4.1 Os clássicos e os neoclássicos .....	20
1.4.2 A economia do desenvolvimento .....	23
1.4.3 Teoria da dependência .....	25
1.4.4 Os liberais e os neoliberais .....	29
<b>1.5 Balanço geral e justificativa da base teórica</b> .....	31
<b>CAPÍTULO II – CONDICIONANTES INTERNOS DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS</b> .....	36
<b>2.1 Considerações preliminares</b> .....	36
<b>2.2 Estado desenvolvimentista</b> .....	37
<b>2.3 Abertura econômica</b> .....	42
<b>2.4 Mão de obra intensiva</b> .....	44
<b>2.5 O setor exportador e o investimento em P&amp;D</b> .....	45
<b>CAPÍTULO III – A ASCENSÃO CHINESA E A CONJUNTURA INTERNACIONAL</b> .....	52
<b>3.1 Considerações preliminares</b> .....	52
<b>3.2 A ordem mundial</b> .....	54
<b>3.3 Política externa chinesa e o projeto de desenvolvimento</b> .....	60
<b>3.4 As relações econômicas com os EUA</b> .....	64
<b>3.5 A diáspora capitalista chinesa</b> .....	70
<b>3.6 Influências externas</b> .....	76
<b>3.7 Os investimentos externos diretos</b> .....	79

**CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 92**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 95**

## INTRODUÇÃO

O recente desenvolvimento chinês engloba um processo que se inicia em 1978 com as reformas de Deng Xiaoping. A manutenção de um período relativamente longo crescendo a taxas de mais ou menos 9% a.a. faz da ascensão chinesa um caso singular dentre todos os outros crescimentos econômicos ocorridos durante a segunda metade do século XX. Consequentemente, durante as três décadas de abertura econômica, a China passou da nona maior economia do mundo para a segunda posição. Essa ascensão, inserida em um contexto mais amplo de “milagres asiáticos”, fez surgir um novo eixo comercial dinâmico e mundial, localizado na região do Pacífico.

Atento a tais mudanças sistêmicas, o presente estudo terá como foco o desenvolvimento econômico ocorrido na China a partir da abertura de 1978. Nesse processo, procurar-se-á identificar os principais fatores do contexto externo e determinantes internacionais que atuaram a favor de tal ascensão. Em segundo plano, a análise irá relacionar o crescimento chinês com as outras etapas de desenvolvimento ocorridas no Leste Asiático, representadas pelo Japão em um momento inicial e por Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong (os Tigres Asiáticos) em uma etapa intermediária.

Mesmo tendo em mente a impossibilidade de apontar fatores isolados para compreender de forma satisfatória os determinantes do desenvolvimento nacional – ao menos no caso chinês, deve-se pensar “mais em termos de abrir um cadeado de segredo do que um de chave” (WADE apud ARRIGHI, 2008, p. 159) –, a análise do contexto externo permite a observação de como as políticas internacionais mitigam ou favorecem o projeto de desenvolvimento econômico e, mais especificamente, como a China soube lidar com esses fatores ao pôr em prática sua estratégia de crescimento. Para tal, será mantido o foco nas políticas e fatores determinantes para o desenvolvimento chinês a partir da segunda metade do século XX. Porém, a análise buscará, quando oportuno e necessário, voltar um pouco na linha do tempo com o objetivo de identificar aspectos que possam auxiliar na compreensão da situação em que a China se encontrava no momento do desenvolvimento em questão.

Sendo assim, parte-se da hipótese de que há uma relação direta entre o contexto internacional e o sucesso de um projeto de desenvolvimento periférico. Devido a essa ligação, o objetivo da pesquisa procurará ressaltar a importância da análise estrutural e

identificar os fatores externos que possibilitaram o crescimento econômico chinês observado a partir da década de 1980. De forma mais específica, tem-se como objetivos a análise das relações políticas internacionais e os interesses estatais externos na última década da Guerra Fria que possam ter trabalhado a favor da ocorrência do crescimento econômico chinês; a abordagem das variáveis econômicas em jogo na luta pelos interesses particulares de países ou empresas multinacionais que podem ter favorecido ou não a expansão da economia chinesa; a demonstração da importância de uma análise estrutural o mais acurada possível na formação de uma política nacional de crescimento econômico; e a apresentação do caso emblemático de crescimento econômico chinês e sua relevância para o deslocamento do eixo dinâmico do capitalismo mundial para a região do Pacífico.

O primeiro capítulo fará um apanhado geral do que algumas teorias têm a dizer sobre o desenvolvimento periférico. A análise investigará quais premissas dentre os clássicos, os economistas do desenvolvimento, os dependentistas e os liberais mais se encaixariam na trajetória seguida pela China em seu projeto de crescimento. O segundo capítulo dará especial atenção às políticas internas formuladas pelo Estado chinês e voltadas para o crescimento econômico. Ao tratar da política do PCC de abertura gradual da economia chinesa, será analisado principalmente o que Hirschman tem a dizer sobre o “etapismo” de um projeto de desenvolvimento econômico. Ainda nesta seção, o estudo de Amsden será bastante utilizado no que se refere ao papel do Estado desenvolvimentista, do investimento em P&D e da internalização da matriz tecnológica produtiva. Apesar de não ser o objetivo central da pesquisa, a seção se justifica pela necessidade de compreender como se deu o projeto chinês de desenvolvimento e por que a situação internacional teve os efeitos observados no âmbito interno do país. Por último, voltar-se-á ao ambiente mundial e às políticas internacionais que possibilitaram a ascensão chinesa. Neste ponto, a análise aqui proposta será baseada fundamentalmente em Arrighi e sua interpretação sobre a expansão geográfica do capital e as sucessivas etapas de milagres leste-asiáticos. Assim, será visto como o desenvolvimento periférico chinês foi beneficiado por situações globais passageiras e como está inserido em um contexto estrutural mais amplo de desenvolvimentos no Leste Asiático. Com isso, ficará mais claro que não é assim tão fácil a tentativa de emular o “modelo chinês” por parte de outros países em desenvolvimento.

As perspectivas são que a China continue a ter um crescimento econômico relativamente alto – apesar de isso não ser unanimidade entre os pesquisadores. À

medida que isso ocorre, cresce sua importância geopolítica e ficam mais complexas as relações internacionais. Diferente do Japão e da União Europeia, a China diverge com os EUA em diversas questões políticas e econômicas, possuindo uma posição mais soberana quanto ao interesse nacional. Por enquanto o crescimento chinês vem se caracterizando mais por seus aspectos econômicos, o que traz alusão a uma ascensão pacífica. Porém, não se pode descartar que essa talvez seja apenas uma primeira etapa do desenvolvimento.

## CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E MARCO TEÓRICO

### 1.1 Considerações preliminares

Existe uma abrangente gama de propostas na teorização do desenvolvimento econômico, cada uma com suas validades e deficiências. Apesar de ser impossível formular uma teoria geral do desenvolvimento, que se encaixe perfeitamente em todos os casos específicos de crescimento econômico, é possível identificar um conjunto de premissas – de diversas teorias – que reflita de forma mais adequada possível um dado processo de desenvolvimento histórico. É influenciado por essa perspectiva que será realizado um apanhado geral das teorias do desenvolvimento, buscando aqueles pressupostos que auxiliariam de alguma maneira na compreensão de um processo específico: o desenvolvimento econômico chinês do final do século XX. O próprio Banco Mundial (BM)

já advertiu aos pesquisadores do desenvolvimento ‘a serem céticos em relação a soluções universais, abrangentes, de cima para baixo – não importando quão bem intencionadas elas possam ser’ – e por destacar que a ‘análise econômica, por mais difícil que seja, na falta de modelos específicos, tem de ser feita caso a caso’. Os mesmos argumentos são expressos também por Easterly em seu apelo para que, em vez de serem ‘planejadores’ que agem de acordo com abordagens modelares, os praticantes do desenvolvimento devem antes ser ‘pesquisadores’ e procurar o que é factível em qualquer conjunto dado de circunstâncias individuais. (LEPENIES, 2009, p. 66-67)<sup>1</sup>

Uma teoria do desenvolvimento adequada deveria englobar aspectos da competição interestatal e do poder, não apenas analisar as capacidades endógenas dos Estados. Fiori (1999) vê ser fundamentalmente necessária a tentativa de relacionar o processo de desenvolvimento nacional à competição interestatal e à arquitetura monetária internacional – e critica a falta dessa correlação na grande maioria das teorias do desenvolvimento. Para o autor, existe uma relação direta entre os Estados, o sistema financeiro mundial e o processo de desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, a transparência da conjuntura atual [...] permite reconhecer a importância que sempre tiveram os sistemas de poder interestatal e os padrões monetários

---

<sup>1</sup> Raul Prebisch (2000) também acredita que “[u]ma das falhas mais visíveis de que padece a teoria econômica geral [...] é seu falso sentido de universalidade”. Mas nem por isso alega que se deve evitar tudo o que vem dos países desenvolvidos em termos de teoria econômica. Pelo contrário, deve-se ter em mente um “sólido conhecimento das teorias elaboradas nos grandes países, com sua grande profusão de verdades comuns. Não se deve confundir o conhecimento ponderado do que é do outro com uma submissão mental das ideias alheias” (PREBISCH, 2000, p. 80).

internacionais para os desenvolvimentos econômicos nacionais – três alicerces de uma arquitetura econômica e política mundial construída na segunda metade do século XIX, mas que se projetou sobre o século XX, criando os espaços, os bloqueios e as oportunidades de expansão cíclicas das economias periféricas. (FIORI, 1999, p. 41, ênfase adicionada)

Sabe-se que o desenvolvimento nacional depende em grande medida de políticas internas que fomentem o crescimento, a indústria, o investimento, a formação profissional e a ascensão na cadeia de valor produtiva. Porém, o presente trabalho buscará as condições ao crescimento periférico olhando para o outro lado da mesma moeda do desenvolvimento: os três alicerces citados por Fiori. Tendo a China como o caso empírico de estudo, procurar-se-á analisar as condições externas para o crescimento econômico da periferia e o que as teorias do desenvolvimento podem oferecer nesse campo.

Tanto a ampliação ou mudança na hierarquia dos países do centro quanto o crescimento acelerado e mesmo a diminuição significativa do atraso relativo dos países da periferia são processos que pouco ou nada têm de automáticos ou naturais e dependem, fundamentalmente, de estratégias internas de desenvolvimento dos Estados Nacionais. Por outro lado [...] o resultado final de tais projetos está fortemente associado, em cada período histórico, às condições externas. (MEDEIROS & SERRANO, 1999, p. 119, ênfase adicionada)

Nesse esforço de interligar o processo de desenvolvimento econômico ocorrido na China e as relações de poder instituídas pela arquitetura internacional do período, pode-se recorrer também a Medeiros e Serrano (1999). Segundo os autores, os países que almejam posições mais altas na hierarquia internacional enfrentam basicamente duas restrições externas: “i) as características gerais do sistema monetário internacional e em particular a forma pela qual o país central opera o padrão monetário internacional ii) a orientação geopolítica da(s) potência(s) dominante(s)” (MEDEIROS & SERRANO, 1999, p. 119-120).

No que tange ao primeiro ponto, realça-se que os países centrais detêm o controle do fluxo de financiamento internacional. Ademais, possuir relações comerciais privilegiadas com o país que emite a moeda internacional pode ser benéfico para o país periférico, já que, devido a sua posição nas finanças internacionais, o país emissor não está diretamente sujeito às restrições do balanço de pagamentos e cumpre papel central na expansão da demanda e da liquidez internacional. Assim, o país hegemônico pode incorrer em déficits na balança comercial bilateral por período mais duradouro. Já em relação ao segundo ponto, “a forma e a direção que a criação de mercados e a expansão da integração financeira comandada pelo país central assumirá será influenciada pela

situação geopolítica internacional, principalmente no que diz respeito às rivalidades e à natureza dos conflitos entre as principais potências internacionais” (MEDEIROS & SERRANO, 1999, p. 120). A posição geopolítica da China durante a Guerra Fria será analisada no decorrer do trabalho. Como será visto – e muito relacionado ao conceito de desenvolvimento a convite – a ascensão chinesa e o ambiente internacional, observando as duas restrições externas de Medeiros e Serrano e os três alicerces de Fiori, estiveram intimamente ligados, refletindo muito bem o determinante das condições internacionais favoráveis para o crescimento desse país periférico.

O capítulo seguirá com uma rápida teorização sobre o conceito de desenvolvimento aqui seguido e uma visão geral sobre as origens do subdesenvolvimento. Em seguida, fará um apanhado das teorias do desenvolvimento para poder analisar quais premissas isoladas refletiriam melhor o processo de crescimento econômico da China. Em síntese, o objetivo da presente seção não é argumentar a favor desta ou daquela teoria do desenvolvimento e de sua validade como teoria geral, mas sim identificar, dentro do vasto campo teórico, aquela que melhor ofereceria recursos para analisar o processo de crescimento econômico chinês.

## **1.2 As dimensões do desenvolvimento**

Antes de tudo, é necessário especificar rapidamente o conceito de “desenvolvimento” aqui seguido. Tal esclarecimento se faz necessário para não gerar dúvidas sobre o que se quer dizer ao mencionar o sucesso do “desenvolvimento” chinês. Celso Furtado (1980) apresenta três dimensões do desenvolvimento, as quais não são complementares nem excludentes entre si, mas que oferecem conceitos distintos.

A primeira dimensão trata o desenvolvimento segundo a racionalidade técnica ou instrumental, baseada na maior eficiência de um sistema de produção propiciada por uma maior acumulação e pelo progresso técnico. Essa é a dimensão de caráter quase que restritamente econômico, a qual analisa o desenvolvimento principalmente segundo os índices de PIB e renda per capita. Segundo elucidação do próprio Furtado, o desenvolvimento em sua primeira dimensão legitimaria a afirmação de que “os sacrifícios impostos à população seriam apenas as ‘dores do parto’ de um mundo melhor” (FURTADO, 1980, p. 6). Nesta dimensão, também se encaixa o conceito oferecido por Alice Amsden, para quem o desenvolvimento econômico “é um processo em que se passa de um conjunto de ativos baseados em produtos primários, explorados

por mão de obra não especializada, para um conjunto de ativos baseados no conhecimento, explorados por mão de obra especializada” (AMSDEN, 2009, p. 29). O desenvolvimento em sua primeira dimensão trata-se exclusivamente do desenvolvimento econômico.

A segunda dimensão leva em maior consideração a satisfação das necessidades humanas como reflexo do sucesso do desenvolvimento de uma sociedade. Seu caráter está mais baseado na racionalidade humana ou substantiva e vê a melhora na condição de vida do indivíduo como objetivo final do processo de desenvolvimento – não como simplesmente um “meio”, cujo fim o legitimaria através de avanços nos índices econômicos. Trata-se, pois, do desenvolvimento humano.

E a terceira dimensão classifica o projeto de desenvolvimento como uma estratégia de interesse de certos setores da sociedade e sua primazia na alocação de recursos escassos. Devido ao seu caráter político, essa dimensão é a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo pode parecer desperdício a outro, precisando de um discurso ideológico para ser imposta.

O caso da ascensão econômica chinesa é emblemático do ponto de vista da primeira dimensão do desenvolvimento. O crescimento chinês em números brutos é aterrador, não deixando dúvidas sobre a força de tal ascensão.

**Tabela 1:** Taxa Média de Crescimento do PIB Chinês, 1975-2009 (em %)

Ano	1975-79	1980-84	1985-89	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09
Crescimento	7	9,64	9,86	10,66	8,76	9,1	10,14

Fonte: Chinability. <http://www.chinability.com/GDP.htm>. Elaboração própria.

Porém, muitos são os críticos desse desenvolvimento, o qual não estaria mudando para melhor a vida de milhões de chineses. No caso aqui estudado, a segunda dimensão do desenvolvimento, baseado na racionalidade humana, não estaria no foco central, pois envolve aspectos mais endógenos do que externos de uma ascensão econômica<sup>2</sup>. Quanto à terceira dimensão, não há dúvidas de que o desenvolvimento chinês fora um projeto das elites políticas nacionais. O Partido Comunista Chinês (PCC) soube tratar o desenvolvimento econômico de seu país como uma ferramenta muito útil

<sup>2</sup> O desenvolvimento em sua dimensão humana poderia ser medido pelo Índice de Progresso Social (SPI, na sigla em inglês), proposto por Michael Green. Porém, o SPI poderia ser usado pelos países para fundamentar suas tomadas de decisões (âmbito interno), não sendo esse o foco do presente estudo. Dados disponíveis em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140418\\_pib\\_mm.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140418_pib_mm.shtml). Acesso em: 20/04/14.

no processo de estabilização política e legitimidade de seu governo. Contudo, o tratamento do desenvolvimento em sua terceira dimensão, assim como o da racionalidade humana, abarcaria aspectos mais endógenos do que externos, fora do objetivo principal da pesquisa.

Conclui-se que o alcance do desenvolvimento em sua primeira dimensão reflete claramente o desenvolvimento chinês. A melhora ou não na qualidade de vida da maior parte da população da China – apesar de que o crescimento seja “a chave do desenvolvimento econômico mais amplamente definido” (CHANG, 2009, p. 24)<sup>3</sup> – deveria ser assunto de pesquisa futura mais focada nos aspectos internos de tal ascensão<sup>4</sup>, já que o desenvolvimento em sua segunda dimensão será pouco explorado aqui. Cabe ressaltar que a terceira dimensão também encontra paralelos no caso chinês e, bem como a segunda dimensão, reflete um aspecto mais interno do desenvolvimento – legitimidade do governo, estabilização política, discurso ideológico. Porém, dado que a terceira dimensão do desenvolvimento seria a responsável pelas políticas protecionistas ligadas ao conceito de interesse nacional e economia nacional – com implicações internacionais – também se poderá recorrer à ideia do desenvolvimento em sua terceira dimensão quando se tratar da ascensão chinesa ao longo do trabalho.

### 1.3 Origens do subdesenvolvimento

As desigualdades de níveis de vida internacionais e o subdesenvolvimento se originam exatamente da intensificação do processo de acumulação e da concentração geográfica do avanço das técnicas produtivas. Esse processo fomenta a chamada Divisão Internacional do Trabalho (DIT), na qual os países se especializam na produção e exportação daqueles produtos os quais possuem vantagens comparativas em âmbito internacional.

A DIT é uma das etapas do processo histórico da formação do sistema econômico mundial que teria concentrado a inovação tecnológica e o desenvolvimento em determinadas regiões do globo. Para Furtado, as regiões em que se localizou a

---

<sup>3</sup> Em teoria, Prebisch também possui uma visão parecida. Ele acredita que o crescimento econômico é um bom mecanismo para medir o aumento da qualidade de vida, pois com o aumento da industrialização, o país tende a sofrer uma pressão interna pelo aumento da renda de seus trabalhadores: “A industrialização, ao aumentar a produtividade, fará subirem os salários” (PREBISCH, 2000, p. 89).

<sup>4</sup> Alguns autores defendem que de fato houve uma melhora substancial na qualidade de vida da população chinesa a partir dos anos 1980. Para tal, ver Costa (2010) e Nonnemberg (2010). Porém, essa não é uma hipótese aceita de forma unânime: ver Petras (2006).

aceleração da acumulação tenderam a especializar-se nas atividades com maiores oportunidades ao avanço da técnica, “transformando-os em focos geradores do progresso tecnológico” (FURTADO, 1980, p. 22).

[...] a situação do subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. (CARDOSO; FALETTI, 1975, p. 25-26)

O problema de tal especialização na DIT é a chamada “deterioração dos termos de troca”, oposta à lei das vantagens comparativas. A teoria de Prebisch é muito interessante para a análise da manutenção do subdesenvolvimento dentro da economia mundial. Ele mostra que os produtos primários passaram a valer cada vez menos em relação aos produtos finais das indústrias entre 1870 e 1930 (PREBISCH, 2000). Houve a deterioração dos termos de troca em prejuízo da periferia. Isso ocorreu principalmente porque os preços dos produtos industrializados não baixaram devido ao progresso técnico (o que se acreditava que iria ocorrer), mas inclusive aumentaram devido ao aumento da renda dos empresários (lucro) e dos trabalhadores industriais nos países centrais. “Em outras palavras, enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico” (PREBISCH, 2000, p. 83).

Em um estudo sobre o desenvolvimento de países centrais e periféricos entre os séculos XVIII e XX, Alice Amsden demonstra que os países desenvolvidos de fato investiram no aumento da produtividade e no aperfeiçoamento tecnológico, enquanto os países mais atrasados recorreram à diminuição salarial para cortar os custos de produção e tornarem-se capazes de concorrer com os produtos do centro (AMSDEN, 2009). Essas escolhas – impostas ou não – foram o que separaram os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos no decorrer da história do desenvolvimento capitalista.

Os defensores do status quo criado pela DIT agarram-se à ideia de direito à propriedade intelectual, pois o progresso técnico deve, em última instância, viabilizar a acumulação. Respeitadas as instituições relativas à propriedade intelectual garantir-se-ia a concentração da tecnologia em determinados polos mundiais avançados economicamente. Conclui-se, a partir dessa relação, que a detenção da tecnologia é um instrumento de poder.

Essa pequena introdução sobre as dimensões do desenvolvimento e a origem do subdesenvolvimento é importante para se observar que o desenvolvimento chinês,

pautado pelos índices econômicos de crescimento e dirigido pela classe do PCC, foi de encontro às premissas da DIT, notando acertadamente que o desenvolvimento sustentável a longo prazo deve passar por uma reestruturação da malha tecnológica do país. Tratando a tecnologia como um instrumento de poder na competição do mercado interestatal, a China pôde “desconcentrar” geograficamente parte do progresso técnico fomentador do desenvolvimento. Ou seja, o país conseguiu internalizar parte do aparato tecnológico moderno com o objetivo de agregar valor à sua pauta produtiva.

#### **1.4 Análise geral das teorias do desenvolvimento**

A seguir, procurar-se-á identificar, dentro de uma vasta gama teórica, o que diversas correntes têm a dizer sobre as condições para o processo de desenvolvimento periférico. Com isso, será identificado o conjunto de premissas e hipóteses melhor observado no caso chinês de desenvolvimento, oferecendo embasamento teórico para uma compreensão mais completa da ascensão da China. De forma geral, será analisado o que os clássicos, os neoclássicos, os economistas do desenvolvimento, os dependentistas e os neoliberais têm a dizer sobre o desenvolvimento periférico.

##### **1.4.1 Os clássicos e os neoclássicos**

Entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX, os clássicos acreditavam que a expansão do mercado criaria a universalização da riqueza capitalista, ideia levada ao extremo por David Ricardo (defensor da especialização através das vantagens comparativas) e pelos aderentes ao livre comércio. Essa alegação já mostrava não corresponder com a realidade após 1850, quando era visível a concentração da riqueza em um determinado número de Estados europeus (HOBSBAWM, 2010)<sup>5</sup>. Os clássicos ainda possuíam uma visão ortodoxa do desenvolvimento econômico, pois acreditavam que seus teoremas eram universalmente válidos (defensores da “monoeconomia”). Além disso, eles defendiam a tese de que na economia de mercado todos os participantes tiram proveito de sua participação voluntária, ou seja, o

---

<sup>5</sup> Eric Hobsbawm, em “Era do Capital”, separa dois capítulos com títulos bem sugestivos para escrever sobre esse período: “Perdedores” e “Vencedores”. De fato “nunca, portanto, os europeus dominaram o mundo de forma tão completa e inquestionável como em [...] 1848 a 1875” (HOBSBAWM, 2010, p. 213).

intercâmbio comercial é bom tanto para o centro quanto para a periferia, desde que sejam obedecidas as premissas da DIT (HIRSCHMAN, 1986).

Um dos grandes problemas dos clássicos foi que eles não levaram em consideração a competição interestatal, inclusive criticando os mercantilistas nesse ponto. Assim, Adam Smith e David Ricardo defendiam a ideia das vantagens absolutas e comparativas e a especialização dos Estados visando a um bem maior, ou seja, como políticas benéficas para o crescimento da economia mundial – sendo praticamente nulo o componente da “competição”. No decorrer desse processo, ocorreria a convergência das economias globais. Além disso, David Hume faz uma crítica à competição interestatal do mercantilismo e defende a tese do progresso econômico que seria inevitável com as relações de livre comércio entre as nações (FIORI, 1999).

A teoria clássica do livre-mercado só soube se impor através da legitimação dada a autores como Smith e Ricardo na luta contra o mercantilismo. Como citou Polanyi:

o laissez-faire nada tinha de natural; os mercados livres nunca teriam surgido do mero permitir que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão [...] foram criadas com a ajuda de tarifas protetoras, estímulos à exportação e subsídios indiretos ao salário, o próprio laissez-faire foi imposto pelo Estado. (POLANYI apud CHANG, 2004, p. 47)

Essa legitimação foi fomentada pelo Estado quando a Grã-Bretanha alcançou seu desenvolvimento, e não antes – o desenvolvimento britânico esteve intimamente ligado a políticas protecionistas e de intervenção estatal (CHANG, 2004). Ou seja, os pressupostos ortodoxos dos clássicos podem ser vistos menos como uma política que vise o real desenvolvimento periférico e mais como uma imposição daqueles que conseguiram se desenvolver sem seguir passo a passo as regras que agora exportam.

Stuart Mill difere um pouco ao sustentar, “contra Smith e Ricardo, que a simples expansão dos mercados e liberação das exportações inglesas não asseguraria o ritmo indispensável de crescimento das economias exportadoras de alimentos e matérias-primas”, razão pela qual Mill defendesse que “a necessidade do crescimento ‘periférico’ fosse acelerado [...] através da expansão do crédito criado pela exportação de capitais ingleses” (FIORI, 1999, p. 18). Ainda assim, o grande foco dos clássicos permanece fora dos aspectos internacionais e da competição interestatal.

Situado nesse período, mas oposto às premissas clássicas, George Friedrich List, em 1841, trouxe de volta o debate dos mercantilistas e defendeu a visão da desvantagem para a periferia da divisão internacional do trabalho (FIORI, 1999). Ademais, para o economista, o livre-comércio – ideia exportada pelas nações que conseguiram alcançar

o desenvolvimento – seria benéfico apenas para economias em um nível semelhante de industrialização (CHANG, 2004). Para List, as vantagens comparativas e a especialização levariam à destruição das forças produtivas de uma nação:

Na contramão do seu tempo, List defendeu o livre câmbio como uma política vantajosa apenas para as potências econômicas mais avançadas. Nesse sentido, defendeu, também, o protecionismo como caminho indispensável da industrialização e da acumulação de riqueza, e poder, por parte dos países europeus que pretendessem concorrer com a Inglaterra. Não é necessário lembrar que para List, ao contrário dos demais economistas clássicos, a política, a nação e a guerra são elementos essenciais de todo e qualquer cálculo econômico, na medida em que, para ele, a produção e distribuição da riqueza mundiais é um jogo de soma negativo, onde há e haverá sempre lugar para muitos poucos Estados nacionais poderosos. (FIORI, 1999, p. 21)

Porém, List era uma exceção que confirmava a regra de que os clássicos ou negavam totalmente as interações interestatais no sistema internacional que levariam ao processo de desenvolvimento ou, como Stuart Mill, poderiam até citar que a convergência das economias internacionais não seria algo natural ao livre mercado, mas sem entrar em detalhes sobre a influência da conjuntura internacional no processo de crescimento. Sendo assim, a teoria clássica do desenvolvimento pouco tem a elucidar sobre a ascensão econômica chinesa.

A partir da segunda metade do século XIX, a corrente neoclássica procurou analisar os movimentos colonialistas da África e da Ásia. Aqui, o estudo do desenvolvimento passou a um segundo plano, pois ainda era visto como um processo natural, independente do momento e do lugar que pudesse ocorrer. Primeiramente, os neoclássicos se centraram no comportamento microeconômico dos indivíduos e das firmas. Apenas mais tarde, eles retornaram ao debate político do desenvolvimento, influenciados pela ideia de que a missão civilizatória e progressista da expansão europeia seria benéfica para o crescimento econômico da periferia (FIORI, 1999).

Em síntese, os neoclássicos partiam das mesmas premissas de seus antepassados no referente à defesa do livre comércio e na consequente convergência das economias mundiais que aderissem a esse sistema de expansão europeia. Ora, o modelo chinês de desenvolvimento econômico vai exatamente de encontro a esses pressupostos, pois envolveu a intervenção do Estado na economia e a proteção das indústrias nacionais. Ademais, os neoclássicos deixam em segundo plano a análise histórica do desenvolvimento (CHANG, 2004), o que para o estudo das condições externas favoráveis ao ressurgimento chinês pode resultar em falha analítica.

#### 1.4.2 A economia do desenvolvimento

Depois de 1945, o mundo passa por uma epidemia do desenvolvimento. O desenvolvimentismo tomava conta do pensamento político e dos assuntos jornalísticos. “As Nações Unidas proclamaram os anos 70 como a Década do Desenvolvimento” (WALLERSTEIN, 2002, p. 123). O PIB per capita passa a ser o principal indicador do desenvolvimento econômico<sup>6</sup>. O desenvolvimentismo passa a influenciar diversas correntes teóricas durante esse período, por isso é difícil separar completamente a Economia do Desenvolvimento das teorias citadas na sequência. Porém, resolveu-se agrupar os mais famosos teóricos da maneira que se segue, obedecendo a suas premissas principais.

Para os desenvolvimentistas dos anos 1950, a superação do subdesenvolvimento seria alcançada através da industrialização dos países atrasados. Além disso, sua crítica aos clássicos mostrava o apelo que essa corrente fazia ao keynesianismo e à intervenção estatal. Segundo Hirschman, dois princípios gerais são válidos para as mais diversas vertentes da economia do desenvolvimento: a recusa ao princípio monoeconomicista defendida pelos neoclássicos, ou seja, a defesa da inexistência de uma teoria geral do desenvolvimento; e a afirmação do princípio da reciprocidade das vantagens do comércio internacional, mesmo que essas sejam assimétricas (HIRSCHMAN, 1986).

Porém, hoje se percebe que “a principal fragilidade da discussão teórica e das estratégias político-econômicas daquela época decorreu da mesma ambiguidade dos clássicos no tratamento da relação entre o Estado, as economias nacionais e os sistemas econômico e político internacionais” (FIORI, 1999, p. 26). Ou seja, de forma geral, a economia do desenvolvimento ainda mantinha uma análise deveras endógena do desenvolvimento, pouco interligando este às relações interestatais e ao sistema financeiro internacional.

No desenvolvimentismo anglo-saxão (“development economies”), a ausência da análise internacional para o processo de crescimento econômico esteve ainda mais presente. Para Rosestein-Rodan, a pequena dimensão do mercado interno bloqueava a industrialização dos países atrasados, logo o Estado deveria intervir para treinar mão de obra e incentivar os investimentos a longo prazo, os quais não eram realizados devido à

---

<sup>6</sup> Para uma referência sobre o surto desenvolvimentista dos anos 1950 nos países em desenvolvimento, ver Amsden (2009).

incompetência do empresariado local (FIORI, 1999). Segundo Nurkse, o problema da escassez de poupança era mais uma causa do atraso e considerava indispensável o papel do Estado como indutor do investimento doméstico (FIORI, 1999). Para Arthur Lewis, a mão de obra barata nos países atrasados era um fator de grande potencialidade para o aumento do lucro uma vez que esses níveis salariais fossem estendidos a vários setores da produção interna. Logo, o Estado deveria conter o poder sindical interno e proteger o setor capitalista doméstico da competição externa (FIORI, 1999). Já Walter Rostow defendia a ideia neoclássica do desenvolvimento como um processo natural e por etapas, mas adicionava que caberia ao Estado o papel de orientar e fomentar esse processo (FIORI, 1999). Além disso, devido a sua semelhança com os neoclássicos, Rostow era a favor do princípio clássico da monoeconomia – um único caminho poderia ser seguido por todos os tipos de países para alcançarem o desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1986). Como se pode notar, todos os teóricos desenvolvimentistas acima davam primazia às condições e políticas internas dos Estados.

Porém, alguns teóricos da economia do desenvolvimento desse período fugiam da ideia neoclássica dentro do desenvolvimentismo e se voltavam mais para os pressupostos estruturalistas. Gunnar Myrdal e principalmente Albert Hirschman viam a necessidade de um “agente articulador” forte para induzir investimentos e conduzir o desenvolvimento periférico, o qual não viria por si só devido aos “gargalos de mercado”<sup>7</sup> e à hierarquia dentro da cadeia produtiva mundial (FIORI, 1999). Hirschman ainda acreditava que as relações comerciais interestatais poderiam ter vantagens mútuas, sendo o “big push” dos países centrais benéfico para os países atrasados através “da expansão das trocas, transferências financeiras e assistência técnica” das metrópoles industriais; “uma contribuição considerável [...] para o esforço do desenvolvimento da periferia” (HIRSCHMAN, 1986, p. 64).

Dessa forma, Albert Hirschman concluiu, nos anos 1980, que a superação do atraso não poderia ser feita apenas através da política interna das nações. Essa ideia o destacou do grupo desenvolvimentista mais geral, pois antes disso acreditava-se que a política interna “era capaz de matar sozinha ou quase o dragão do ‘atraso’ – ou de que, pelo menos, ela traria para esse combate a contribuição decisiva”, porém “sabemos hoje que não é nada disso” (HIRSCHMAN, 1986, p. 78).

---

<sup>7</sup> Gargalos estes também denominados “mão oculta”. “Um projeto de desenvolvimento só pode ser bem sucedido a longo prazo se forem tomadas medidas adequadas em resposta a dificuldades e problemas inesperados que a mão oculta obscurece” (LEPENIES, 2009, p. 80).

Ademais, dentro do período teórico do desenvolvimentismo, surgiu uma corrente estruturalista e cepalina que ia de encontro ao “development economies”, e que faziam parte, entre outros, Raul Prebisch, Celso Furtado, Oswaldo Sunkel e Hans Singer. Raul Prebisch (2000) via uma ligação íntima entre o desenvolvimento econômico e o comércio exterior, relacionando o crescimento à interação entre Estados. Para ele, o setor exportador seria fundamental para uma intensa formação de capital. Tendo seu foco nos países da América Latina, Prebisch também percebeu que, devido à baixa propensão interna a poupar, o investimento estrangeiro e o comércio exterior seriam importantes ferramentas para acumular o capital necessário para a industrialização. Esse capital estrangeiro seria então fundamental para quebrar o círculo vicioso dos países latino-americanos: “a produtividade desses países é muito baixa, porque falta capital; e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, em virtude dessa baixa produtividade” (PREBISCH, 2000, p. 109). Porém, Prebisch e os cepalinos serão retomados com maiores detalhes na próxima seção.

#### 1.4.3 Teoria da dependência

As várias correntes da Teoria da Dependência surgiram com força na América Latina entre os anos de 1960 e 1970. As ideias gerais da economia do desenvolvimento influenciaram os teóricos da dependência, os quais adicionaram novas premissas à hipótese original de intervenção estatal e relações internacionais, permeados por um ambiente de maior pessimismo em relação ao desenvolvimento dentro do sistema capitalista. Podem-se identificar três correntes principais dentro da teoria da dependência.

Paul Baran, André Frank, Theotonio dos Santos, Samir Amin e Immanuel Wallerstein são altamente influenciada pela Teoria do Imperialismo e pela ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, muito defendida por Frank<sup>8</sup> (FIORI, 1999). Para eles, o subdesenvolvimento seria uma condição inerente ao desenvolvimento capitalista e a um sistema hierarquizado, onde os países industrializados exploram a periferia vendendo seus produtos através de uma aliança com as elites desta. "O capitalismo monopolista passara a bloquear o desenvolvimento dos países atrasados"

---

<sup>8</sup> Para essa vertente da Teoria da Dependência, o desenvolvimento do subdesenvolvimento seria algo inerente ao modelo capitalista, cuja expansão global “gerava desenvolvimento (riqueza) em seus pontos centrais (Europa ocidental e, mais tarde, América do Norte e Japão) e ao mesmo tempo subdesenvolvimento (pobreza) no resto do mundo” (ARRIGHI, 2008, p. 37).

(FIORI, 1999, p. 31). Assim, a industrialização da periferia só poderia ocorrer através de revolução e da separação do centro. Frank considera que a industrialização periférica corresponde a “uma nova modalidade de exploração secular que o imperialismo impunha aos trabalhadores da região subdesenvolvida, em aliança com a elite local” (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 42), sendo a revolução a única saída para o projeto de industrialização dessa região. Segundo Wallerstein, “dentro da economia-mundo capitalista todos os estados não podem se 'desenvolver' simultaneamente por definição, já que o sistema funciona por força de ter núcleos desiguais e regiões periféricas” (FIORI, 1999, p. 32).

A premissa de que o desenvolvimento é desigual e de que o crescimento econômico concomitante – e sustentável – de vários países periféricos é impossível em um sistema internacional de intensa competição interestatal possui grande validade. Essa hipótese reflete a realidade da ascensão chinesa em relação a suas contrapartes, já que a China acelerou seu padrão de crescimento enquanto diversos outros “milagres econômicos” da periferia do sistema mundial foram ficando pelo caminho no decorrer dos anos 1980. Porém, a tese de que o desenvolvimento periférico só possa ocorrer através de uma separação do centro parece demasiado extrema para o caso em estudo. A China, apesar de seu passado recente revolucionário com Mao Tsé-Tung, tem o envolvimento com a ordem mundial e a inserção aos organismos internacionais como fatores nevrálgicos para a execução de sua estratégia de desenvolvimento. O crescimento chinês a partir de 1980 não veio acompanhado por uma atitude conflituosa entre a China e o centro de poder, mas sim por um envolvimento soberano com as potências e por uma participação ativa nas mesmas instituições às quais estas pertencem. De fato, “a China joga as regras colocadas pelo centro do sistema capitalista” (JABBOUR, 2010, p. 242).

Ademais, segundo Arrighi, a ascensão do Leste Asiático pode significar o fim histórico da dominação ocidental na Ásia (OURIQUES, 2011). Essa hipótese vai de encontro à vertente dos teóricos da dependência que defende a condição quase eterna de vulnerabilidade de uma região periférica em relação ao centro do sistema internacional. A dinamização do capitalismo no Leste Asiático estaria devolvendo ao Extremo Oriente o título de epicentro do comércio mundial, assim como foi o Mediterrâneo no século XV. Por último, as relações de troca entre centro e periferia não envolvem sempre uma condição de exploração e subordinação; Aníbal Pinto vê essa interpretação como “catastrofismo” (HISRCHAMN, 1986). As relações comerciais entre centro e periferia

podem sim ser de “difusão”, e não apenas “polarização” – para utilizar termos de Hirschman –, contando que o Estado saiba controlar essas relações e dirigir o comércio e investimentos para setores estratégicos ao seu desenvolvimento, como conseguiu fazer a China.

Se enquanto várias outras nações falhavam em manter taxas constantes de alto crescimento e o caso chinês demonstrava que de fato o desenvolvimento não é para todos, dizer que a industrialização chinesa provém de um processo revolucionário e de separação do centro (diretrizes dessa primeira vertente da dependência) não condiz com a realidade.

A teoria da dependência em sua vertente cepalina – considerada por muitos uma “corrente regional” da economia do desenvolvimento – vê a DIT como um aprofundamento das condições de subdesenvolvimento a que é relegada os países periféricos. Segundo Furtado (1980), devido à DIT, a periferia tende a modernizar seu padrão de consumo de forma similar aos países centrais<sup>9</sup>. Porém, naqueles não ocorre o processo de desenvolvimento tecnológico que se dá nestes. Como consequência, a ideia de dependência e subdesenvolvimento pauta-se na “importação” da reprodução de um modo de vida central pelos países periféricos, mesmo sem os meios adequados para tal.

A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto na transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. Desenvolvimento e subdesenvolvimento, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser as resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considera-los como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. (FURTADO, 1980, p. 23)

Prebisch (2000) ainda vê que, para que ocorra a industrialização, a América Latina deve mudar sua pauta de importação, dando prioridade aos bens de capital. Tendo sempre em mente que essas importações devem ser pagas pelas exportações, percebe-se aí um limite que depende desse último setor. Consequentemente, valendo-se do setor exportador para pagar pelas importações, a América Latina fica dependente do aumento da renda nos EUA e na Europa (traduzido por um aumento nas importações do centro), algo que “escapa à determinação direta da América Latina” (PREBISCH, 2000, p. 119). O desenvolvimento periférico, portanto, dependeria em última instância de um

---

<sup>9</sup> Sobre a modernização do padrão de consumo periférico nos moldes dos países centrais, ver também Prebisch (2000).

componente fora do alcance dos países periféricos: a boa saúde econômica dos países centrais.

Essa corrente da teoria da dependência tampouco seria a mais adequada para explicar o desenvolvimento chinês, pois apesar de ser considerado um país periférico, a China dos anos 1980 parece não ter sucumbido à vontade de modernizar seu padrão de consumo nos moldes dos países centrais. A sociedade chinesa é muito tradicional e não teria sentido a necessidade de acompanhar o padrão de consumo e a cultura ocidentais. Sendo assim, apesar da validade em vincular as relações externas e as formas internas de dominação social na teorização do processo de desenvolvimento, o relativo isolacionismo chinês, aliado ao fechamento político do PCC, oferecem algumas razões pelas quais a China não possa se encaixar nas especificidades do típico país periférico como teorizado pela vertente cepalina da teoria da dependência. Seu passado histórico, ocupando durante muito tempo a posição de centro de um sistema econômico regional, faz com que a particularidade do caso chinês não permita que esse país possa ser caracterizado como a periferia típica adotada pela teoria da dependência. Por último, baseando-se primordialmente nos países latino-americanos, a corrente cepalina não é apropriada para entender o desenvolvimento econômico ocorrido no Leste Asiático e o processo pelo qual passou a China.

Uma terceira corrente, em que se encaixam Fernando Henrique e Enzo Falleto, crê que “um desenvolvimento dependente e associado às metrópoles não tendia necessariamente à estagnação e que era perfeitamente viável do ponto de vista capitalista” (FIORI, 1999, p. 33). As relações entre centro e periferia seriam, de certa forma, úteis a esta, já que tais “ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais” (CARDOSO; FALETO, 1975, p. 125). Seu enfoque está voltado principalmente para as relações entre os interesses de grupos domésticos e o mercado internacional, englobando muitos aspectos da terceira dimensão do desenvolvimento. Por essa razão, apenas citá-los já se torna suficiente<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Uma análise mais aprofundada levando em conta a terceira dimensão do desenvolvimento e esta terceira corrente da Teoria da Dependência exigiria uma maior atenção ao projeto de legitimidade do PCC e da disputa interna das elites chinesas para impor seus interesses particulares. Tal abordagem excederia a proposta do presente trabalho de análise estrutural externa.

#### 1.4.4 Os liberais e os neoliberais

Após a Primeira Guerra Mundial, voltou à tona a corrente liberal de desenvolvimento econômico, liderada pelos EUA. Foi dada a largada para a chamada “geocultura do desenvolvimento” (segundo expressão cunhada por Wallerstein), capitaneada pelas propostas de desenvolvimento econômico e autodeterminação tanto dos EUA (com W. Wilson) quanto da URSS (com Lenin). Essa geocultura do desenvolvimento viria a conhecer seu apogeu após a Segunda Guerra, com o processo de descolonização africano e asiático e com as condições de bipolaridade impostas pela Guerra Fria (FIORI, 1999).

No período pós-Segunda Guerra, os dois polos de poder promoveram políticas de desenvolvimento econômico nos países periféricos para tentar angariar o maior número de aliados possível, não por pura benevolência, mas como empreendimento na contenção do poder de influência do lado oposto. Os caminhos a serem trilhados eram antagônicos, mas os objetivos eram os mesmos: o desenvolvimento econômico e a inserção da periferia no sistema internacional. A política criada anos antes por W. Wilson defendia os pressupostos liberais e as estratégias fomentadas por Lenin, defendiam a premissa anti-imperialista e socialista. “Com isso, o wilsonismo e o leninismo surgiram como doutrinas adversárias concorrendo pela adesão dos povos das regiões periféricas” (WALLERSTEIN, 2002, p. 119).

Depois de 1945, a ideia do desenvolvimento voltou ao ápice das políticas públicas e internacionais. Com a largada na frente dos EUA como hegemonia mundial, as organizações internacionais exerceram um importante papel na difusão dos pressupostos liberais.

As próprias Nações Unidas e várias outras instituições multilaterais criadas depois da Guerra colaboraram decisivamente na formulação e difusão das novas ideias que acompanharam os programas de ajuda internacional e os financiamentos do Banco Mundial. Criar infraestruturas, modernizar instituições e incentivar as industrializações nacionais passaram a ser as palavras de ordem do mundo político e os temas que mais frequentavam as preocupações acadêmicas do Terceiro Mundo. (FIORI, 1999, p. 23)

O fim de diversos “milagres econômicos” periféricos em 1980 trouxe à tona uma renovação das ideias liberais. O neoliberalismo alegava que os principais culpados pelo fracasso do desenvolvimento de alguns países periféricos devia-se ao intervencionismo estatal e ao protecionismo econômico. Entra em voga, então, um período de reformas neoliberais, uma nova ordem mundial (CHANG, 2004). A teoria neoliberal dava mais valor à contenção da inflação e visava a estabilidade monetária, defendendo “políticas

industriais do laissez-faire internamente; poucas barreiras aos fluxos internacionais de bens, capital e trabalho; e estabilidade macroeconômica nacional e internacional” (CHANG, 2004, p. 31). É a volta do neoclássico na busca pelo desenvolvimento através do livre mercado (FIORI, 1999).

Assim, pode-se relacionar o ressurgimento do neoliberalismo com o clima ideológico internacional de pessimismo em relação ao fracasso dos milagres periféricos dos anos 1980 e do crescente predomínio da ortodoxia liberal, desembocando no receituário do Consenso de Washington de ajustes recessivos à crise nos países periféricos. Porém, após poucos anos em voga, o Consenso de Washington já vinha passando por críticas de seus próprios formuladores:

Esta revisão crítica, feita pelo próprio establishment multilateral de Washington, veio sendo induzida, já na primeira metade dos anos 90, pela catástrofe da transição econômica russa, pelo sucesso heterodoxo do Leste Asiático (até 1997) e da China, e pela visível ‘inapetência’ para o crescimento do novo modelo liberal latino-americano. (FIORI, 1999, p. 38, ênfase adicionada)

Não é necessário entrar em muitos detalhes para demonstrar que o desenvolvimento chinês esteve longe de representar um modelo de aceitação incondicional dos pressupostos neoliberais. O próprio sucesso chinês foi reconhecido como avesso ao ditado pelos formuladores do Consenso de Washington.

Fiori refere-se ao “desencanto com a utopia global” para representar a falha do modelo liberal no processo de desenvolvimento periférico (FIORI, 1999). Essa utopia seria a ideia neoliberal de que apenas a competição interestatal seria suficiente para uma convergência e aumento das economias mundiais. O fim do século XX mostrou, através de sucessivas crises e do sucesso de países asiáticos que não aplicavam cegamente as premissas neoliberais, que essa ideia era falsa. Assim, foram esgotadas “as profecias da economia clássica e a expectativa ingênua de desenvolvimento dos neoclássicos” (FIORI, 1999, p. 40).

O propósito da presente seção procurou identificar, dentre várias teorias do desenvolvimento, aquela(s) que possui(em) pressupostos adequados que se encaixem no processo de desenvolvimento chinês e sua íntima relação com o ambiente internacional. Analisado rapidamente o que as teorias mais abrangentes têm a dizer sobre o desenvolvimento periférico, resta apenas identificar as premissas mais interessantes para essa pesquisa e realizar um balanço geral do que foi dito até aqui.

## 1.5 Balanço geral e justificativa da base teórica

Após um apanhado geral das teorias do desenvolvimento e seus principais pressupostos, pode-se concluir que as premissas clássicas e liberais não representam de forma satisfatória o tipo de modelo seguido pela China para alcançar o desenvolvimento econômico. A defesa do livre comércio e da não intervenção estatal são pontos fundamentais dessas correntes; e o que vemos na China foi uma política estatal de intervenção na economia para alcançar o desenvolvimento através da proteção de suas indústrias nacionais. Além disso, o próprio fato dos clássicos defenderem a universalização de uma teoria do desenvolvimento, a qual mostraria etapa por etapa os estágios que devem ser seguidos por qualquer país para alcançar o desenvolvimento, torna a teoria ortodoxa inoperante. O termo “socialismo com características chinesas” já demonstra ser avesso a um padrão único desenvolvimentista. Para reforçar essa negação ao princípio do monoeconomicismo, vale a pena transcrever uma passagem de Hirschman quando este se refere a outro economista:

Gerschenkron demonstra, de uma vez por todas, que – para ter acesso ao desenvolvimento – pode existir mais de um caminho, e que é verossímil que todo país que decide se industrializar determinará por si mesmo a política, a ordem de prioridades e a ideologia que lhe parecerem mais adequadas a esse fim. (HIRSCHMAN, 1986, p. 63)<sup>11</sup>

A política ortodoxa difundida pelos países centrais exerce pressão sobre os países em desenvolvimento para a adoção do livre-comércio e outras políticas que as próprias nações avançadas não levaram ao pé da letra durante seu processo de desenvolvimento<sup>12</sup>. Assim, os países desenvolvidos estariam “escondendo o segredo de seu sucesso” e “não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento” (CHANG, 2004, p. 13). A China não seguiu fielmente o receituário ortodoxo durante o processo de desenvolvimento, pois desde sua abertura existe uma “subordinação dos interesses capitalistas ao interesse nacional” chinês (ARRIGHI, 2008, p. 366). Como cita Alice

---

<sup>11</sup> Hirschman ainda alegava que a visão monoeconômica representaria a “síndrome do economista visitante [...] na qual peritos externos emitem prescrições de política invocando ‘princípios e remédios universalmente válidos’ depois de ‘uma familiarização estritamente mínima com o paciente’” (LEPENIES, 2009, p. 87).

<sup>12</sup> É baseado em pressões como essas exercidas pelas nações que conseguiram alcançar o desenvolvimento que List cunhou a expressão “chutando a escada” do desenvolvimento periférico; expressão que influenciou a obra de Chang aqui utilizada (CHANG, 2004).

Amsden ao se referir ao desenvolvimento chinês, “o laissez-faire estava fora de questão” (AMSDEN, 2009, p. 274).

No período de dominação do pensamento clássico, um pensador se destaca por sua recusa ao pensamento geral difundido por esse grupo. List, já no século XIX, fala em competição interestatal como fator fundamental a ser levado em conta no processo de desenvolvimento nacional e analisa a pressão exercida pelos países desenvolvidos àqueles em desenvolvimento para a adoção de “políticas e instituições boas” (CHANG, 2004). Influenciado pelo mercantilismo, conclui que o desenvolvimento seria relegado apenas a um seleto grupo de países. Suas propostas, visionárias à época, são muito interessantes na análise de estratégias de crescimento econômico similares ao da China dos anos 1980.

Outro teórico que deve ser levado em consideração e que se destaca de seu grupo é Hirschman e sua defesa do desenvolvimento por etapas. Os desenvolvimentistas, como foi visto, incorreram em certas falhas que não refletem de forma mais eficaz possível o caso em questão e a proposta do presente estudo – principalmente pela prevalência de sua análise endógena. Porém, situado em um subgrupo teórico mais estruturalista<sup>13</sup>, Hirschman defende a análise conjuntural e sua correlação com o desenvolvimento periférico. Não obstante, os desenvolvimentistas têm muito a dizer sobre a importância do papel do Estado na criação e promoção dos condicionantes internos para o crescimento econômico e sobre a necessidade de incorporação do progresso técnico como fator fundamental para a diminuição da vulnerabilidade externa. Por isso, os pressupostos dos desenvolvimentistas poderão ser citados no decorrer do capítulo 2 (“Condicionantes Internos do Desenvolvimento Chinês”), mas não com tanta profundidade quanto ao que se refere à análise internacional e o desenvolvimento.

Já foi explicado por que a primeira corrente da teoria da dependência abordada acima não reflete o caso chinês de desenvolvimento econômico aliado a uma maior inserção aos organismos internacionais. Passando para a próxima versão, nota-se que a vertente cepalina da teoria da dependência tem muito a dizer quanto à importância do

---

<sup>13</sup> Porém, ressalta-se que é muito difícil classificar em que grupo teórico esse autor se encaixaria. O próprio Hirschman sempre tentou se livrar das correntes que a posição ideológica poderia impor ao pesquisador e evitou uma classificação estanque de seus princípios (LEPENIES, 2009). Pode ser creditado a Hirschman o fato de ter sido um dos fundadores da disciplina da economia do desenvolvimento, influenciado pelo clima dos anos 1950 e notando a insuficiência de uma perspectiva meramente endógena para a análise do desenvolvimento periférico, podendo assim ser classificado como desenvolvimentista estruturalista.

comércio exterior e dos investimentos estrangeiros para a acumulação de capital na periferia de maneira geral, onde a poupança interna seria insuficiente. Bom, como será visto no decorrer do trabalho, o caso é apenas parcialmente válido para a China, a qual possuía uma boa poupança interna e se voltou muito para o mercado doméstico nos primeiros anos do longo processo de desenvolvimento, que começaria com a abertura em 1978 – apesar de ter como objetivo posterior o aumento do setor exportador e a atração dos investimentos externos. Ademais, a hipótese da modernização do padrão de consumo periférico nos moldes dos países centrais é pouco observável no caso chinês devido a dois fatores principais: o orgulho nacional e o sentimento de superioridade chineses (os quais serão melhores descritos na seção 3.6); e o Confucionismo, para o qual “a modernização não significava ocidentalização” (LYRIO, 2010, p. 185).

Além disso, os produtores ocidentais têm dificuldades em entender o mercado oriental de modo geral. Assim, a produção interna chinesa sempre teve um público consumidor fiel às tradições e aos produtos nacionais. De fato, mesmo com as invasões europeias do século XIX, a fidelidade de certas regiões à produção interna mostrou que as importações vindas da Europa não eram um substituto perfeito aos produtos nacionais (AMSDEN, 2009). Isso demonstra certa resistência cultural à modernização oriental no estilo ocidental. Citado em Arrighi (2008), Bill McKibben também parece sensatamente ir contra a ideia de imitação do padrão de consumo da China nos moldes dos países desenvolvidos, ao menos até três décadas após a abertura econômica do país.

[...] a China, na verdade, está conseguindo algum bem mensurável com o crescimento. A população está comendo mais carne, mandando os [filhos] para a escola, aquecendo as cabanas. Enquanto isso, nós [EUA] queimamos nove vezes mais energia per capita para ter ar-condicionado em salões de jogos e cortar grama de jardins de meio acre, usar picapes grandes e luxuosas para ir até a esquina, comer tomates que vêm de avião do Chile. (MCKIBBEN apud ARRIGHI, 2008, p. 391)

Assim, a China teria passado por uma modernização vista pelos próprios dirigentes chineses como sendo superior, evitando a imoralidade e a individualidade do capitalismo ocidental (LYRIO, 2010). Com Deng Xiaoping, o confucionismo é revalorizado, mantendo a “doutrina confuciana como embasamento de uma sociedade menos individualista, centrada na subordinação do interesse pessoal ao coletivo” e altamente “estimulada pelo Partido e pelo Governo” (LYRIO, 2010, p. 189). A modernização do consumo tipicamente periférico não ocorreu na China, tanto é que o baixo consumo interno é um dos aspectos que preocupam a manutenção das taxas de crescimento chinesas, alvo do 12º Plano Quinquenal do PCC (BRASIL, 2013).

Ainda na segunda corrente dependentista aqui analisada, ressalta-se que a CEPAL voltou-se à “especificidade do processo de crescimento nas circunstâncias estruturais e periféricas dos países da América Latina” (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 22), fazendo com que muitos de seus pressupostos não sejam tão válidos em países fora dessa região. Além disso, a CEPAL mantém grande foco na segunda dimensão do desenvolvimento visto logo acima, pois baseia muito de sua análise nos condicionantes estruturais internos econômicos e sociais<sup>14</sup> (“redistribuir para crescer”) – distribuição de renda, custos sociais do ajuste necessário para o crescimento, redução do “hiato da equidade”. Por último, de forma geral para os dependentistas, por mais que a periferia faça um esforço enorme, a variável do crescimento depende em última instância das ações tomadas no centro. As políticas tomadas no centro são deveras importantes, oferecendo o ambiente internacional e os recursos necessários para o desenvolvimento, mas o caso chinês mostra que a relação de dependência não é assim tão intransponível, sendo possível avançar mesmo tomando medidas que respeitem o interesse nacional do país em desenvolvimento. De fato, a ascensão chinesa é “um fenômeno incomum à luz da tendência predominante, em outros locais de baixa e média renda da economia mundial, de perder, e não ganhar, terreno em relação aos Estados tradicionalmente ricos” (ARRIGHI, 1997, p. 53, ênfase adicionada).

Não obstante, a recusa pela teoria em geral não menospreza alguns dos pressupostos estabelecidos por Prebisch – entre outros economistas – que possui uma visão muito bem estruturada das origens do subdesenvolvimento e da necessidade do processo de agregar valor à pauta exportadora. De forma geral, nota-se no caso chinês a importância das políticas voltadas à absorção de tecnologia capaz de promover a diversificação da estrutura produtiva e de aumentar a produtividade; e a definição de uma política de investimentos que, através do Estado, criasse a infraestrutura necessária para tal diversificação. A relevância, porém, permanece em segundo plano na medida em que engloba aspectos mais internos do que externos do desenvolvimento chinês.

Retornando às economias do desenvolvimento em geral, ressalta-se que estas oferecem teses interessantes quanto ao papel fundamental do Estado como promotor da industrialização, política que pode ser observada nos casos de crescimento econômico no Leste Asiático. Influenciada pelo “developmental state”, dá-se especial atenção ao

---

<sup>14</sup> Tanto é que uma das principais críticas da CEPAL volta-se para o fato de que “a industrialização havia seguido um curso que não conseguiu incorporar à maioria da população os frutos da modernidade e do progresso técnico” (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 39), ficando evidente sua preocupação com a dimensão humana do desenvolvimento.

que Alice Amsden tem a dizer sobre o desenvolvimento das economias atrasadas em geral<sup>15</sup>. Para Amsden, o fator fundamental para o crescimento sustentável alcançado por alguns países asiáticos, em contraposição com os exemplos latino-americanos, foi o foco no desenvolvimento e na internalização da tecnologia. Além disso, a autora será citada recorrentemente quando o trabalho se referir ao papel do Estado planejador e sua hierarquia de investimentos almejando o desenvolvimento (Capítulo II); ao esforço do crescimento orientado para as exportações; e ao foco central do investimento em educação e em pesquisa e desenvolvimento (P&D), chaves do desenvolvimento econômico.

Para Amsden, o grande sucesso dos países asiáticos em relação aos outros emergentes foi a opção de “fazer” tecnologia ao invés de continuar a compra-la. Para tanto, foi nevrálgico o projeto de manter as grandes empresas internas em mãos nacionais. De fato, um dos grandes propósitos das Zonas Econômicas Especiais chinesas é a internalização do progresso técnico, o que permitiu que a China optasse por “fazer” tecnologia. Além disso, como será visto, as joint ventures com participação majoritária de chineses também foi um movimento estabelecido pelo projeto chinês, seguindo o modelo da “independência” e não o da “integração” (AMSDEN, 2009).

Devido à análise própria de Giovanni Arrighi sobre a ascensão do Leste Asiático e da China em particular, escolheu-se por dar destaque separado a esse autor e antecipar algumas de suas premissas que serão muito utilizadas no decorrer do trabalho. Para Arrighi, as crises de superacumulação do capital são em parte resolvidas pela expansão geográfica do mesmo, absorvendo seus excedentes. Nesse contexto, os EUA estariam passando por uma crise iniciada já nos anos 1970 e que deu continuidade ao processo de financeirização de sua economia. A expansão do capital para locais mais lucrativos encontrou, então, um modo de se estabilizar na China. Segundo David Harvey, a ascensão da China representaria esse ajuste geográfico do capital, o qual

tem consequências globais não só por absorver o capital superacumulado, mas também por alterar o equilíbrio do poder econômico e político a favor da China [...] e talvez colocar a região asiática, sob liderança chinesa, em posição muito mais competitiva diante dos Estados Unidos. (HARVEY apud ARRIGHI, 2008, p. 229)

Essa ideia está intimamente ligada a outro ponto muito relevante para o presente trabalho: as interações entre Estados dentro de um sistema econômico mundial e os reflexos que as políticas tomadas nos países centrais causam no desenvolvimento

---

<sup>15</sup> A autora denomina essas economias atrasadas como o “resto”: China, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Tailândia, Taiwan, Argentina, Brasil, Chile, México e Turquia. Ver Amsden (2009).

periférico. Sua hipótese do “foguetes de três estágios” está ligada com essas interações interestatais no Leste Asiático, e será melhor descrita no último capítulo (bem como outras metáforas do processo de desenvolvimento contínuo e interligado entre os países asiáticos, como a teoria de Ozawa). Arrighi parte dos aspectos regionais e sistêmicos mundiais da ascensão leste-asiática, inserindo a ascensão chinesa em um contexto de milagre leste-asiático, iniciado com o milagre japonês (a partir de 1960) e posterior crescimento dos Tigres Asiáticos (a partir de 1970). Por isso, deve-se ter um “perfil temporal” do milagre econômico do Leste Asiático, analisando a “unidade e integridade estruturais e conjunturais” da região (ARRIGHI, 1997). Por essas e outras razões identificadas ao longo da pesquisa, os textos de Giovanni Arrighi serão melhor trabalhados daqui para frente.

## **CAPÍTULO II – CONDICIONANTES INTERNOS DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS**

### **2.1 Considerações preliminares**

Ainda que se mantenha o foco na conjuntura externa e nas condições internacionais presentes durante o desenvolvimento econômico chinês, não se pode deixar de elencar alguns fatores internos para tal crescimento. Essa análise endógena é muito útil para uma compreensão mais completa de por que alguns fatores externos, que atingiriam os países do período de forma mais ou menos parecida, teriam tido maior ou menor impacto na China quando comparado com outros países da periferia do sistema internacional. Através da análise das políticas domésticas, podem-se identificar aspectos endógenos e suas relações com o ambiente externo. Não obstante, as políticas que podem da melhor forma tirar proveito das oportunidades oferecidas pelas condições externas são formuladas através de recursos internos.

Apesar das “boas políticas” que os países avançados atualmente recitam àqueles em desenvolvimento, as políticas seguidas pelas potências econômicas durante seu processo de desenvolvimento foram exatamente aquelas que “são condenadas hoje em dia” (CHANG, 2004, p. 37):

O Estado tanto subsidiava a indústria quanto incorria a diversos programas de investimento público, sobretudo em infraestrutura, mas também na manufatura. Financiava a aquisição de tecnologia estrangeira, às vezes por meios legais, como o

financiamento de viagens de estudo e treinamento, outras por meios ilegais, entre os quais figuravam o apoio à espionagem industrial, o contrabando de maquinário e o não reconhecimento de patentes estrangeiras. Incentivava-se o desenvolvimento da capacidade tecnológica interna mediante o apoio financeiro à pesquisa e desenvolvimento, à educação e treinamento [...] Ademais, alguns governos criaram mecanismos institucionais para facilitar a parceria público-privada (por exemplo, joint ventures público-privadas e associações industriais intimamente ligadas ao Estado). É importante ressaltar que muitas dessas políticas são condenadas hoje em dia. (CHANG, 2004, p. 37)

Como será visto nas seções seguintes, a China parece ter estudado muito bem o passado histórico das nações em desenvolvimento e suas políticas voltadas para o crescimento econômico, pois muitas dessas atitudes descritas acima para nos referirmos ao avanço econômico dos países hoje desenvolvidos estão sendo tomadas pela China. Como alega Chang (2004), é muito difícil provar que certos fatores particulares foram a chave para o desenvolvimento dos países avançados, porém parece uma incrível coincidência que tantos países que se valeram de certas políticas tenham se industrializado com sucesso. Exatamente por essa dificuldade em encontrar um ou dois aspectos fundamentais para o desenvolvimento, a análise endógena, mesmo que simplificada, não pode ser ignorada. “A profunda reestruturação econômica encaminhada a partir de 1978 foi exitosa pela combinação de circunstâncias externas favoráveis e por um conjunto de estratégias e políticas internas” (MEDEIROS, 2012, p. 11). Primeiramente serão vistas algumas dessas políticas internas que não poderiam ser deixadas de lado para uma boa compreensão subsequente dos efeitos de tais condições externas favoráveis.

## 2.2 Estado desenvolvimentista<sup>16</sup>

De forma geral, o Estado desenvolvimentista ascende com força em diversos países asiáticos devido ao “estado de emergência” imposta pela conjuntura internacional do pós-Segunda Guerra. A necessidade de reconstrução das economias afetadas pela guerra permitiu que o projeto do Estado desenvolvimentista fosse aceito não apenas como uma boa fonte de planejamento estratégico, mas também como uma necessidade sine qua non para a recuperação dos países. Suas funções primordiais eram fomentar os bancos de desenvolvimento; abrir mercados potenciais por meio de subsídios ou outros

---

<sup>16</sup> “Um Estado é desenvolvimentista quando estabelece como princípio de legitimidade sua capacidade de promover e sustentar o desenvolvimento, entendendo-se por desenvolvimento a combinação de taxas de crescimento econômico altas e estáveis e a mudança estrutural do sistema produtivo tanto em âmbito interno como nas relações com a economia internacional” (CASTELLS, 2000, p. 322).

incentivos de produção; e criar grandes empresas nacionais, o que Alice Amsden denomina “líderes nacionais” (AMSDEN, 2009). Na China, o Estado desenvolvimentista com um planejamento voltado ao crescimento econômico ascende com força em 1978, durante a abertura do país. A partir de então, o governo se torna “o grande ator nos investimentos”, sendo “o mais importante ator na formação de capital” chinês (AMSDEN, 2009, p. 231). O investimento externo direto (IED) também teve um grande papel nessa formação de capital, mas como será visto mais adiante, os investimentos externos passaram a atuar com força na China apenas uma década depois da abertura, por volta dos anos 1990.

Para compensar seu déficit em habilidades, o ‘resto’ ascendeu concebendo um modelo econômico original e heterodoxo. Tal modelo se qualifica como novo por ser governado por um mecanismo de controle inovador. Um mecanismo de controle é um conjunto de instituições que impõem disciplina ao comportamento da economia. (AMSDEN, 2009, p. 38)

O fator endógeno mais importante do crescimento econômico chinês foi a forte atuação do Estado desenvolvimentista. Assim como muitos de seus pares na região do Leste Asiático, o Estado na China teve um papel fundamental na direção dos investimentos, na proteção da indústria local nascente e na condução da economia de uma forma geral.

A intervenção estatal também foi um aspecto endógeno do desenvolvimento japonês e dos quatro Tigres Asiáticos. Porém, nota-se que a atuação do Estado chinês foi de fato bem mais duradoura. A condição política da China, diferente de suas contrapartes regionais, explica esse controle da economia do país mais fortemente nas mãos dos burocratas do PCC (LYRIO, 2010). Apesar das inúmeras diferenças com o modelo de crescimento chinês, pode-se realizar um paralelo com a Coreia do Sul quanto à atuação do Estado intervencionista. Neste país, a crise de 1997 foi, falando de forma mais elementar, resultado de uma “combination between internal economic fragilities and a rapid process of financial deregulation, which undermined the state’s capacity of control”<sup>17</sup> (GUIMARÃES, 2010, p. 45). Já na China, a “participação do governo na formação de capital interno bruto [...] esteve entre as mais altas, e os mercados financeiros foram liberalizados apenas cuidadosa e parcialmente” (AMSDEN, 2009, p. 438) ao longo de mais de três décadas. Assim, a abertura gradual da economia chinesa, sempre nas mãos do Estado, possibilitou a proteção do mercado nacional sem perder o

---

<sup>17</sup> Essa desregulamentação financeira sul-coreana demonstrou a perda do poder do governo em relação à classe empresária dos chaebols e à pressão externa norte-americana, que defendia uma maior liberalização das contas de capitais na Coreia do Sul.

controle para a globalização financeira (sua economia não estava dominada pelos fluxos financeiros incontroláveis de origem global) e para as pressões externas, como ocorrera na Coreia do Sul. De fato, a China foi um dos únicos países que conseguiu se manter estável durante a crise asiática de 1997<sup>18</sup>.

Alguns autores, como Castells (2000), defendem que a integração limitada da China na economia global, controlada pelo governo, sobretudo em termos de mercado financeiro (maior proteção contra especulação), é um dos principais motivos pelos quais o país não entrara em recessão durante a crise asiática. De forma análoga, Chang vê a “liberalização financeira inoportuna (que levou à bolha econômica)” uma das principais causas da recessão pela que passaram países asiáticos como a Coreia do Sul (CHANG, 2004, p. 94). Ademais, o PCC notou, diferentemente do FMI, que o programa de austeridade imposto pelo organismo internacional seria de pouca serventia à recuperação econômica. A crise asiática tinha um problema na deflação. Logo, o governo chinês aprovou pacotes de estímulo fiscal, com gastos em infraestrutura e em habitação (CASTELLS, 2000).

O Estado forte chinês também soube se impor na formulação de uma política econômica nacional em um período dominado pelo Consenso de Washington e suas premissas neoliberais<sup>19</sup>. Esse movimento internacional de desregulamentação dos mercados financeiros e liberalização econômica atingiu negativamente muitos países periféricos que descartaram suas políticas desenvolvimentistas de forma abrupta. O mesmo não ocorreu com a China. A economia chinesa se abriu, mas esse processo foi gradual e dirigido pelo PCC com uma política em etapas. Porém, é claro que se deve levar em consideração a importância estratégica da posição chinesa na região do Leste Asiático, vista pelos EUA como um importante aliado na contenção soviética (como será discutido no próximo capítulo)<sup>20</sup>.

Essa atuação forte do Estado intervencionista também foi responsável pela proteção das indústrias nacionais contra uma precoce competição com o sistema e com

---

<sup>18</sup> Em menor medida, Taiwan e Cingapura também não sofreram tanto com a crise asiática e foram importantes na recuperação econômica da região. Já a Coreia do Sul teve seu saldo de balanço de pagamentos positivo em 1996 (em US\$ 93 bilhões) e negativo já em 1997 (em -US\$ 12 bilhões) (CASTELLS, 2000).

<sup>19</sup> Tanto é que Joshua Copper Ramo propôs, em 2004, o termo “Consenso de Pequim”, como contraponto ao Consenso de Washington (JABBOUR, 2010).

<sup>20</sup> Este realce é importante para não recorrer em “injustiça” para com os outros Estados desenvolvimentistas do período que não foram capazes de impor suas políticas de forma mais soberana possível. O Estado chinês era (e é) forte, mas devido ao contexto internacional do final do século XIX era um pouco mais fácil para a China tomar medidas mais “autônomas”. Agradecimentos à Profa. Patrícia Arienti ao realçar esse ponto.

as finanças internacionais. Historicamente, “o fomento à indústria nascente [...] foi a chave do desenvolvimento da maioria das nações” (CHANG, 2004, p. 26), não sendo diferente com a China. Em uma aliança entre o governo e o empresariado local, “China, Índia, Coreia e Taiwan começaram a investir pesado em habilidades nacionais próprias, o que as ajudou a sustentar a propriedade nacional de empresas nas indústrias de média tecnologia e a invadir setores de alta tecnologia com base em ‘líderes nacionais’” (AMSDEN, 2009, p. 46). O protecionismo deu às empresas nacionais um mercado cativo para seu fortalecimento<sup>21</sup>, ao mesmo tempo em que impôs metas de exportação como uma política de resultados<sup>22</sup>. Separando uma fatia do gigantesco mercado consumidor chinês exclusivamente às empresas nacionais, estas puderam se fortalecer antes de entrarem no competido mercado internacional. Dessa forma, “a proteção e os mecanismos estatais de promoção industrial permitiam aos conglomerados nacionais maior poder de competição por lhes assegurar um mercado de escala suficientemente grande” para apenas posteriormente aumentar “o poder de concorrência destes conglomerados no mercado mundial” (MEDEIROS & SERRANO, 1999, p. 129).

A principal diferença entre os caminhos seguidos pelos países asiáticos e pelos latino-americanos, segundo Amsden, envolveu a escolha de internalizar a tecnologia estrangeira, investindo na capacitação profissional interna, mas sem descuidar do fortalecimento da indústria nacional: enquanto os primeiros apostaram no “fazer” tecnologia, os segundos optaram por “comprar” (AMSDEN, 2009). Entende-se daí o planejamento levado adiante pelo governo chinês. Em 1985, o “Comitê Central do Partido Comunista Chinês e o Conselho de Estado nacional haviam decretado que ‘a construção econômica deveria se basear em ciência e tecnologia’ [...] e ‘as pesquisas em ciência e tecnologia deveriam atender às necessidades do desenvolvimento econômico’” (AMSDEN, 2009, p. 482). Nesse projeto, o governo municipal de Pequim estabeleceu uma zona de P&D apelidada posteriormente de “Vale do Silício de Pequim”. Fica claro, então, o papel do Estado desenvolvimentista na internalização da tecnologia na China.

---

<sup>21</sup> Devido à entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, a China reduziu parte de suas tarifas: de 15,3% em 2001 para 9,8% em 2011 e para 4,4% em 2012 (dependendo dos produtos). Ademais, a China já possui acordos de livre comércio com o Chile desde 2006; aplica tarifa zero para 93% das importações provenientes da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); e também aplica tarifa zero para importações de 31 dos países mais pobres da África (BRASIL, 2013).

<sup>22</sup> A política de resultados seria o que Alice Amsden define como um “mecanismo de controle” baseado na reciprocidade, ou seja, o Estado oferecia subsídios às manufaturas, mas estas tinham que mostrar resultados – como no caso das metas de exportação – e eram constantemente avaliadas pelo governo (AMSDEN, 2009).

A intervenção do Estado no processo de desenvolvimento chinês também foi decisiva através da criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) – sobre as quais se entrará em detalhes mais adiante –, na modernização da educação e no investimento em infraestrutura. Além das ZEEs, o PCC criou as Empresas de Aldeias e Municípios (EAMs), introduzidas entre 1978-1983 pelo Sistema de Responsabilidade Familiar, que devolveram às famílias rurais o controle dos excedentes agrícolas. Isso criou emprego para o excedente rural (que controlou a migração desenfreada para as cidades) e permitiu o reinvestimento do excedente local (COSTA, 2010)<sup>23</sup>.

[...] o governo [chinês] investiu quantias enormes no desenvolvimento de novos setores, na criação de novas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), na expansão e na modernização da educação superior e em grandes projetos de infraestrutura, num nível sem precedentes em nenhum país de renda per capita comparável. (ARRIGHI, 2008, p. 362)

O que a teoria desenvolvimentista tem a dizer sobre a intervenção estatal no processo de crescimento econômico? Sabe-se até aqui que o Estado desenvolvimentista chinês foi um ator crucial para a expansão e direção dos investimentos públicos. Da forma como defendem os economistas do desenvolvimento quanto ao subemprego rural, o PCC foi responsável por impor uma política de investimentos públicos planejados visando a mobilização da população excedente do campo para as indústrias – migração controlada devido às EAMs. Para Hirschman, além desse subemprego da força de trabalho rural, os países subdesenvolvidos também possuem reservas “ocultas” de poupança e espírito empresarial. Porém, para ativá-las é fundamental uma ação mais energética do Estado. Seria necessária uma aliança entre Estado e capital privado (HIRSCHMAN, 1986). Assim, o investimento público consciente, concentrado e dirigido pelo Estado, observado no caso chinês, seria um dos primeiros passos para os países em desenvolvimento alcançarem maiores taxas de crescimento econômico.

Baseado na intervenção estatal, na proteção à indústria nacional, na importância da classe empresarial chinesa e na atração de investimentos externos em zonas pré-determinadas, o crescimento chinês obedeceu a um modelo capitalista fundamentado na tríplice aliança entre capital estatal, capital privado e capital estrangeiro, com enorme prevalência do primeiro para dar o impulso inicial ao crescimento.

---

<sup>23</sup> Para mais detalhes sobre as EAMs como um fator interno fundamental para a ascensão chinesa, ver Arrighi (2008), para quem essas empresas locais significam a permanência dos meios de produção nas mãos dos camponeses e trabalhadores.

### 2.3 Abertura econômica

Em 1978 a China se abria oficialmente para o comércio internacional. Apesar da economia ainda ser dirigida pelo PCC, o país passava a participar – ao seu modo – da economia capitalista mundial. Essa abertura foi gradual e controlada pelo Estado chinês, aspecto que possibilitou um envolvimento com o capitalismo internacional de modo mais sustentável aos interesses chineses e uma inserção mais soberana na competição interestatal, uma vez que as empresas nacionais continuaram protegidas por tarifas e barreiras não tarifárias (como visto logo acima). De fato, para Arrighi (2008), o sucesso chinês se deve a não ter abandonado o gradualismo em sua abertura econômica em favor das terapias de choque defendidas pelo Consenso de Washington.

As reformas empreendidas a partir de 1978 basearam-se num modelo de gradualismo, pragmatismo, de ênfase em experiências locais de escopo limitado. [Além disso,] o segredo do sucesso das reformas chinesas foi o seu correto sequenciamento, o acerto em estabelecer ordens e prioridades, com reformas fáceis antes das difíceis, rurais antes das urbanas, nas cidades costeiras antes das interioranas, reformas econômicas antes das políticas, tudo dentro de um quadro de experimentalismo e gradualismo com paulatina reincorporação de elementos de competição. (LYRIO, 2010, p. 39)

Essa abertura gradual da economia foi fundamental para que as empresas chinesas não sofressem o impacto abrupto da concorrência internacional, pois como defende Myrdal, “o risco de um empobrecimento ampliado da região ou do país desfavorecido decorre em grande parte da perda de pessoal qualificado e de outros fatores raros, bem como da destruição eventual do artesanato e das manufaturas tradicionais” devido à concorrência externa (MYRDAL apud HIRSCHMAN, 1986, p. 69).

Uma das primeiras políticas internas fundamentais para o crescimento, parte do projeto de abertura em etapas, foi a liberalização dos preços a partir de 1979 (NONNEMBERG, 2010). Vale ressaltar que, seguindo a lógica do gradualismo na abertura chinesa, os preços não foram totalmente liberados de uma só vez. Para se ter uma ideia, em 1990 as vendas sob preços controlados ainda estavam em “29,7% [das vendas a varejo], 25,2% [dos produtos agrícolas] e 44,4% [dos bens de capital]” (MEDEIROS, 2012, p. 8), demonstrando que tal controle ainda era uma realidade. Mesmo assim, a partir de 1979 a produção pôde ser negociada de forma mais livre, o que aumentou a produtividade, principalmente no campo. No mesmo ano foi promulgada a Lei sobre Joint Ventures Sino-Estrangeiras, permitindo o investimento estrangeiro (BRASIL, 2013).

Como parte da estratégia de abertura comercial, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais ao longo do litoral chinês<sup>24</sup>, fomentando a industrialização nacional. Por sua proximidade a Hong Kong, o capital dessa região – principalmente aquele intensivo em mão de obra – se sentiu atraído pelas vantagens oferecidas pelas primeiras ZEEs. “Os bons resultados obtidos nessas áreas levaram o governo chinês a criar, em 1984, outras 14 ZEEs semelhantes, ao longo do litoral” (NONNEMBERG, 2010, p. 204). Logo, o investimento externo foi expandido até atingir regiões da China mais para o interior. Essa política fez com que fosse possível o desenvolvimento de três conglomerados industriais básicos: “o delta do rio Pérola [Zhujiang River] é especializado em indústrias que fazem uso intensivo de mão de obra, em produção e montagem de peças de reposição; o delta do rio Yang-tsé [mais ao centro, próximo a Xangai] é especializado em setores que fazem uso intensivo de capital e em produção de carros, semicondutores, celulares e computadores; e Zhongguan Cun, em Pequim, é o Vale do Silício da China” (ARRIGHI, 2008, p. 362).

Durante os primeiros anos da “política de portas abertas”, a pressão externa para uma abertura mais abrangente do mercado chinês foi muito forte. O capital externo queria acesso ao mercado chinês geral, não apenas restrito às ZEEs. Mas o PCC foi prudente nessa abertura. Entraram certo número de empresas norte-americanas e europeias,

entretanto, pelo menos até meados dos anos 90, as empresas multinacionais e os investimentos ocidentais e japoneses não constituem as principais conexões entre a China e a economia global. De fato [...] entre 1979 e 1992, dos US\$ 116,4 bilhões prometidos para investimentos na China, 71,7% originaram-se de Hong Kong e Taiwan, 7% dos EUA e 5,8% do Japão. A participação individual de países europeus nos investimentos é ainda menor. Do mesmo modo, apenas uma fração das importações da China origina-se dos países da OCDE. Por sua vez [...] uma parcela substancial das exportações chinesas [...] é destinada à Europa Ocidental e aos Estados Unidos. (CASTELLS, 2000, p. 355-356)

Isso mostra que a abertura chinesa foi controlada e realizada por etapas. A grande entrada de IED e instalação do maior número de multinacionais nas ZEEs ocorreriam apenas a partir da década de 1990, depois de uma primeira etapa de abertura comercial.

---

<sup>24</sup> Castells defende a hipótese de que ao menos as primeiras ZEEs estavam localizadas longe das grandes cidades chinesas para evitar a contaminação externa ao socialismo (CASTELLS, 2000). De forma similar, Jabbour enxerga essa concentração no litoral chinês como um limite à “permissão para o enriquecimento” (JABBOUR, 2010).

## 2.4 Mão de obra intensiva

O gigantesco número de mão de obra chinesa foi um fator importante para o desenvolvimento econômico do país. A China possuía um grande contingente de mão de obra rural com baixa produtividade que poderia ser empregada nas cidades, mantendo os salários baixos apesar da grande demanda por trabalho urbano (NONNEMBERG, 2010). A urbanização da mão de obra rural foi exatamente o que ocorreu: se “em 1978, 17,9% da população era classificada como urbana”, em 1990 “a população urbana totalizava 26,4%” (MEDEIROS, 2012, p.3)<sup>25</sup>. O PCC incentivou a urbanização de parte da mão de obra rural, mas, como visto, a criação das EAMs controlou um possível excesso de migração para as cidades e evitou os efeitos permissivos de tal êxodo, ao menos em certo nível.

A industrialização recente chinesa contou com ampla disponibilidade de mão de obra egressa do campo. Desde a revolução de 1949, a migração rural-urbana esteve proibida e o fluxo migratório pós o ‘grande salto’, e sobretudo na época da revolução cultural, foi da cidade para o campo e áreas de fronteira. Com as reformas do campo do final dos anos 70, o crescimento da produtividade tornou evidente um gigantesco excedente de força de trabalho rural. (MEDEIROS, 2012, p. 3)

Porém, a China atraiu o capital estrangeiro não apenas devido a sua intensiva mão de obra barata, a qual outros países possuíam no período em questão, mas principalmente por causa do nível de produtividade e qualificação desses trabalhadores (OURIQUES, 2011). Lyrio (2010) também acredita que o nível de escolaridade dos trabalhadores chineses e a existência de uma boa infraestrutura de transportes, comunicação e energia interna foram aspectos fundamentais para a atração de investimentos externos. Para Arrighi, a “elevada qualidade dessa reserva [de mão de obra] em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China” (ARRIGHI, 2008, p. 357) fez com que os trabalhadores chineses atraíssem maior atenção do capital estrangeiro em detrimento de seus concorrentes asiáticos.

A mão de obra intensiva possui raízes históricas no percurso do desenvolvimento chinês e do Leste Asiático como um todo. Enquanto na Europa a especialização foi algo primordial para a industrialização ocorrida no século XIX,

---

<sup>25</sup> Nos anos 2000, a taxa de urbanização chinesa estava em 36%; e em 2010 alcançava 50% (BRASIL, 2013, p. 9).

exportando para o resto do Ocidente essa característica da força de trabalho, a flexibilização e a cooperação familiar quase sempre foram os fatores mais importantes na Ásia oriental. Assim, a mão de obra intensiva foi historicamente muito mais presente no modelo asiático, o qual mobilizava muito mais recursos humanos do que o ocidental, dando forma à “industrialização intensiva em mão de obra” (ARRIGHI, 2008).

Durante o período da Guerra Fria, a busca por mão de obra intensiva e de qualidade se acentuou, podendo ser explicada da seguinte forma. A recuperação das economias mundiais no pós-Segunda Guerra (principalmente da Alemanha e do Japão) aumentou a competição internacional por fatias do mercado, fazendo com que a taxa de lucro geral das empresas capitalistas caíssem. Como consequência, esse capital, a partir dos anos 1970, buscou com maior ímpeto baixar seus custos de produção (para fazer frente à diminuição da taxa de lucro). Assim “é de se esperar que a queda inicial da lucratividade [...] intensifique o ímpeto mundial na busca de custos de produção ainda mais baixos, através da combinação de mão de obra ainda mais barata com níveis técnicos mais elevados em regiões de desenvolvimento ainda tardio”, explicando muito bem o movimento da produção mundial em direção aos países asiáticos durante a segunda metade do século XX (ARRIGHI, 2008, p. 116).

Com infraestrutura adequada e baixo custo de mão de obra, a China oferece “grande oportunidade para os fabricantes estrangeiros estabelecerem presença no país e usá-lo como base de exportação para atender o mercado asiático” (BRASIL, 2013, p. 125). Será visto mais detalhes sobre a utilização da China como plataforma de exportação regional no próximo capítulo.

## **2.5 O setor exportador e o investimento em P&D**

O projeto de desenvolvimento chinês tratava o setor exportador como fundamental para o escoamento da produção interna. Apesar de possuir uma população de quase 1 bilhão de habitantes em 1980<sup>26</sup>, a produção chinesa via no exterior seu mais importante mercado consumidor para um futuro próximo<sup>27</sup>. As vendas no mercado

---

<sup>26</sup> Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a China possuía 981 milhões de habitantes em 1980 e já atingia 1 bilhão em 1985. Dados disponíveis em: <http://www.oecd.org/newsroom/34992235.pdf>. Acesso em: 18/04/14.

<sup>27</sup> Não que o tamanho do mercado chinês fosse irrelevante como fator que propiciou o desenvolvimento do país. O gigantesco contingente populacional chinês permitiu a existência de economias de escala, o que diminuiu drasticamente os custos de produção e deu o impulso necessário para o crescimento

externo eram uma das metas que as empresas subsidiadas pelo governo chinês tinham que cumprir, em um “mecanismo de controle recíproco” baseado em padrões de desempenho<sup>28</sup>. As empresas que se comprometiam a essa política ganhavam acesso a capital de giro, benefícios fiscais, reembolsos dos direitos aduaneiros sobre exportações e acesso privilegiado ao capital subsidiado a longo prazo (AMSDEN, 2009). Além disso, para estimular as exportações,

[as] firmas exportadoras ganharam abatimentos nos impostos industriais e comerciais, além de recompensas diretas. Indústrias escolhidas para a exportação receberam crédito barato para a modernização tecnológica e acesso prioritário a energia e matéria-prima de baixo custo. Os exportadores chineses tiveram acesso à terra a preços desprezíveis pelos padrões mundiais. (NOLAN apud AMSDEN, 2009, p. 316)

Desde o início da abertura, o projeto era agregar cada vez mais valor à sua matriz produtiva, pois a China percebeu que não poderia manter taxas de crescimento elevadas se continuasse a depender da volatilidade dos preços dos produtos primários. Para competir soberanamente no comércio internacional, era preciso acrescentar valor à sua pauta exportadora, pois, como citou List, “é evidente que nada contribui mais para promover o bem-estar público do que a exportação de bens manufaturados e a importação de matéria-prima estrangeira” (LIST apud CHANG, 2004, p. 42). Olhando em retrospecto, percebe-se que o projeto inicial chinês alcançou bons resultados, pois no século XXI a “produção dos setores industriais e de serviços continua a um ritmo mais rápido do que a indústria primária que perde participação: sua contribuição [a do setor primário] diminuiu de 15% em 2000 para 10% em 2011” (BRASIL, 2013, p. 28)<sup>29</sup>. O Gráfico 1 mostra o avanço do setor industrial na China.

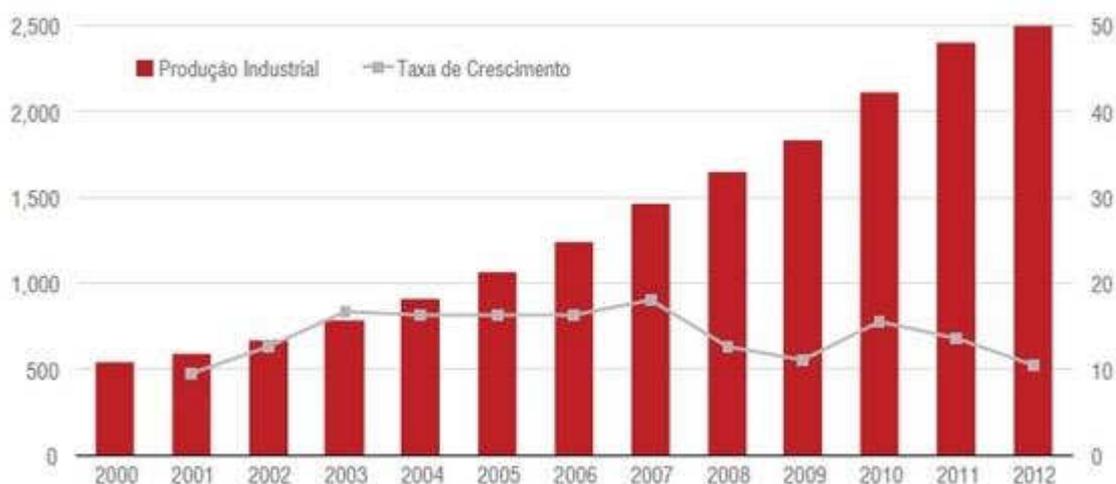
---

econômico do país (NONNEMBERG, 2010). Porém, o setor exportador era visto como uma ferramenta fundamental para a manutenção do crescimento nos anos seguintes.

<sup>28</sup> Como visto anteriormente, com a atuação do Estado desenvolvimentista, a China e outros países asiáticos tiveram “sucesso em diversificar sua base manufatureira e gerar exportações manufaturadas sob um mecanismo de controle recíproco. Os subsídios dependiam do cumprimento dos padrões de desempenho” (AMSDEN, 2009, p. 285).

<sup>29</sup> Para oferecer alguns exemplos, entre 1995 e 2005, as exportações de têxteis caíram de 14% para 7%; as exportações de calçados caíram de 7% para 4%; os aparelhos eletrônicos de baixo valor agregado caíram de 27% para 12%; e os brinquedos e afins foram de 10,5% para 8%. No mesmo período, as exportações de aparelhos de telecomunicações subiram de 3% para 14%; as de maquinaria eletrônica, de 3,5% para 9%; e as máquinas de escritório subiram de 1,5% para 13% (JABBOUR, 2010).

**Gráfico 1:** Produção Industrial da China (bilhões US\$) e Taxa de Crescimento Anual do Setor, 2000-2012 (em %)



Fonte: National Bureau of Statistics; The Beijing Axis Analysis. Retirado de Brasil (2013, p. 29).

As ZEEs tinham um papel central na estratégia de internalização da tecnologia com a finalidade de agregar valor à produção interna. Isso porque a precariedade das leis sobre propriedade intelectual possibilitou que as empresas chinesas se apropriassem do conhecimento tecnológico das empresas estrangeiras quando essas adentrassem na China<sup>30</sup>, o que ocorria principalmente nessas regiões costeiras (NONNEMBERG, 2010). As ZEEs também foram importantes para incentivar o setor exportador chinês. As empresas situadas nessas localidades ganhavam subsídios e isenção da tarifa de importação para metas de exportação de 100% da produção (AMSDEN, 2009).

Foi inegável o papel das zonas especiais no fomento às exportações. Em 2005, havia 53 Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, 15 Zonas de Processamento Exportador, 12 Zonas de Livre Comércio e 6 Zonas de Desenvolvimento 'High-Tech', que ofereciam condições preferenciais aos investidores, incluindo menores custos dos terrenos de instalação e devoluções significativas de impostos. (LYRIO, 2010, p. 48)

<sup>30</sup> Assim como a proteção da indústria nacional, o desrespeito à propriedade intelectual também foi uma política muito utilizadas pelos países desenvolvidos durante seus processos de crescimento econômico e altamente condenáveis pelos mesmos hoje em dia. Foi um recurso amplamente utilizado pela Alemanha, onde a internalização de tecnologia avançada foi possibilitada por espionagem industrial patrocinada pelo Estado na segunda metade do século XVIII; pela França, onde o Estado criou um cargo público com o eufemístico nome de “Inspetor-Geral das Manufaturas Estrangeiras”, cuja real função era a espionagem industrial e suborno de operários especializados estrangeiros; pela Suíça, a qual adotou a Lei de Patentes apenas em 1907; e pelos EUA, onde o patenteamento de tecnologias importadas era prática recorrente (CHANG, 2004).

**Gráfico 2:** Pauta de Exportações da China, 2011 (em US\$ bilhões)

Fonte: National Bureau of Statistics; The Beijing Axis Analysis. Retirado de Brasil (2013, p. 33).

Como se pode notar pelo Gráfico 2, as parcelas de “equipamentos elétricos e eletrônicos” e “maquinários” tornaram-se os grandes setores de exportação chinesas, uma prova do sucesso em internalizar a tecnologia e agregar valor à produção exportada. Ademais, as empresas instaladas nas ZEEs acabavam fomentando a atividade industrial em regiões próximas<sup>31</sup>, facilitando o processo de agregação de valor à produção chinesa. Isso porque o incentivo à pesquisa e desenvolvimento esteve intimamente ligado ao incentivo ao capital externo, com transferência de tecnologia e investimento em centros de P&D por parte do investimento estrangeiro (NONNEMBERG, 2010). Dessa forma, as empresas estrangeiras atraídas para as ZEEs “são desejáveis porque proporcionam ‘derramamentos’ e um modelo positivo a ser seguido” (AMSDEN, 2009, p. 113).

A sustentação do crescimento econômico em muito dependeu da internalização do know-how tecnológico pela China, do investimento em P&D e em educação e do “aprender a fazer” tecnologia. “Não adianta apenas comprarem máquinas, o essencial é saber o que fazer com elas” (CASTELLS, 2000, p. 371). De fato, o investimento do governo chinês na formação de profissionais capacitados foi essencial para otimizar a compra do maquinário estrangeiro. Se o setor educacional é relegado a um segundo plano, o processo de transferência tecnológica torna-se algo imperfeito em prejuízo do

<sup>31</sup> O transbordamento do desenvolvimento localizado nas ZEEs para regiões interioranas também está sendo fomentado pelo PCC. A campanha “Go West”, lançada no início dos anos 2000, prevê facilidades para instalação de indústrias no interior e oeste da China (BRASIL, 2013).

país comprador, pois “a difusão de uma empresa para outra pode ser bastante imperfeita [...] e depende de um nível avançado de habilidades por parte do comprador. [...] O conhecimento sobre como um processo de produção funciona e como melhorá-lo talvez não seja divulgado nunca” (AMSDEN, 2009, p. 33). O conhecimento tácito para operar tais máquinas deve ser (e foi, no caso da China) levado em conta<sup>32</sup>. Com a abertura de 1978, intensificou-se na China o envio de estudantes ao exterior, para aprenderem na fonte o funcionamento das novas máquinas e modelos de administração.

A China também se beneficiou com o papel exercido pelo Japão em sua transferência tecnológica. Alice Amsden oferece alguns exemplos de transferências tecnológicas e joint ventures mal realizadas entre empresas norte-americanas e países em desenvolvimento, enquanto as alianças comerciais com empresas japonesas, de modo geral, tendem a obedecer a uma “transferência tecnológica de primeira categoria”, com um “senso de propósito e trabalho duro” (AMSDEN, 2009, p. 376). Além disso, o perfil das relações interempresariais com os japoneses possuía um caráter muito mais voltado para a parceria através das joint ventures do que para o controle majoritário empresarial característico do modelo norte-americano. A Shin Nippon Steel, umas das mais eficientes produtoras de metal do mundo e ex-estatal japonesa, esteve envolvida em alguns desses processos de transferência tecnológica:

Outra filha da Shin Nippon foi a Companhia Siderúrgica Bao da China. A Bao se mostrou lucrativa em todos os anos desde que iniciou suas operações em 1985, e a produtividade (em toneladas de aço cru por pessoa) subiu de 15 em 1985 para 438 em 1994. Além disso, ‘todo ano a Bao Steel vendia 10% de sua produção no exterior, especialmente para o Japão, o mais seletivo dos países, para testar a qualidade de seus produtos’. (AMSDEN, 2009, p. 377)

Assim, a capacitação profissional e a transferência tecnológica tornaram-se dois lados da mesma moeda, fundamentais para o projeto chinês de internalização do progresso técnico estrangeiro. O modelo anglo-saxão baseia-se na inovação; e o japonês e leste-asiático, na incorporação e aperfeiçoamento da tecnologia importada. Historicamente, a China esteve na vanguarda do desenvolvimento tecnológico, mas, assim como Hobsbawm, vários historiadores acreditam que a China tenha perdido parte dessa capacidade inovadora (LYRIO, 2010), adotando cada vez mais o modelo de incorporação da tecnologia importada. O mais aceitável parece concluir que a China

---

<sup>32</sup> Uma transferência tecnológica, na prática, nunca é completa, pois envolve aspectos “subentendidos” nunca completamente decodificados, sendo essa uma propriedade da tecnologia mais artística do que científica; e não envolvendo simplesmente “fórmulas matemáticas”. Também ocorre que às vezes a eficiência dos técnicos estrangeiros é constrangida por disparidades culturais e sociais. Saber “comprar as máquinas certas tornou-se uma arte” (AMSDEN, 2009, p. 118).

moderna perdeu o traço inovador encontrado na China imperial e que a China contemporânea aplica mais inovações estrangeiras do que inova, muitas vezes através do desrespeito à propriedade intelectual (LYRIO, 2010).

Crescentemente cético ante os modelos de perfeita autossuficiência tecnológica e produtiva que, de certa maneira, dominaram e frustraram o Maoísmo, Deng Xiaoping recusou a ideia de produção e controle de tecnologias puramente autóctones e fundamentou suas reformas na incorporação e difusão interna da tecnologia importada [...] a chave do desempenho chinês, desde 1979, tem sido não a inovação tecnológica, mas a difusão tecnológica. (LYRIO, 2010, p. 56)

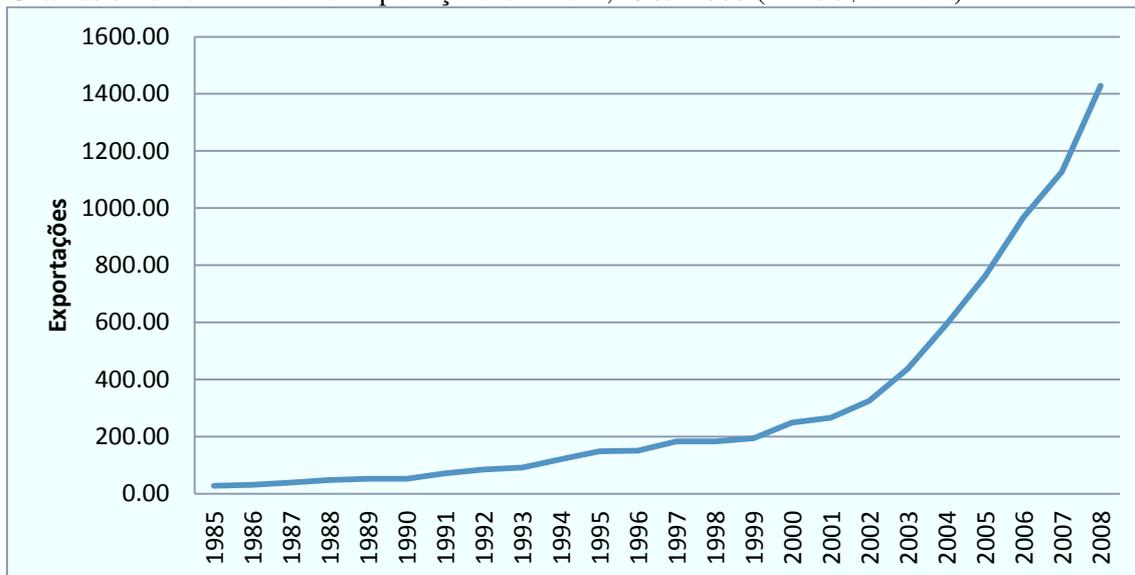
Com esse propósito, “empresas qualificadas com o status de ‘empresas tecnologicamente avançadas’ recebem isenção de impostos por cinco anos” (LYRIO, 2010, p. 56) além de outras regalias pelo governo chinês. O Estado incentiva a vinda dessas empresas e oferece as condições para sua instalação nas chamadas Zonas de Desenvolvimento Industrial de Alta Tecnologia<sup>33</sup>.

Segundo o projeto de desenvolvimento chinês, a abertura comercial atrairia empresas multinacionais para zonas pré-determinadas. Esse capital externo incentivaria o processo de agregar valor à produção interna ao investir em pesquisa e desenvolvimento (uma pré-condição de sua entrada). Além disso, o governo chinês, pouco afeito à propriedade intelectual, pôde internalizar a tecnologia dessas empresas estrangeiras para então exportar produtos com maior valor agregado. Apenas a partir de então, o setor exportador poderia adquirir um papel de maior relevância (simplesmente porque primeiro era necessário agregar valor e produzir bens internamente, para depois poder exportá-los). Ora, seguindo etapa por etapa essa estratégia, parece seguro afirmar que o impulso inicial ao crescimento chinês ocorreu devido a algum outro fator. Esse fator foi o consumo interno e os investimentos públicos, ficando em um plano posterior o papel das exportações de bens e serviços, como pode ser visto pelo Gráfico 3. O grande crescimento das exportações chinesas se deu apenas a partir do momento em que o país pôde produzir material com certo valor tecnológico, o que não ocorreu logo após a abertura de 1978.

O comércio exterior somente começa a se tornar peça-chave para o crescimento da economia chinesa no final da década de 1980, quando tanto exportações quanto importações ultrapassam 15% do PIB. (NONNEMBERG, 2010, p. 209)

---

<sup>33</sup> As Zonas de Desenvolvimento Industrial de Alta Tecnologia exigem as seguintes metas a serem seguidas pelas empresas que aí se instalam: qualificação acadêmica de pessoal de gestão e percentual mínimo de 10% de pessoal engajada em atividades de P&D; destinação de 10% dos recursos das empresas a atividades de ciência e tecnologia (C&T); e instalação de uma área mínima destinada apenas a P&D (LYRIO, 2010).

**Gráfico 3:** Crescimento das Exportações Chinesas, 1985-2008 (em US\$ bilhões)

Fonte: Chinability. <http://www.chinability.com/Trade.htm>. Elaboração própria.

Carlos Medeiros (2012) também possui uma visão parecida. Para o autor, o consumo interno foi de fato o grande responsável pelo impulso inicial do crescimento chinês. A “contribuição do consumo para o crescimento da renda nacional passa de 65% em 1979 para 70% em 1984” e “excede em muito a contribuição dos demais componentes da demanda” (MEDEIROS, 2012, p. 5).

Historicamente, o processo de desenvolvimento chinês obedeceu a essa particularidade, seguindo o rumo do que Arrighi, inspirado por Adam Smith, chama de “curso natural” do desenvolvimento econômico, pautado inicialmente pelo mercado interno. A ideia do “curso natural” do crescimento econômico pode ser assim explicitada e levada em consideração para o processo de ascensão chinesa no século XX:

A maior parte do capital [...] é, em primeiro lugar, dirigido para a agricultura, depois para a manufatura e por último para o comércio exterior. [...] A extensão e o aprimoramento do cultivo criam demanda para o investimento na manufatura, e a expansão da produção agrícola e industrial, por sua vez, gera um excedente de mercadorias que pode ser trocado no exterior por mercadorias de maior valor. (ARRIGHI, 2008, p. 70)

De fato, o “principal movimento ocorrido na China entre 1980 e 1983 foi a excepcional expansão do setor primário” (MEDEIROS, 2012, p. 2), seguido pelo aumento do setor secundário nos anos posteriores. A alegação se explica pelo tamanho da população chinesa, fazendo com que, em um primeiro momento, o setor primário não pudesse ser relegado a um segundo plano. Mesmo assim, “uma das principais características do desenvolvimento econômico da China nos últimos 30 anos foi o

expressivo aumento do comércio exterior”<sup>34</sup> (NONNEMBERG, 2010, p. 209), tanto que alguns analistas veem uma dependência da China em relação ao mercado internacional, o que deixa o país asiático em uma situação de vulnerabilidade quanto a recessões mundiais (LYRIO, 2010). Esse aumento das exportações chinesas foi fomentado pelo desenvolvimento das ZEEs, explicando também o porquê do crescimento do setor exportador um pouco mais tardio (dependente da consolidação das ZEEs). Se a partir dos anos 1990 as exportações chinesas dão um salto, com a entrada do país na OMC em 2001, a China foi realmente impulsionada ao comércio internacional (como pode ser visto no Gráfico 3, com um salto ainda maior nas exportações chinesas no início dos anos 2000). Para se ter uma ideia, no caso dos EUA, Brasil e Índia, o volume total do comércio exterior geralmente não passa de 30% do PIB; porém nos últimos anos, o comércio exterior da China tem alcançado o patamar de 70% a 75% do PIB (LYRIO, 2010), subindo de 27,5 bilhões de dólares em 1985 para 148,8 bilhões em 1995 (MEDEIROS, 2012).

Em síntese, o comércio exterior foi uma ferramenta que possibilitou a manutenção das taxas de crescimento, e menos o fator determinante ao impulso inicial da ascensão chinesa (NONNEMBERG, 2010). Durante muito tempo a China serviu como a responsável pela montagem de equipamentos fabricados em outros países. Mas isso vem mudando com a política de aumento da capacitação tecnológica nacional.

## **CAPÍTULO III – A ASCENSÃO CHINESA E O CONTEXTO INTERNACIONAL**

### **3.1 Considerações preliminares**

O processo de ascensão chinesa está inserido em um contexto muito mais amplo de milagres econômicos no Leste Asiático. O crescimento econômico dessa região após a Segunda Guerra Mundial, segundo Arrighi, seria semelhante a um foguete de três estágios, pois obedece a um sequenciamento triplo de rodadas de desenvolvimento:

---

<sup>34</sup> Carlos Medeiros (2012) também acredita na importância adquirida pelo setor externo chinês, já que o “componente da demanda efetiva que possui maior dinamismo nos últimos 15 anos foi, sem dúvidas, as exportações. [...] entre 1984 e 1995, para um crescimento do PIB de 10,2% a.a., as exportações em dólares correntes cresceram à extraordinária taxa de 17% a.a. Esta performance fez com que a parcela das exportações chinesas nas exportações mundiais passasse de 0,75% observada em 1978 para 3% em 1995” (MEDEIROS, 2012, p. 5).

primeiramente com o Japão, seguido pelos Tigres Asiáticos e, logo depois, a China. “Como no modelo dos ‘gansos voadores’ de Kaname Akamatsu<sup>35</sup>, o início do grande salto adiante japonês precedeu e liderou o salto regional” (ARRIGHI, 1997, p. 95).

O primeiro estágio da expansão teria como principal agente os Estados Unidos, cujas estratégias geopolíticas favoreceram enormemente o Japão, que não teve que bancar os custos de proteção (militares) e pôde dedicar assim suas energias para a reestruturação econômica (modelo de subcontratação de múltiplas camadas). No segundo estágio, o Japão ampliou suas conexões com as economias do entorno asiático, em busca de mão de obra, sendo o agente da expansão da região. No terceiro estágio, é o próprio governo chinês que parece ser o principal agente da expansão, agindo em consonância com a diáspora mercantil chinesa. (OURIQUES, 2011, p. 155)

Assim, a ascensão chinesa seria a terceira etapa de um desenvolvimento econômico no Leste Asiático que teria início com o desenvolvimento japonês nos anos 1960. O modelo do foguete de três estágios analisa a ligação que as economias da região têm entre si, pois um processo de desenvolvimento deu continuidade a outra rodada de crescimento, localizada em outro país ou conjunto de países. O dinamismo intra-asiático e a ligação sequencial para esse desenvolvimento regional refletem a ideia de “asianização das economias asiáticas” (FRIEDLAND apud ARRIGHI, 1997, p. 102)<sup>36</sup>. Por isso se alega que “não se compreende o ‘socialismo de mercado’ chinês fora dos marcos da compreensão do modo de produção asiático” (JABBOUR, 2010, p. 22). Esse modelo é muito útil para a análise aqui realizada do contexto externo e sua relação com o desenvolvimento econômico durante a ascensão chinesa.

Um modelo similar, o qual influenciou o “foguete de três estágios” de Arrighi, foi o proposto por Terotumo Ozawa:

O renascimento da região da Ásia oriental foi descrito por Terotumo Ozawa como um processo em forma de ‘bola-de-neve’, através de sucessivos ‘milagres’ econômicos interligados, desde o Japão nas décadas de 1950 e 1960, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Malásia e Tailândia nos anos 1970 e 1980, culminando na China nos anos 1990 e início do novo milênio como o centro de expansão econômica e comercial mais dinâmico do mundo. (COSTA, 2010, p. 7)

Para uma melhor análise do contexto em que se deu o processo de desenvolvimento econômico chinês, faz-se necessário abordar as condições políticas e econômicas do sistema internacional da segunda metade do século XX. Como parece

---

<sup>35</sup> Segundo o modelo dos “gansos voadores”, o papel da dinâmica regional e, especificamente, do poder regional é fundamental para a especialização comercial daqueles que (como os gansos voando em formato de “v”) seguem um líder. Para Akamatsu, o Japão exerceu essa liderança no Leste Asiático, fomentando a produção de tecnologia nas economias de seu entorno, nevrálgico para um bom desempenho do setor exportador. Sobre a importância da liderança japonesa e a deficiência de um líder na América Latina, ver Palma (2004).

<sup>36</sup> Em 2008, o comércio intra-asiático foi responsável por 49,7% de todo o comércio feito no mundo (JABBOUR, 2010, p. 100).

inexistir uma teoria geral do desenvolvimento aceitável para todos os casos específicos, é fundamental esse exercício de historicizar a teoria, inserindo-a em seu contexto. A formulação de uma política de desenvolvimento nacional restrita à visão endógena está fadada ao fracasso. Existem forças externas que devem ser levadas em consideração na tentativa de mudança do poder global. Desenvolvimento nacional e poder no sistema internacional estão intimamente ligados.

Na tentativa de não deixar a análise da ascensão chinesa restrita às políticas tomadas pelo país, o presente capítulo tentará demonstrar que o crescimento econômico da China, a partir dos anos 1980, esteve diretamente relacionado com um processo de desenvolvimento econômico asiático com início logo após a Segunda Guerra. Nesse contexto, a política internacional e o papel da hegemonia mundial (os EUA) foram grandes atores externos favoráveis para o desenvolvimento chinês.

### **3.2 A Ordem Mundial**

O mundo após 1945 testemunhou a consolidação dos EUA como a maior potência mundial, tendo de seu lado oposto a União Soviética. Nessa luta de ideologias pela expansão de zonas de influência, a estabilidade econômica e o desenvolvimento se tornaram promessas feitas tanto por um quanto pelo outro lado a fim de angariar apoio das outras nações. Como visto no primeiro capítulo, entrou em voga a chamada “geocultura do desenvolvimento”, com a nova estrutura institucional do sistema internacional voltada para as políticas de estabilidade financeira e crescimento econômico. Sob o controle indireto (ou mais direto) dos EUA, as novas organizações internacionais passaram a difundir os preceitos liberais e a incentivar o crescimento econômico periférico, o melhor remédio contra ideias subversivas. “Reviveu-se, assim, sob a tutela dos Estados Unidos, o projeto de estruturação de um sistema econômico mundial, a partir de um centro nacional dominante” (FURTADO, 1980, p. 21).

No contexto da Guerra Fria, a chance de se aproximar à China fez com que o governo norte-americano enxergasse uma boa oportunidade para tentar isolar ainda mais a URSS e expandir a zona de influência dos EUA. É o início de uma política estrategicamente formulada por Washington denominada “negligência benigna” (AMSDEN, 2009). Assim, como cita Robert Brenner, o “Estado imperial norte-americano, preocupado em ‘conter o comunismo’ e manter o mundo seguro para a livre empresa, buscava o sucesso econômico de seus aliados e concorrentes como base para a

consolidação política da ordem capitalista do pós-guerra” (BRENNER apud ARRIGHI, 2008, p. 112), mesmo que para tal fosse necessário aceitar alguma política “que teria colocado qualquer outro governo estrangeiro entre os inimigos do Mundo Livre na cruzada da Guerra Fria” (ARRIGHI, 1997, p. 107)<sup>37</sup>. Mantendo o foco no Oriente<sup>38</sup>, o “elemento geopolítico crucial no Leste Asiático, ao contrário da América Latina, foi a percepção pelos EUA de que a maior parte da Ásia corria o risco de ser dominada pelos comunistas” (CASTELLS, 2000, p. 318).

A estratégia de reaproximação entre China e EUA no começo dos anos 1970 não foi apenas resultado de um planejamento político bilateral entre esses dois países, mas envolveu também a URSS. A percepção do “perigo soviético” foi fundamental para a formulação das políticas que Washington iria dirigir para a região. A relação entre o desenvolvimento e o poder no sistema internacional pode ser nitidamente observada na política norte-americana de crescimento chinês e contenção do comunismo.

[...] the U.S.-China rapprochement was not only an issue between the United States and China, but also involved a triangular relationship among the United States, China and the Soviet Union, and the interests of the allies of both China and the United States. (XIA; SHEN, 2013, p. 1)

Em 1960, a URSS perde uma importante batalha na luta por zonas de influência com o chamado cisma sino-soviético. Apesar da revolução comunista em ambos os países, o tipo de relacionamento entre a URSS e a China não se modificou fundamentalmente, prevalecendo uma história mais conflituosa do que amistosa, “por razões geopolíticas acima de qualquer ideologia” (LYRIO, 2010, p.201)<sup>39</sup>. O cisma se deu pela recusa dos soviéticos em honrar o acordo de auxiliar a China na construção de armamento nuclear e devido principalmente a conflitos fronteiriços, os quais se efetivaram até pelo menos 1969. Além disso, em 1971 ocorria a aproximação sino-americana – descrita por Henry Kissinger como uma “revolução diplomática” (XIA;

<sup>37</sup> “É desnecessário dizer que o governo norte-americano não estava agindo por benevolência. A logística, tanto quanto a política, exigia que o governo norte-americano sustentasse [...] os diversos centros estrangeiros de produção industrial e de acumulação do capital [...] diante do Mundo Comunista” (ARRIGHI, 1997, p. 107-108).

<sup>38</sup> Após a Segunda Guerra, os interesses dos EUA e dos países latino-americanos passam a ser discrepantes, os últimos defendiam um Plano Marshall para a região, o que não ocorreu. Para uma referência sobre a mudança do foco da política externa norte-americana da América Latina para a Ásia oriental e o fim da “política de boa vizinhança”, ver LÓPEZ-MAYA (1995).

<sup>39</sup> Xia e Shen (2013) também discorrem sobre a prevalência dos interesses geopolíticos acima da ideologia no modo como a China passa a ver suas relações externas após a fase mais radical da Revolução Cultural, preocupando-se principalmente com a ameaça soviética (conflitos de fronteira). Além disso, para Hobsbawm, “embora [a China] ainda usasse da retórica da revolução global, seguiu uma incansável política nacional e autocentrada que a levou, nos anos 1970 e 1980, a um alinhamento com os EUA contra a URSS e a conflitos armados tanto com a URSS quanto com o Vietnã”, dois vizinhos comunistas” (LYRIO, 2010, p. 175).

SHEN, 2013) –, fazendo com que a China entrasse oficialmente em uma posição central no conflito de poder da Guerra Fria.

Devido ao rompimento com a URSS, a China conquistou uma importante vitória para a futura abertura diplomática do país: um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em 1971, no lugar de Taiwan. Essa jogada diplomática teve como importante aliado os EUA, pautados pelas novas “circunstâncias políticas de uma Guerra Fria em que o afastamento entre a URSS e a China tornou-se central” para o projeto de expansão de Washington (LYRIO, 2010, p. 219). Os acontecimentos na política interna dos EUA também eram favoráveis à reaproximação, pois a eleição de Richard Nixon em 1968 iniciou uma nova era de “détente” na política externa norte-americana. Encontrar um modo de sair do Vietnã e procurar novas maneiras de lidar com seus maiores adversários da Guerra Fria estavam no topo de sua agenda. A aliança com a China resolveria muitos problemas.

A reconciliação entre os dois países começou com uma visita secreta de Henry Kissinger a Pequim em Julho de 1971, preparando a visita que Nixon faria em breve ao país. Essa foi a primeira vez que se encontravam frente a frente autoridades máximas do PCC e um representante dos EUA (XIA; SHEN, 2013). Em Outubro de 1971, Kissinger faz uma segunda visita à China; e em Fevereiro de 1972, Nixon realiza a sua visita oficial ao país de Mao. Teria então início “um processo de aproximação bilateral que culminaria nas visitas dos Presidentes Nixon (1972) e Ford (1975) à China e no reatamento de relações diplomáticas em 1978” (LYRIO, 2010, p. 219).

Do ponto de vista norte-americano, a reaproximação com a China possuía importantes fatores estratégicos, já que (i) a URSS estava se igualando aos EUA em questão de número de mísseis de longo alcance; (ii) em 1968 a URSS invade a Tchecoslováquia e se expande para o Leste e Centro Europeu; (iii) e ocorre também a expansão da participação da URSS no Oriente Médio, com ajuda militar a alguns países árabes (XIA; SHEN, 2013). Logo, as condições impostas pela Guerra Fria não podem ser deixadas de lado na sequência da análise aqui realizada. Foi devido a essas condições que os EUA estenderam à China a política de “desenvolvimento a convite”, intimamente ligada com o conceito de negligência benigna.

No pós-guerra o acesso ao mercado americano e ao financiamento internacional criaram para os países aliados as condições externas para o crescimento acelerado. Assim, podemos caracterizar como ‘desenvolvimento a convite’ a estratégia americana de não apenas permitir como também em vários casos promover deliberadamente o desenvolvimento econômico dos países aliados nas regiões de maior importância estratégica para o conflito com a URSS. (MEDEIROS & SERRANO, 1999, p. 132)

Logo, a complacência dos EUA para com algumas políticas chinesas – envolvendo as chamadas políticas de negligência benigna e desenvolvimento a convite – favoreceu em grande medida o desenvolvimento da China. “A China, na terminologia de Wallerstein, foi o último convidado” ao desenvolvimento (JESUS, 2006, p. 202). Quando se poderia imaginar os EUA fazendo “vista grossa” às políticas de desrespeito à propriedade intelectual, de protecionismo comercial e de manutenção artificial da taxa de câmbio? A situação da ordem mundial e a posição geopolítica estratégica da China nos anos 1980 tornaram essa improbabilidade uma realidade bem visível; e “a China potencializou ao máximo o convite dos EUA na medida em que este servia aos seus interesses de contenção da ex-URSS” (MEDEIROS, 2012, p. 12). O conceito de desenvolvimento a convite reflete perfeitamente a noção de que a análise do desenvolvimento periférico deve envolver as relações de poder e competição interestatais, pois esse crescimento econômico engloba um contexto onde a atuação da(s) superpotência(s) torna-se deveras atuante, não por caridade, mas por conta de suas próprias preocupações de natureza estratégica.

Maurício Lyrio (2010) vê a estabilidade internacional como outro fator importante para o sucesso dos milagres asiáticos, principalmente da China, na segunda metade do século XX. Nesse ambiente de relativa estabilidade, as multinacionais não encontraram muita resistência – em termos de capacidade financeira – para poderem investir na China após a abertura de 1978 (além, é claro, das próprias restrições impostas pelo PCC). Uma vez localizadas nas Zonas Econômicas Especiais, essas empresas puderam ser aproveitadas pelo governo chinês em sua estratégia de crescimento. “O fluxo de capital do Primeiro Mundo para os países do Terceiro (e do Segundo) Mundo teve uma grande expansão; a industrialização rápida dos países do Terceiro Mundo solapava a anterior concentração de atividades fabris no Primeiro (e Segundo) Mundo” (ARRIGHI, 2008, p. 21).

A reinserção da China nas organizações internacionais e sua abertura econômica vieram em uma época propícia, pois o período era de estabilidade internacional proporcionado em grande parte pela liderança dos EUA e pela arquitetura do sistema internacional citado anteriormente. Buzan também acredita que a ascensão chinesa foi facilitada por esse período de relativa estabilidade, abertura e prosperidade na economia mundial (apesar das crises econômicas locais dos anos 1980 e 1990), o que possibilitou o sucesso em sua política de crescimento guiado pelas exportações. Essa condição

internacional permitiu que as economias capitalistas avançadas sustentassem um grande montante de importações chinesas, ou seja, mantivessem saldos comerciais deficitários com a China (BUZAN, 2010).

Outra política externa favorável aos interesses chineses nesse contexto histórico pode ser observada através do financiamento internacional facilitado. Percebe-se então que a “abertura chinesa foi precedida por um veloz acesso ao financiamento internacional em condições excepcionalmente favoráveis” (MEDEIROS, 2012, p. 12) como parte da política estratégica dos EUA.

De acordo com Barnett (1981), a China obteve em 1979 e junto ao governo do Japão taxas de juros abaixo de 7,25% a.a. para empréstimos acima de 5 anos, uma taxa não recomendada pela OCDE para países em desenvolvimento. [...] houve um pool de governos para a concessão de 18 bilhões de dólares de empréstimos em 1980. (MEDEIROS, 2012, p. 13)

Quanto à região do Leste Asiático, a China também se beneficiou do ambiente econômico expansivo dos anos 1980 nessa parte do mundo. Será visto com mais detalhes em seguida, porém adianta-se que o yuan chinês estava desvalorizado em relação ao iene japonês, o qual por sua vez também estava desvalorizado em relação ao dólar norte-americano, incentivando as exportações chinesas e o deslocamento da produção asiática para as ZEEs na China (usadas como plataforma de exportação). Além disso, a “reorganização da economia regional asiática a partir do deslocamento do capital produtivo japonês acelerou intensamente o investimento direto e o comércio regional” (MEDEIROS, 2012, p. 14). A parte do capital japonês que se dirigiu à China foi impulsionada pelos menores custos da mão de obra chinesa, pela consolidação das ZEEs e pelas vantagens de exportar através da China com sua moeda desvalorizada.

Nesse sentido, adotando as políticas internas corretas, a China foi o país que mais soube “aproveitar as condições oferecidas pelo sistema internacional em termos de acesso a mercados, bens, tecnologias e capitais para promover o desenvolvimento do país” (LYRIO, 2010, p. 233). Não é à toa, pois, que o país é um grande defensor da arquitetura atual do sistema internacional, sendo “uma das maiores beneficiárias da atual configuração econômica do sistema internacional, inclusive do significativo acesso aos mercados norte-americano e europeu” (LYRIO, 2010, p. 241). A China foi convidada a se desenvolver, mas se ressalta seu próprio papel (e de suas políticas internas) para um bom aproveitamento a longo prazo desse momento.

Durante o período ainda estava em voga as premissas neoliberais do Consenso de Washington, as quais defendiam a desregulação financeira e liberalização das

economias mundiais. Este seria um fator de pressão internacional e conjuntural que poderia prejudicar o processo de desenvolvimento chinês, haja vista o insucesso de tal política em diversos países periféricos. Porém, frente a essa adversidade externa, a China soube impor seu modelo de crescimento fortalecendo a atuação estatal e entrando no capitalismo mundial de forma gradual e controlada pelo PCC. É claro que a estratégia de negligência benigna exercida pelos EUA possibilitou o prosseguimento de diversas políticas que iam contra os preceitos neoliberais impostos a outros países com menor relevância geopolítica do que a China. Na estratégia de criar grandes empresas líderes nacionais, geralmente com participação ativa do setor público, as pressões dos EUA (ou ausência delas) exerceram um papel sensível, pois “conforme as pressões norte-americanas pela liberalização do mercado aumentavam [...] as chances de criar líderes nacionais diminuam” (AMSDEN, 2009, p. 429). Na América Latina, esse tipo de empresa subsidiada pelo governo foi criticada por Washington. Porém, a fiscalização foi bem mais frouxa no Leste Asiático. A estratégia de conter o avanço da URSS com certeza foi fundamental para Washington “tolerar” a desobediência chinesa quanto às políticas neoliberais dos anos 1980.

Dadas as regras vigentes na Organização Mundial do Comércio, outros países em desenvolvimento não poderão utilizar muitos dos instrumentos protecionistas e intervencionistas de políticas industriais e comerciais utilizados pelas nações do Leste e do Sudeste Asiático. (JESUS, 2006, p. 201).

Nesse pequeno trecho, Jorge Jesus sintetiza muito bem a importância da situação histórica e da posição geopolítica em que a China se encontrava em 1980 para o sucesso de seu desenvolvimento econômico; condições essas que, como diz o próprio autor, dificilmente podem ser levadas em conta em um projeto de desenvolvimento nacional, pois são passageiras. Como visto anteriormente, outro exemplo histórico da vantagem da posição estratégica chinesa foi a tolerância inicial das potências em relação à desobediência à propriedade intelectual. Dada a importância em se ter a China como um aliado, as potências ocidentais ignoraram por um bom tempo o fato do país asiático não respeitar a Lei de Patentes<sup>40</sup>, o que contribuiu para a internalização da tecnologia e para o conseqüente desenvolvimento chinês. Outro fator negligenciado inicialmente foi a manutenção da moeda chinesa artificialmente desvalorizada, o que fomentou suas

---

<sup>40</sup> Chang demonstra que, no passado, “a postura antipatente contribuiu para o desenvolvimento de diversas indústrias [...] a inexistência de patentes atraiu o investimento externo direto” (CHANG, 2004, p. 86) e foi utilizado por diversos países hoje desenvolvidos. Pare se ter uma ideia, entre 1820 e 1830, os EUA produziram 535 patentes por ano, enquanto a Inglaterra (centro da industrialização e inovação) produziu apenas 145 (CHANG, 2004, p. 147).

exportações. Apenas nos últimos anos vem crescendo a pressão de Washington para que Pequim valorize sua moeda (LYRIO, 2010), o que mostra o fim daquela política de desenvolvimento a convite devido à realidade geopolítica atual. O louvor dos dirigentes chineses foi saber identificar e tirar o maior proveito possível dessas condições temporárias<sup>41</sup>.

Podem-se observar com clareza os interesses das potências ocidentais (mais especificamente dos EUA) no desenvolvimento a convite chinês através das mudanças políticas realizadas após 1989, quando a URSS já mostrava claros sinais de enfraquecimento. Com o fim da Guerra Fria,

as relações com os EUA começam a mudar e, com elas, as condições do ‘convite’. Usando o seu dominante direito de voto no Banco Mundial e no Banco de Desenvolvimento Asiático, os EUA, alegando desrespeito aos direitos humanos, bloquearam pedidos chineses de empréstimos por vários anos. Em 1995, o Japão suspendeu a concessão de auxílio à China. Desde sua aprovação em 1980, o tratamento de nação mais favorecida (MFN) concedida pelos EUA foi renovado em bases anuais e de forma automática. A partir de 1990, a renovação do tratamento tem se constituído numa questão política crescentemente complexa. (MEDEIROS, 2012, p. 14-15)

Em síntese, a luta por zonas de influência esteve visivelmente contida no “projeto político [...] que se materializou no governo Truman, [quando] a contenção do poder soviético tornou-se o principal princípio organizador da hegemonia dos Estados Unidos”. O processo de desenvolvimento das nações periféricas não pode ser entendido “sem referência aos sucessos e às falhas desse projeto”. Assim, o desenvolvimento da periferia nesse período não ocorreu de “baixo para cima” (como fora no século XIX, sob a hegemonia britânica), pois a “hegemonia norte-americana foi um processo de ‘cima para baixo’ consciente e ativamente encorajado pelo Estado da guerra e do bem-estar social globalizante norte-americano” (ARRIGHI, 2008, p. 162-163). Essa é basicamente a arquitetura do sistema internacional em que se situa o processo de desenvolvimento chinês.

### **3.3 Política externa chinesa e o projeto de desenvolvimento**

Após o período extremo da Revolução Cultural na metade dos anos 1960 e seu total fracasso, iniciou-se uma reação moderada contra algumas das políticas de Mao.

---

<sup>41</sup> Com o yuan desvalorizado artificialmente durante um bom período (em 1993, US\$ 1 equivalia a 5,76 yuanes; e em 1995, a mesma quantidade de dólares equivalia a 8,35 yuanes, mantendo-se mais ou menos nesse patamar nos anos seguintes), a China foi capaz de aumentar exponencialmente suas reservas internacionais: em 1980, o montante estava em US\$ 2,5 bilhões; em 1990 passou para US\$ 29,6 bilhões; em 2000 estava em US\$ 164,6 bilhões; e em 2010 chegou à cifra de US\$ 2,8 trilhões, a maior do mundo (JABBOUR, 2010, p. 217).

Abriam-se as portas para as etapas de modernizações chinesas a partir da abertura econômica de 1978. A China abandonou sua resistência ao Ocidente e se integrou à sociedade internacional com mais força e autonomia do que o fizera durante a primeira metade do século XX<sup>42</sup>. Maurício Lyrio resume muito bem o período de mudança da política externa chinesa a partir dos anos 1970:

Em contraste com a interação desastrosa da China com as potências ocidentais e o Japão no século XIX e na primeira metade do século XX, e com uma história prévia marcada muitas vezes pelo isolamento e pelas relações hierárquicas entre o ‘Império do Meio’ e o entorno de povos bárbaros e tributários, a China emergiu, nas três últimas décadas, como um ator internacional cada vez mais pragmático, autônomo e protagonista no entorno asiático. A anterior rejeição do internacional, decorrente do trauma das ocupações e dos tratados desiguais impostos por potências imperialistas, deu lugar, nos últimos anos, a um ativismo diplomático de múltiplas frentes, por meio do qual Pequim passou a integrar novas organizações internacionais, como a OMC, a protagonizar o lançamento de iniciativas regionais próprias, como a Cúpula Sino-Africana e a Organização para Cooperação de Xangai, e a praticar uma política agressiva de aproximação bilateral com países de alguns continentes, especialmente de regiões ricas em recursos naturais e energéticos, como a África e a América Latina. (LYRIO, 2010, p. 239-240)

Já foi comentado sobre os interesses norte-americanos na reconciliação diplomática com a China, mas ainda falta analisar quais eram os interesses chineses envolvidos nessa reaproximação. No final dos anos 1960, após a fase mais radical da Revolução Cultural, a China de Mao percebeu que deveria sair do isolacionismo em que havia se mantido durante tantos anos. No norte, a URSS acabara de invadir a Tchecoslováquia; no sul os EUA estabeleciam relações diplomáticas com Camboja (na fronteira com a China); e ainda havia o conflito entre o PCC e o Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês) em Taiwan. Além disso, Japão e Coreia do Sul possuíam uma política externa desfavorável à China comunista. Suas relações com a Índia também não eram das melhores desde o conflito fronteiriço de 1962. O conflito fronteiriço com a URSS em 1969 pareceu o limite da política isolacionista para as autoridades chinesas. “It is not surprising that Beijing leaders felt compelled to improve their nation’s security by making majors changes in China’s foreign and security strategy (XIA; SHEN, 2013, p. 5). Nesse contexto, a reaproximação com os EUA de maneira soberana, mantendo os interesses chineses, era mais do que benéfica<sup>43</sup>. Apesar de ainda um pouco tímida, a

---

<sup>42</sup> Qin defende a política externa chinesa a partir de 1980 como revisionista reformista, pois aceita algumas instituições internacionais, mas quer mudar outras; ademais, almeja uma posição maior em seu status internacional. In: BUZAN, Barry. China in International Society: Is ‘Peaceful Rise’ Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, Oxford, v. 3, n.1, p.5-36, 2010.

<sup>43</sup> “The perception of an extremely grave threat from the Soviet Union to China’s national security pushed Mao to decide to break up existing conceptual restrictions in order to improve relations with the United States” (XIA; SHEN, 2013, p. 5).

política externa chinesa começava a se abrir. Em 1971, os EUA encerravam seu bloqueio à China – imposto desde o início do comunismo em 1949 –, o que possibilitou uma expansão gradual das relações diplomáticas desta – e para os EUA significou mais um passo na estratégia de tentar isolar a URSS.

Se durante a maior parte do período sobre Mao, a China tenha se isolado do sistema internacional, a partir da abertura econômica a estabilidade em suas relações externas se tornou um fator primordial para o projeto de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para a legitimação do PCC no poder, quando “a estabilidade política tornou-se um fim e um meio para a nova liderança” (LYRIO, 2010, p. 89). A aproximação diplomática aos países ocidentais e ao Japão<sup>44</sup>, planejada por Deng, tinha como ponto fundamental o “interesse chinês em obter recursos financeiros e tecnológicos para o processo de modernização econômica” (LYRIO, 2010, p. 219). Ou seja, a abertura diplomática da China tinha o pragmático objetivo de buscar instrumentos externos – em especial capitais e tecnologia – para o desenvolvimento.

Certa previsibilidade política passou a ser reconhecida pela liderança do PCC como condição para a retomada do crescimento econômico e para o projeto de modernização da China, essenciais, por sua vez, para a elevação dos padrões de vida da sociedade chinesa e, por extensão, para a relegitimação do Partido. (LYRIO, 2010, p. 89)

Mais adiante, o mesmo autor ainda completa que o respeito adquirido pela China em âmbito global após a abertura da política externa trouxe maior legitimação para o PCC (dependente também da continuação do crescimento econômico), fator fundamental para manter a estabilidade interna e dar prosseguimento ao projeto de desenvolvimento. Assim,

a principal fonte de legitimidade do Partido tem sido o sucesso econômico e uma crecente respeitabilidade internacional que satisfaz os anseios de uma nacionalidade marcada durante quase 150 anos por humilhações externas. Não surpreende que as principais manifestações de âmbito nacional contrárias ao regime, como Tiananmen, tenham ocorrido em momentos de dificuldades na economia chinesa (LYRIO, 2010, p. 119, ênfase adicionada)

A política externa de Deng a partir dos anos 1980 se baseou na busca pela convivência com as instituições internacionais. Barry Buzan “sees China from the late 1970s as steadily adapting to international society, and integrating with it, playing the diplomatic apprentice rather than the revolutionary in intergovernmental organizations from 1971 on, and mainly engaging economically” (BUZAN, 2010, p. 12). A China

---

<sup>44</sup> “[...] Deng went to Tokyo and Washington. An eight-year Sino-Japanese commercial agreement concluded early in 1978 was followed by a peace treaty. Full diplomatic relations with the United States were established the same year” (CALVOCORESSI apud LYRIO, 2010, p. 219).

vem trilhando um caminho de integração e jogando segundo as regras da sociedade internacional. Tanto é que muitos estudiosos vêm o processo de desenvolvimento chinês como uma “ascensão pacífica”<sup>45</sup>, focada mais no crescimento econômico do que em uma ascensão militar<sup>46</sup>. Suas relações com a região asiática melhoraram muito, tendo divergências mais sérias apenas com o Japão<sup>47</sup>. Isso é o resultado de uma política de inserção no sistema internacional sem perder de vista a defesa dos interesses chineses.

Apesar das condições internacionais favoráveis do período, Buzan ainda acredita que um fator externo possa atrapalhar a estabilidade política exigida pela China para a manutenção de seu crescimento econômico nos próximos anos: suas relações com o Japão, abaladas pelo menos desde a invasão destes à Manchúria em 1931. Os países são separados politicamente por questões históricas e discursos públicos. O problema, para a China, é que o Japão é um grande aliado dos EUA, os quais podem legitimar suas ações na região alegando o fortalecimento de suas relações com o Japão (BUZAN, 2010). Se Japão e China resolvessem suas diferenças seria muito mais difícil para os EUA manterem sua posição na região e desmerecer o segundo perante o primeiro<sup>48</sup>.

As things stand, the United States can easily sell the China threat image to Japan. That would become much more difficult if China was able to change the construction of its own identity to downplay rather than cultivate its historical conflicts with Japan from 1890s to 1945 [...] Japan thus occupies a pivotal position not just regionally, but also globally. (BUZAN, 2010, p. 27-28)

<sup>45</sup> A “ascensão pacífica” (ou “heping jueqi”) foi uma expressão apresentada originalmente por Zheng Bijian, Presidente do “China Reform Forum”, em seminário de 2003, e oficialmente adotado pelo Governo e pelo PCC no mesmo ano. Porém, o termo foi descartado pelo Governo já em 2004, retomando o conceito de “peaceful development”, de Deng Xiaoping (LYRIO, 2010).

<sup>46</sup> Ver Buzan (2010); Chagas e Gomes (2014); Arrighi (2008); Lyrio (2010), o qual faz uma relação entre “ascensão pacífica” e o Confucionismo. Como citado em Lyrio (2010), “in Deng’s view, defense has to remain the fourth of China’s much vaunted ‘four modernizations’ – behind agriculture, industry and science” (KENNEDY apud LYRIO, 2010, p. 221, ênfase adicionada). Henry Kissinger também defende a ideia de “ascensão pacífica” chinesa (ARRIGHI, 2008). Porém, ainda é cedo para afirmar que a ascensão chinesa é pacífica. Segundo Paul Kennedy, há um lapso temporal entre uma ascensão econômica e a ampliação da influência militar e territorial de um país, seja porque a ascensão econômica é pré-condição para o investimento bélico, seja por uma opção do Estado em chegar a um nível de crescimento econômico o mais completo possível antes de investir em aparato militar (LYRIO, 2010). A China ainda pode estar em uma dessas primeiras etapas (essa sim pacífica) do desenvolvimento. Um dos críticos da “ascensão pacífica” chinesa e defensor de uma política mais severa dos EUA é Robert Kaplan, influenciado pela “coalizão de equilíbrio” de Mearsheimer (ARRIGHI, 2008).

<sup>47</sup> Porém, fica claro que a China nunca deixou de levar em conta sua posição geográfica sensível, situada em um “triângulo de poder”, com “a Rússia ao norte, a Índia ao sul, e o Japão e a Sétima Frota dos EUA a leste”, todos os países com os quais a China já entrou em conflito militar nos últimos cento e vinte anos (LYRIO, 2010, p. 222).

<sup>48</sup> Uma estratégia norte-americana de “vender” uma imagem ruim da China ao Japão é exatamente o que defende alguns analistas nos EUA, como James Pinkerton. Para Pinkerton, os EUA deveriam apostar nas desavenças entre os países asiáticos e a China, fomentando desentendimentos principalmente com o Japão e a Índia. “Em vez de enfrentar diretamente as potências asiáticas em ascensão, os Estados Unidos deveriam jogá-las umas contra as outras” (ARRIGHI, 2008, p. 305).

Conclui-se que a ascensão chinesa está diretamente relacionada ao ambiente externo, seja devido às condições estruturais e sistêmicas do começo do período de crescimento, seja como um dos objetivos finais do PCC: a projeção internacional da China como potência mundial independente, sentimento baseado no crescente nacionalismo interno fortalecido pela aversão aos anos de submissão perante um povo estrangeiro (LYRIO, 2010). É inclusive em suas relações externas que jaz um dos pontos fundamentais para a continuidade da ascensão chinesa: suas relações com o Japão. É também analisando o ambiente externo que se pode notar uma diplomacia chinesa muito atuante, sendo membro permanente do CSNU e integrando a OMC, além do protagonismo no lançamento de acordos multilaterais, como a Organização para Cooperação de Xangai e a Cúpula Sino-Africana.

### **3.4 As relações econômicas com os EUA**

Analisando o fortalecimento das relações entre EUA e Japão nos anos 1960 e entre os primeiros e diversos outros países da região nos anos seguintes, pode-se identificar claramente a intenção de Washington em manter no Leste Asiático uma aliança estável que permitisse a defesa de seus interesses na região. No contexto da Guerra Fria, quando a disputa por zonas de influência ditava a política externa das potências, os EUA viram suas relações com o Japão como uma parceria estratégica fundamental na tentativa de isolar cada vez mais a URSS. De forma similar, o governo norte-americano se aproximou de Pequim anos mais tarde. “As facilidades econômicas dos EUA à China, dado o apoio desta ao isolamento da ex-URSS, tiveram uma importância decisiva no grande crescimento econômico chinês a partir da década de 80” (JESUS, 2006, p. 181).

Em 1979, a China obteve dos EUA o tratamento de nação mais favorecida (MFN) e foi classificada como ‘nação em desenvolvimento’ o que resultou em redução das tarifas americanas sobre os têxteis e vestuário chineses à metade dos valores iniciais. (MEDEIROS, 2012, p. 13)

Nesse âmbito, entende-se por que as relações econômicas com os EUA foram tão fundamentais para o crescimento das exportações chinesas que possibilitou o desenvolvimento. O Japão exportou para o Leste Asiático o modelo de subcontratação de múltiplas camadas<sup>49</sup>, mas esse não foi o país que absorveu em maiores quantidades a

---

<sup>49</sup> O sistema de subcontratação de múltiplas camadas (SSMC) japonês caracteriza-se por uma descentralização das atividades produtivas muito maior do que seus similares ocidentais. É um sistema

produção resultante desse sistema. Por isso pode-se dizer que o Japão serviu “mais como modelo para a ação estatal do que como mercado ou fonte de financiamento dos países do Leste e Sudeste Asiático” (JESUS, 2006, p. 183). O principal mercado das exportações do Leste Asiático, e principalmente da China, estava reservado aos EUA. A “abertura do mercado americano e ocidental para a China revelou-se um fator econômico extraordinariamente poderoso” para o crescimento chinês (MEDEIROS, 2012, p. 12).

No final de 1979, quando o padrão ouro-dólar de Bretton Woods já estava virtualmente acabado, os EUA dão o golpe final nesse sistema monetário que fora instituído após a Segunda Guerra. Não cabe aqui explicar todo o processo, mas uma vez livre das limitações impostas pelo padrão ouro-dólar,

os EUA podem incorrer em déficits globais na balança de pagamentos e financiá-los com ativos denominados em sua própria moeda [...] Agora os EUA podem incorrer também em déficits em conta corrente permanentes sem precisar se preocupar com o fato de que seu passivo externo líquido está aumentando uma vez que esse passivo ‘externo’ é composto de obrigações denominadas na própria moeda americana e não conversíveis em mais nada (desaparece o problema da redução das reservas de ouro quando ocorrem déficits em conta corrente). (MEDEIROS & SERRANO, 1999, p. 123-124)

Ou seja, a partir de então os EUA ficam “livres” para incorrer em déficits com seus parceiros comerciais. De fato é o que ocorre, seguindo a política de tratamento estratégico aos países asiáticos.

**Tabela 2:** Balanço Norte-Americano no Comércio Bilateral de Bens e Serviços, 1986-2012 (em bilhões US\$)

Ano	China	Japão	Coreia do Sul	Cingapura	Taiwan	Hong Kong
1986	-1,67	-55,03	-6,37	-1,34	-14,27	-5,86
1988	-3,49	-51,79	-8,87	-2,20	-12,58	-4,55
1990	-10,43	-41,10	-4,08	-1,78	-11,17	-2,80
1992	-18,31	-49,60	-2,04	-1,69	-9,34	-0,72
1994	-29,51	-65,67	-1,60	-2,34	-9,60	1,74
1996	-39,52	-47,58	3,97	-3,62	-11,45	4,10
1998	-56,93	-64,01	-7,46	-2,66	-14,96	2,39
2000	-83,83	-81,55	-12,48	-1,37	-16,07	3,13
2002	-103,06	-69,98	-12,00	1,41	-13,77	3,27
2004	-162,25	-76,24	-19,98	4,03	-13,04	6,51

altamente estratificado em camadas múltiplas (subcontratantes primários, secundários, terciários, até atingir a base da pirâmide, onde vários domicílios subcontratam operações simples), com diferenças salariais entre as diferentes camadas da subcontratação, e muito mais regulado e estável do que seus similares ocidentais. O sucesso da ascensão dos Tigres Asiáticos foi a adoção desse SSMC japonês de produção, o qual possuía uma relação simbiótica com o ambiente regional mais amplo. Ver: Arrighi (1997); Ouriques (2011).

2006	-234,10	-89,72	-13,58	6,06	-15,50	9,80
2008	-268,04	-74,12	-13,40	11,97	-11,40	15,01
2010	-273,04	-60,08	-10,05	11,58	-9,80	22,27
2012	-315,11	-76,47	-16,64	10,29	-14,52	32,01

Fonte: <http://www.census.gov/foreign-trade/balance/>. Elaboração própria.

Essa relação deficitária consciente dentro da política de negligência benigna com o Japão e com os Tigres Asiáticos durou até por volta dos anos 1990, quando os EUA já exigiam uma maior abertura desses mercados e a liberalização de suas economias. O movimento norte-americano de endurecimento da política comercial em relação aos antigos convidados reflete muito bem o fim da Guerra Fria e a diminuição da necessidade de isolamento da então desmantelada URSS. Mais especificamente, tal movimento de arrocho foi reflexo de uma política iniciada no fim da década de 1970, quando chega ao fim a macropolítica norte-americana de déficits federais. “O lobby em Washington por parte de prestadores de serviços financeiros em busca de um acesso mais fácil aos mercados financeiros do exterior se intensificou na década de 1980” (AMSDEN, 2009, p. 436). Daí em diante os EUA aplicam uma política gradual para “fechar o mercado norte-americano aos principais concorrentes estrangeiros (principalmente da Ásia oriental)” (ARRIGHI, 2008, p. 119-120), limitando suas importações e forçando a abertura dos mercados destes às exportações norte-americanas e ao IED, principalmente durante o governo Reagan (1981-1989).

No entanto, os déficits comerciais especialmente com a China continuam a crescer, parecendo que o convite ao desenvolvimento japonês e aos Tigres passara a ser oferecido (conscientemente ou não) aos chineses.

Carlos Medeiros (2012) oferece alguns argumentos para essa hipótese. Com o Acordo Plaza de 1985, o “iene e posteriormente as moedas dos Tigres Asiáticos valorizaram-se fortemente em relação ao dólar” (MEDEIROS, 2012, p. 12). Os EUA eram constrangidos financeiramente pelos sucessivos déficits comerciais com esses países. Washington passou, então, a estimular o comércio regional, visando uma maior autossuficiência de economias como o Japão, Coreia do Sul e Taiwan<sup>50</sup>. Logo, o acordo significou um “ajuste dentro do processo de renovação da hegemonia norte-americana, que começara a troca das políticas monetárias ultrafrouxas pelas extremamente rígidas” (ARRIGHI, 2008, p. 166). Isso fez com que durante o período,

<sup>50</sup> Com a retomada das relações sino-americanas, o “perigo chinês” não representava mais ameaça aos interesses de Washington na região. Dessa forma, os EUA não precisariam mais manter a política de negligência benigna que vinha sendo direcionada principalmente ao Japão.

[a] ofensiva comercial dos EUA em relação ao Japão e Tigres Asiáticos impulsionou amplo deslocamento de capitais para países de menor grau de desenvolvimento como Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas, mas sobretudo para a China, que por razões próprias e estratégicas, construiu o seu próprio convite aos capitais privados nas Zonas Econômicas Especiais. A explosão do IED e das exportações chinesas corresponde, portanto, a uma resposta ao duplo movimento americano: um, diretamente político, de promoção de China e de isolamento da ex-URSS e outro, diretamente econômico, de contenção do déficit comercial com o Japão e com os demais Tigres Asiáticos. (MEDEIROS, 2012, p. 12, ênfase adicionada)

Em um primeiro momento, subentende-se que a política de arrocho norte-americana para com o Japão e os Tigres Asiáticos teve o efeito talvez não esperado do aumento das exportações chinesas, as quais foram impulsionadas pela busca desses países em produzir e exportar através da China, com custos mais baixos. O aumento das exportações chinesas, por sua vez, continuou a ter os EUA como seu principal destino, fomentado pelo baixo custo de produção chinês e pela desvalorização do yuan em relação ao dólar norte-americano. Em síntese:

Face ao crescimento dos custos de produção [...], a existência de custos muito mais baixos e câmbio desvalorizado na China exerceu amplo estímulo para o deslocamento de capitais de Hong Kong, Formosa e Japão (Coreia do Sul numa escala menor) atraídos por taxas de lucros mais elevadas garantidas nas Zonas Econômicas Especiais. [...] De certa forma, tão ou mais importante do que a estratégia chinesa de atração dos capitais de Hong Kong e Formosa foi a mudança da política cambial americana em 1985 e, a partir daí, a crescente pressão comercial sobre o Japão e os quatro tigres do Leste Asiático. Como resultado destes movimentos, o superávit comercial destes países com os EUA começou a reduzir-se e o superávit da China com os EUA começou a expandir-se. [Assim,] a política cambial americana nos anos 80, conduziu a uma redução do seu déficit com o Japão e com os Tigres Asiáticos, mas, pelo próprio sentido do deslocamento dos capitais asiáticos, formou-se um crescente déficit com a China. (MEDEIROS, 2012, p 14-15)

De antemão, esse movimento pode parecer não ter sido tão bem calculado pelos EUA, os quais trocaram os déficits comerciais com o Japão e com os Tigres pelos déficits com a China. Porém, opta-se por uma visão divergente, mais completa do que este hipótese. Os efeitos negativos da política de déficits comerciais com a China patrocinada pelos EUA possuíam como objetivo primário não fatores econômicos, mas sim sociais e políticos, ou seja, a prioridade estava na “contenção do comunismo, [no] controle do nacionalismo e [na] consolidação da hegemonia norte-americana” (ARRIGHI, 2008, p. 164). Ora, o desenvolvimento periférico “depois da Segunda Guerra Mundial estava embutido, do início ao fim, nas rivalidades da Guerra Fria” (ARRIGHI, 2008, p. 165). E o que passou a ser desvantajoso para os EUA em termos econômicos era, pois, um risco muito bem planejado a ser corrido; suportável frente aos resultados do planejamento estratégico político para a China e região.

Ted Fishman oferece outra explicação, porém complementar, para a extensão das relações desvantajosas para os EUA no comércio deficitário com a China. Essa relação comercial envolveu as empresas norte-americanas em grau muito mais intenso do que ocorrera com outros mercados em anos anteriores. De fato, as “grandes empresas norte-americanas realmente abraçaram a expansão econômica chinesa com muito mais entusiasmo do que fizeram com a expansão econômica japonesa na década de 1980” (FISHMAN apud ARRIGHI, 2008, p. 310). Desse modo, o que poderia parecer desvantajoso comercialmente para os EUA como nação era muito vantajoso para as empresas multinacionais norte-americanas, as quais exerciam pressão para que se mantivesse a política comercial adotada até então. Durante o período, houve um grande aumento na terceirização das multinacionais norte-americanas. Assim,

a promessa da China parece tão magnífica para as grandes empresas norte-americanas e para os super-ricos que o interesse nacional dos Estados Unidos e a saúde da economia a longo prazo contam pouco. (ARRIGHI, 2008, p. 311)

Políticos e especialistas norte-americanos não conseguem entender por que atualmente suas contrapartes chinesas veem os EUA como contrários à ascensão econômica da China. Aqueles argumentam que “the United States has opened its markets to China, trained hundreds of thousands of China’s best and brightest at American universities, invested billions in Chinese manufacturing, and supported Beijing’s accession to the World Trade Organization” (PEI, 2014). Porém, como visto logo acima, essa política norte-americana não se baseou em pura benevolência de Washington; ela ia ao encontro dos interesses do governo no período da Guerra Fria e das grandes empresas dos EUA. A preocupação chinesa é legítima, pois grande parte das condições que fomentaram as políticas norte-americanas vantajosas para a China já não existe mais.

A China soube aproveitar bem até demais essa mudança nas relações comerciais da Ásia oriental com os EUA e o “convite ao desenvolvimento” feito por estes<sup>51</sup>. De fato, segundo Jabbour (2010), a contenção da URSS e os Acordos Plaza em 1985 impostos ao Japão são dois movimentos de caráter internacional com protagonismo dos EUA que beneficiaram o projeto de industrialização chinesa. Com o passar dos anos, a China tornou-se um dos maiores credores norte-americanos, dedicando-se “a compras

---

<sup>51</sup> A China não configurava nem entre os 10 principais países dos quais os EUA mais importavam em 1980. Mas já em 1996, a China passou a ocupar a quarta posição. Neste ano, o valor das importações dos EUA com origem chinesa alcançava a cifra de 50 bilhões de dólares. E Taiwan, o qual utilizava a China como plataforma para suas próprias exportações, ocupou o sexto lugar, vendendo 30 bilhões de dólares em bens e serviços para os EUA (AMSDEN, 2009, p. 447).

maciças de títulos do Tesouro norte-americano e a acumular reservas em dólar” (ARRIGHI, 2008, p. 202). A financeirização da economia dos EUA e a influência deste país no Leste Asiático encontram problemas na medida em que a China surge como “destino alternativo para as exportações e os investimentos da Ásia oriental e como importante credor dos Estados Unidos”. Durante o governo Bush (filho, 2001-2009), “o financiamento do déficit ficou, cada vez mais, à mercê dos bancos centrais da Ásia oriental” (ARRIGHI, 2008, p. 205-206), e mecanismo fundamental para bancar as incursões militares dos EUA no exterior. O processo chegou a um nível em que, como citou Paul Krugman, “atualmente os Estados Unidos têm pouca influência na China” (KRUGMAN apud ARRIGHI, 2008, p. 214).

Aparentemente, a política estratégia norte-americana inserida no contexto da Guerra Fria para com a China não esperava que o país asiático se saísse tão bem em seu projeto de desenvolvimento econômico. Se entre 1960-1980, os EUA puderam impor uma relação de subordinação política aos países asiáticos em troca de “relações comerciais extremamente vantajosas com o Estado central” (ARRIGHI, 2008, p. 350), o crescimento chinês a partir de 1980 soube manter o interesse nacional acima de qualquer pressão externa, beneficiando-se das relações vantajosas sem se subordinar politicamente aos EUA.

Por esse motivo, no começo dos anos 2000, retomou-se com força a política antichinesa nos EUA, visando principalmente exercer pressão no Congresso norte-americano para a adoção de medidas comerciais restritivas à China e benéficas aos interesses de Washington. Assim, percebe-se que a sinofobia e seu

súbito ressurgimento na virada do século XXI foi provocado pela percepção de que a China, e não os Estados Unidos, era o principal beneficiário do projeto de globalização que os próprios Estados Unidos haviam patrocinado nas décadas de 1980 e 1990. (ARRIGHI, 2008, p. 303)

Arrighi nota, então, uma inversão dos papéis entre EUA e China. Estes souberam tanto aproveitar as condições internacionais favoráveis a seu desenvolvimento que, hoje em dia, mesmo que os EUA pressionassem a China por uma valorização do yuan<sup>52</sup>, que poderia equilibrar a balança comercial entre os dois países, essa política “apenas substituiria a importação chinesa pela de outros fornecedores estrangeiros mais caros. O resultado para os Estados Unidos seria aumento da inflação, maior perda de

---

<sup>52</sup> “Em meados de 2005, a China suspendeu a indexação de uma década ao dólar estadunidense, o que levou à valorização gradual de sua moeda – o Yuan – até 2008. Uma indexação ‘de facto’ permaneceu em vigor até junho de 2010, a partir de quando foi registrada uma valorização gradativa” (BRASIL, 2013, p. 27).

competitividade e redução do número de empregos, em vez de aumento”<sup>53</sup>, devido principalmente a perda da competitividade das empresas norte-americanas nacionais e internacionais (ARRIGHI, 2008, p. 214-215). De fato, em 2003, a China já se tornou o maior parceiro comercial do Japão e da Coreia do Sul (maiores aliados dos EUA), sendo reconhecida por muitos como o novo hegemon regional, “a locomotiva do restante da Ásia oriental”<sup>54</sup> (ARRIGHI, 2008, p. 216).

### 3.5 A diáspora capitalista chinesa

Apesar de alguns estudiosos verem a Europa como o berço da formação de um sistema econômico regional, a China já era o centro de um sistema econômico localizado na região do Leste Asiático muito antes do século XV. A sociedade sinocêntrica do Leste Asiático, antes da presença maciça do Ocidente, já possuía um sistema de tributos como uma instituição imposta pela China Imperial, uma superpotência unipolar no centro de um sistema de suserania regional<sup>55</sup>. Esses tributos recolhidos pelo Império do Meio eram mais simbólicos do que econômicos, pois a China se via superior à necessidade de qualquer forma de assistencialismo vindo do exterior (LYRIO, 2010) – como será visto, a origem do orgulho e nacionalismo chinês já pode ser datada dessa época.

Com a chegada do Ocidente na primeira metade do século XIX, esse sistema sofreu sensíveis modificações. Pela primeira vez, a China deveria concordar com uma ordem internacional imposta de fora. “China was pushed from being an empire to being

---

<sup>53</sup> Jabbour também acredita que os déficits comerciais dos EUA com a China “são a senha para a manutenção de baixos índices de inflação e alargamento da capacidade de endividamento das famílias”, ao mesmo tempo em que aumenta os estoques de reserva internacional de seu principal concorrente (JABBOUR, 2010, p. 223).

<sup>54</sup> A expressão de Arrighi (“locomotiva da Ásia”) remete mais uma vez à ideia de que o desenvolvimento ocorrido na Ásia oriental foi um processo de sucessivos milagres econômicos, cada um fomentando uma nova rodada de crescimento em sua vizinhança. Expressa também a posição central que a China vem conquistando na região. De fato, um exemplo da diminuição da influência dos EUA na Ásia oriental é o enfraquecimento da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC – da qual os EUA fazem parte) e um fortalecimento da ASEAN (constituído originalmente por China, Japão e Coreia do Sul, sem a presença dos EUA), que vem crescendo em número de participantes (ARRIGHI, 2008).

<sup>55</sup> Não se alongará no tema, mas a condição milenar do Estado chinês é um dos fatores pelos quais não se dará maior atenção à teoria da dependência no presente trabalho. Para a América Latina, a teoria da dependência oferece análises preciosas a respeito do desenvolvimento regional, porém a antiguidade da China como “centro do mundo” muito antes da Europa e do Ocidente torna complicado analisar o desenvolvimento chinês mais recente através de um viés dependentista. Ressalta-se a importância da história, ou seja, do passado de um país ou região.

a state, and from constituting the core to being part of the periphery” (BUZAN, 2010, p. 9).

Essa foi a “periferização” da China<sup>56</sup> ou, segundo Gilbert Rozman, “de uma região inteira que esteve na vanguarda do desenvolvimento mundial durante pelo menos dois mil anos, até os séculos XVI, XVII e mesmo XVIII, e depois sofreu um eclipse relativamente rápido, mas profundo” (ROAZMAN apud ARRIGHI, 2008, p. 17-18). Dados os pontos expostos acima e devido ao “Tratado de Nanquim (1842), que se seguiu à Guerra do Ópio (1839-1842), a China foi obrigada a firmar uma série de tratados desiguais nas duas décadas posteriores” (CHANG, 2004, p. 98), o que acarretou sua “periferização”. Como já fora antes o centro de um sistema regional e uma das economias mais avançadas do mundo, pode-se tratar o desenvolvimento chinês a partir de 1980 como um “ressurgimento”<sup>57</sup>.

Em síntese, após as invasões inglesas através das Guerras do Ópio, iniciada em 1839, a China deixou de ocupar a posição central desse sistema econômico regional. Porém, muitos estudiosos acreditam que tal sistema nunca fora totalmente destruído. Arrighi (1996), por exemplo, defende que devido à autonomia que os países do Leste Asiático teriam dentro do milenar sistema sinocêntrico de comércio-tributo<sup>58</sup>, a expansão europeia sobre a Ásia no século XIX teria feito com que os países periféricos desse sistema buscassem melhores vantagens da desestabilização chinesa, substituindo a China como centro do sistema. Seria um rearranjo de posições e status, não uma completa destruição do modelo. Nesse sentido, a Revolução Meiji japonesa teria sido mais uma tentativa de ocupar o papel da China no centro de um sistema econômico

---

<sup>56</sup> Após os desastrosos resultados da Guerra do Ópio para a economia chinesa, “a China praticamente deixou de ser o centro de um sistema interestatal asiático-oriental centrado em si mesmo. Ao contrário, no decurso de cerca de um século, ela tornou-se membro subordinado e cada vez mais periférico do sistema capitalista global” (ARRIGHI, 2008, p. 347).

<sup>57</sup> “Em lugar de falar da ascensão da China como potência em fins do século XX e começos do XXI, futuros historiadores poderão referir-se ao interregno de cem a cento e cinquenta anos – da primeira metade do século XIX à segunda metade do século XX – como um período atípico, em que a China deixou temporariamente de estar entre as nações mais avançadas do mundo do ponto de vista social, econômico e tecnológico, contra o pano de fundo de uma história de mais três mil anos em que esteve, muitas vezes, na vanguarda do desenvolvimento” (LYRIO, 2010, p. 9).

<sup>58</sup> “O sistema comercial-tributário oferecia um arcabouço simbólico de interação político-econômica mútua que, não obstante, era suficientemente frouxo para dotar seus componentes periféricos de considerável autonomia em relação ao centro chinês”. Ademais, “as relações tributárias entre a corte imperial chinesa e os Estados vassallos não envolviam cobrança de impostos. Ao contrário, os Estados vassallos ofereciam à corte imperial chinesa presentes apenas simbólicos e recebiam em troca outros muito mais valiosos”. Porém, sua grande importância residia no fato de que “o que nominalmente era ‘tributo’ revelou-se, na verdade, uma transação de mão dupla que permitia ao Reino Médio ‘comprar’ a aliança dos Estados vassallos e, ao mesmo tempo, controlar o fluxo de gente e de mercadorias em suas fronteiras mais distantes” (ARRIGHI, 2008, p. 331).

regional do que de equiparar-se ao Ocidente em termos de modernização (ARRIGHI, 1996).

Mas o que ocorreu com esse sistema sinocêntrico de comércio-tributo centralizado na China após a Segunda Guerra Mundial? Nota-se que as relações entre os Estados e empresas do Leste Asiático ainda são altamente influenciadas por essa condição milenar imposta durante o período de dominação da China Imperial. Sendo assim, os laços que ligavam essas comunidades nunca morreram de fato, “muito pelo contrário, continuaram a constituir um elemento de ligação, ‘invisível’ mas poderoso, da economia regional do Leste Asiático” (ARRIGHI, 1996, p. 4). Isso vale dizer que, atualmente, as redes informais de comércio ainda exercem um importante papel na ligação entre as economias da região.

Na década de 1970 e sobretudo na de 1980, embora o investimento estrangeiro direto no Leste asiático e entre este e o restante do mundo tivesse crescido rapidamente, a organização além fronteiras de empresas comerciais na região dependeu muito mais das redes informais entre unidades juridicamente independentes do que da integração vertical dentro de uma única empresa de múltiplas unidades. (ARRIGHI, 1996, p. 7)

É exatamente como um aspecto dessa ligação informal das redes de comércio do Leste Asiático que entra o caso do sistema “guanxi” de comércio chinês<sup>59</sup>. Em mandarim, “guanxi” significa “contatos” ou “relacionamento”. É essa rede de contatos que comanda os negócios na China e referem-se à troca de favores regulares e esperados voluntariamente, fundamentais para a flexibilidade da produção chinesa e fator nevrálgico para o deslocamento da produção mundial para o Leste Asiático (CASTELLS, 2000). Empresários e investidores ocidentais frequentemente encontram dificuldades em comercializar na China sem um contato interno devido a aplicações inconsistentes de regras comerciais; regras e regulamentações que diferem de região para região; suborno e corrupção (BRASIL, 2013). As redes “guanxi” tornam-se, nesse contexto, importante fator de ligação entre o mercado chinês e o capital estrangeiro.

A diáspora comercial chinesa, cuja origem data de um período anterior<sup>60</sup> à invasão europeia – porém reforçada por ela –, também reflete as chamadas “conexões invisíveis” do Leste Asiático, representando redes de fluxos comerciais e financeiros.

---

<sup>59</sup> “‘Guanxi’ significa o estabelecimento de relações sociais mutuamente proveitosas. Mais do que em outras culturas, os negócios no país são concretizados com base na confiança recíproca. [...] Por isso, as redes de conhecimento mais utilizadas são em primeiro lugar as de família, além de colegas de escola e outros conhecidos. Uma vez pedido um favor, fica subentendido que outro favor do mesmo valor é devido no futuro” (BRASIL, 2013, p. 167).

<sup>60</sup> A diáspora econômico-comercial chinesa tem origem em uma tradição comercialista regional muito intensa, iniciado com o desenvolvimento precoce de uma “Rota da Seda”, em aproximadamente 1300, pelo interior do continente e nos caminhos marítimos que levavam ao Sudeste Asiático (LYRIO, 2010).

Para os propósitos desse trabalho, será considerada a primeira grande expansão desse grupo comercial aquela ocorrida exatamente após a invasão europeia na região asiática. Agora com uma estrutura econômica centrada no Reino Unido, desmantelou-se o sistema comércio-tributo que era centrado na China, fazendo com que esta perdesse o antigo controle sobre o fluxo de pessoas e mercadorias no Leste Asiático. Com essa desregulamentação, houve então uma “expansão das comunidades mercantis chinesas que haviam se desenvolvido nos interstícios do sistema comercial-tributário centrado na China”. Essa expansão do comércio enriqueceu não apenas os mercadores, mas “também as cidades portuárias de Singapura, Hong Kong, Penang e Macau, que se tornaram ‘recipientes’ privilegiados da riqueza da diáspora empresarial chinesa” (ARRIGHI, 2008, p. 343-344). Devido aos custos das Guerras do Ópio e da perda relativa do controle da região para os invasores europeus, a dinastia Qing, no final do século XIX, buscou ajuda financeira através das atividades dos chineses ultramarinos em troca de cargos, títulos e proteção para propriedades na China. Esse acordo “foi grande fonte de enriquecimento para os capitalistas chineses estabelecidos no exterior” (ARRIGHI, 2008, p. 344).

Expandindo-se para outras regiões do Sudeste Asiático, os empresários e comerciantes chineses da diáspora foram os responsáveis por introduzir as primeiras manufaturas em Taiwan, Indonésia, Malásia e Tailândia (AMSDEN, 2009). Essa ocorrência foi muito importante para o enriquecimento dos chineses ultramarinos e para estes adquirirem experiência no desenvolvimento industrial. Mais tarde, ao retornarem à China após a abertura de 1978, a experiência e os recursos adquiridos em sua expansão pelo Sudeste Asiático em anos anteriores serão de grande valia para o projeto chinês de crescimento econômico.

Essa classe capitalista originária da China teve sua segunda grande expansão ao deixar seu país natal durante o período do comunismo de Mao Tsé-Tung, espalhando-se pelos vários países da região, refugiando-se novamente em Taiwan e Hong Kong, onde foram fundamentais para o crescimento econômico dessas localidades nos anos 1960-1970. Apoiando o Kuomintang em 1911, essa classe chinesa, sendo derrotada pela revolução levada a cabo pelo PCC em 1949, sofreu um “novo surto de migração chinesa para o sudeste da Ásia, principalmente Hong Kong e Taiwan” (ARRIGHI, 2008, p. 354). Após 1945, com a incorporação de Taiwan à China Nacionalista (Kuomintang), foi possibilitado nessa localidade um rápido progresso industrial “a despeito de uma experiência manufatureira no pré-guerra relativamente fraca, pelo grande influxo, para

Taiwan, de chineses continentais”, com experiência na manufatura têxtil (AMSDEN, 2009, p. 201). Observa-se até aqui que o grupo formado pela chamada diáspora capitalista chinesa já possuía a influência e o poder econômico originados da primeira grande expansão, concentrando-se principalmente em Taiwan e Hong Kong, futuras localidades de onde surgirão grande parte do capital e dos contatos sensíveis ao crescimento econômico da China nos anos 1980.

O retorno dos chineses ultramarinos (e de seu capital e rede de contatos) à China continental foi adiado após a Segunda Guerra Mundial devido ao arrocho da política revolucionária de Mao e ao embargo norte-americano ao comércio com a China após a Guerra da Coreia (1950-1953). Mas uma vez promulgada a abertura da economia chinesa em 1978, grande parte dessa classe capitalista voltou sua atenção à China, abrindo empresas no país ou atraindo investimentos externos.

[...] a maior oportunidade de aumento de sua riqueza e poder veio com a reintegração da China continental ao mercado regional e global, na década de 1980. Nesse sentido, foi fundamental a abertura da República Popular da China ao comércio e aos investimentos externos, cujo êxito deu início a uma fase inteiramente nova do renascimento da Ásia oriental: a fase da volta da China ao centro da economia regional. (ARRIGHI, 2008, p. 355)

A diáspora capitalista chinesa, assim, constituiu-se em uma dessas “ligações invisíveis” entre as economias do Leste Asiático. Se durante os anos 1970 e 1980, essas redes comerciais se basearam nas indústrias japonesas que exportaram para a região o sistema de subcontratação de múltiplas camadas, “de meados da década de 1980 em diante, porém, a liderança das companhias japonesas na formação de redes comerciais regionais foi suplementada e, em áreas-chaves, ultrapassada pelas atividades da diáspora comercial ultramarina dos chineses” (ARRIGHI, 1996, p. 7).

Po-keung Hui vê a diáspora capitalista chinesa como um importante acumulador de capital na região do Leste Asiático (ARRIGHI, 1996). Os investimentos dos chineses que vivem em Taiwan, por exemplo, “desempenham um papel significativo no desenvolvimento econômico no sul da China” (CASTELLS, 2000, p. 344). De forma similar, na década de 90,

Hong Kong tornou-se [...] a conexão para a China e para o milagre chinês. A maior parte dos investimentos na China circula por intermédio de Hong Kong. Assim, Hong Kong antecipou seu destino tornando-se indispensável à incorporação da China na economia global. (CASTELLS, 2000, p. 315)

Hong Kong sempre será uma parte muito especial da China – apesar de seu maior apelo democrático, explicando os dizeres “um país, dois sistemas” –, pois há anos vem desempenhando o papel de principal elo entre a China e a economia internacional,

componente que se tornou essencial para o antigo Império do Meio, cada vez mais interligado por uma rede transnacional de empresas e sociedades regionais (CASTELLS, 2000). Sobre a participação de Hong Kong e Taiwan no processo de desenvolvimento econômico chinês, vale a pena transcrever na íntegra uma passagem de Castells:

O investimento na China era arriscado, mas podia render lucros altíssimos em um mercado grandemente inexplorado, com custos de mão de obra desprezíveis, sob a condição de se saber conduzir operações em ambiente complexo. Os investidores chineses de Hong Kong e Taiwan utilizaram-se da abertura para descentralizar sua produção sobretudo em Pearl River Delta e em outras regiões do sul da China, quando os custos mais elevados de produção caseira e a redução de suas cotas de exportação ameaçavam sua posição competitiva. Para minimizar os riscos, eles usavam suas redes guanxi (de relações), principalmente à procura de pessoas do mesmo lugar de origem (tong-xiang), seus parentes ou amigos, ou conhecidos do grupo dialetal. A construção da infraestrutura para dar suporte às conexões internacionais (hotéis, serviços empresariais, aeroportos, rodovias, incorporação imobiliária) criou um mercado imediato para as empresas de grande porte localizadas em Hong Kong que entraram nesse tipo de investimento logo no início do processo de reforma econômica [...] a megaregião Hong Kong – Shenzhen – Guangzhou – Zhuhai – Macau – Pearl River Delta, que abriga cerca de sessenta milhões de pessoas, tornara-se uma unidade econômica no início dos anos 90, constituindo um dos possíveis nós globais do século XXI [...] Uma vez estabelecidas as redes de investimentos de Hong Kong e Taiwan, no fim dos anos 80, o capital fluiu de todo o globo, boa parte dele proveniente das comunidades chinesas do exterior, de Cingapura, Bancoc, Penang, Kuala Lumpur, Jacarta, Califórnia, Nova Iorque, Canadá e Austrália. (CASTELLS, 2000, p. 357)

É correto afirmar que grande parte dos investimentos originados de Hong Kong é proveniente de diversos países do mundo, pois este se tornou um centro do capital financeiro global. Porém, esse capital global é administrado, em Hong Kong, por empresas chinesas, que remetem os lucros à própria China, confirmando a importância do papel dos chineses do ultramar.

Para o desenvolvimento da China, as atividades da diáspora capitalista chinesa foram essenciais na atração de investimentos externos e na entrada de capital acumulado por empresários chineses do ultramar. Além disso, facilitou o acesso ao mercado relativamente fechado e pouco conhecido no estrangeiro às multinacionais. Com a abertura de 1978, a China reentrou no mercado mundial na posição mais baixa da hierarquia de valor agregado. Sua incapacidade inicial de elevar o PIB em relação aos preços mundiais fez com que a intensiva mão de obra chinesa fosse uma enorme atração para o capital e o empresariado estrangeiro desde fins da década de 1980. Esse encontro entre o capital externo e a China foi fomentado pelas redes da diáspora capitalista chinesa ultramarina, pois “cerca de 80% desse capital provém da comunidade chinesa de além-mar” (ARRIGHI, 1996, p. 11).

### 3.6 Influências externas

A unificação cultural chinesa remonta pelo menos ao século VIII ou IX e seu nacionalismo possui igual longevidade (LYRIO, 2010). Devido aos numerosos episódios de invasões externas em seu passado – pelos mongóis, manchus, ingleses, franceses, russos, alemães e japoneses (estes últimos em 1931, 1932 e a ocupação de 1937-1945) –, o sentimento nacional tornou-se um aspecto da sociedade chinesa ainda mais relevante para a análise do modo como suas decisões são tomadas. O forte nacionalismo trouxe também um poderoso sentimento de superioridade em relação aos outros povos<sup>61</sup>, o que pode ter sido um dos responsáveis pela periferização da China durante o contato com o Ocidente no século XIX, pois:

A passividade da China diante dos ocidentais que chegavam dos mares e desembarcavam em seus portos em pleno século XIX, vindos de terras distantes, não-contíguas, tinha muito que ver com a incredulidade diante de povos julgados não apenas subalternos culturalmente, mas também incapazes de dobrar uma China imensa, interiorana, munidos apenas de barcos e canhões, sem a efetiva ocupação do território. (LYRIO, 2010, p. 83)

Nesse mesmo contexto, mas com uma consequência um pouco mais positiva para o futuro chinês, o orgulho nacional foi o responsável por se compararem às economias dos seus vizinhos na segunda metade do século XX, as quais estavam se desenvolvendo muito mais do que a China, e por chegarem à conclusão de que algo deveria ser feito para que seu país não ficasse para trás quanto ao crescimento econômico regional, o que seria um duro golpe para o sentimento nacional chinês.

Para a China em particular, o crescente abismo entre a economia chinesa e outras economias referenciais na história do país, como a do Japão, que crescia vertiginosamente no período, provocou uma severa crítica do modelo maoísta. De fato, um dos estímulos para o lançamento das reformas econômicas após a morte de Mao foi o contraste entre a paralisia da China, às voltas com sua convulsão política, e o impressionante impulso que o Japão e outros países do entorno asiático ganharam nas décadas de 1960 e 1970. (LYRIO, 2010, p. 154)

---

<sup>61</sup> “Dado que os invasores do interior da Ásia tornavam-se cada vez mais poderosos do ponto de vista militar, os chineses encontraram refúgio em instituições sociais e num sentimento de superioridade cultural e estética, algo que a invasão e a conquista por povos estrangeiros não lhes podiam roubar” (LYRIO, 2010, p. 166). Fernand Braudel, comentando sobre a China, também chegou a alegar que “she has always believed in her superiority over the rest of the world and in the supremacy of her civilization, outside of which, in her view, there was only barbarism” (BRAUDEL apud LYRIO, 2010, p. 167); e Will Durant observou que “it was the gentle custom of the Chinese, in official documents before 1860, to employ the character for ‘barbarian’ in rendering the term ‘foreigner’” (DURANT apud LYRIO, 2010, p. 167). A autodenominação de seu sistema político como um “socialismo com características chinesas” pode ser um exemplo do sentimento de superioridade dos chineses em relação aos ocidentais, já que aqueles não adotariam fielmente um sistema estrangeiro puro. O mesmo ocorre com a expressão “Império do Meio” (ou “País do Centro”) que realça a centralidade geográfica da China.

Logo, percebe-se que o desenvolvimento econômico de alguns países em seu entorno influenciou positivamente a China a buscar seu próprio crescimento, tendo como fator estimulante esse sentimento de orgulho – e quiçá superioridade – nacional aliado à influência do modelo econômico asiático. Esse modelo não era apenas pautado pela industrialização, mas principalmente pela “mobilidade ascendente na hierarquia de valor agregado da economia capitalista mundial” (ARRIGHI, 1997, p. 99). Assim,

O modelo chinês seria uma modalidade de economia mista, com forte presença do Estado como planejador, indutor e gerente, e participação decisiva do capital privado, atraído, induzido, guiado e direcionado pelo Estado. Essa teria sido a fórmula de sucesso de que se valeram, em maior ou menor grau, todos os países que deram saltos impressionantes desde a Segunda Guerra, como a Alemanha, o Japão, Cingapura e Coreia do Sul. (LYRIO, 2010, p. 163)

Dados os aspectos internos da China fundamentais para o desenvolvimento, Manuel Castells defende a hipótese de que o modelo cingapuriano de crescimento econômico fora uma importante influência para o planejamento chinês devido principalmente aos seguintes pontos: investimento em tecnologia; planejamento e construção social que permitiram uma coesão social; um Estado desenvolvimentista na construção da legitimidade, no controle da sociedade e na construção da economia; aversão aos princípios democráticos. Dessa forma, o modelo de Cingapura pode ser visto como um “modelo que está sendo procurado de forma consciente pelo Estado comunista chinês, perseguindo os objetivos desenvolvimentistas de um projeto nacionalista” (CASTELLS, 2000, p. 346):

O modelo cingapuriano foi (e é) tão popular entre os líderes comunistas chineses. A ideia de um processo de desenvolvimento econômico e tecnológico totalmente maduro – sem ceder às pressões da sociedade civil e com a segura manutenção da capacidade de manobra na arena global nas mãos do Estado – agrada bastante a um partido cuja *raison d’être* é, em última análise, a afirmação da China como potência mundial. (CASTELLS, 2000, p. 353)

De forma semelhante, o cerne do planejamento político e econômico seguido pela China foi muito influenciado pelo socialismo soviético, baseado na ligação entre modernização e crescimento urbano, adotado em 1917 pela URSS (LYRIO, 2010). Porém, as semelhanças entre os dois modelos não vão muito adiante, já que o sistema soviético apostou bastante no desenvolvimento do aparato militar, o que não foi seguido pela China, a qual decidira seguir a tradição de uma “ascensão pacífica”<sup>62</sup>. As diferenças também são visíveis no que se refere ao foco da “via prussiana” voltado para

<sup>62</sup> Entre 1971 e 1985, a fatia do PIB chinês voltada para os gastos militares caiu de 17,4% para 7,5%, diferente da “obsessão soviética com a segurança militar” (LYRIO, 2010, p. 221).

a indústria siderúrgica, enquanto o desenvolvimento chinês está assentado primordialmente no sistema financeiro mundial (JABBOUR, 2010)<sup>63</sup>.

No âmbito do sistema de comércio e desenvolvimento do setor produtivo, a experiência importada do Japão influenciou não apenas os estrategistas chineses, como também muitos de seus vizinhos<sup>64</sup>. O sistema de subcontratação japonês foi o responsável por grande parte dos investimentos regionais durante o período.

O regime comercial do Japão foi um objetivo de emulação consciente por parte de seus vizinhos no Leste Asiático: criou-se um regime comercial de base institucional e popularmente promovido para mobilizar as exportações, no cerne do qual estava a política de alocar capital de investimento de longo prazo para aquelas indústrias de substituição de importações que prometessem e tivessem sido equipadas com os insumos necessários para exportar em alguma data futura. (AMSDEN, 2009, p. 288)

A experiência manufatureira vinda do Japão livrou a China e outros países dos custos envolvidos na implementação de um projeto inédito, podendo “imitar” aquelas políticas que teriam resultados potencialmente melhores, dadas as condições particulares de cada país. Nesse caso o modelo indutivo (japonês) é importante por oferecer mais recursos à formação de políticas econômicas do que teorias abstratas dedutivas.

A influência das economias industrializadas nos padrões comerciais do ‘resto’ sugere assim que um ‘modelo’ é um ativo baseado no conhecimento, do tipo que pode ter um impacto positivo ou negativo nos lucros. Qualquer que tenha sido a história de cooperação e conflito entre um professor e um aluno [...] o modelo pode proporcionar vislumbres de como uma economia de classe mundial funciona. (AMSDEN, 2009, p. 333)

No caso da China, o governo pôde emular os seguintes pontos do modelo japonês: desvalorização da taxa de câmbio; retenção de tarifas de importação, além de outras barreiras comerciais; substituição de importações e fomento à indústria nacional (criação de “líderes nacionais”<sup>65</sup> através da seleção de indústrias específicas); promoção das exportações (definindo metas como pré-requisito para o acesso a ativos valiosos,

<sup>63</sup> Jabbour (2010) ainda adiciona que o “modelo soviético” (ou “via prussiana”) de desenvolvimento pode ser melhor observado na China durante o período de Mao, com as transformações econômicas ocorrendo de “cima para baixo” (JABBOUR, 2010, p. 60).

<sup>64</sup> Segundo Alice Amsden, quando um país retardatário inicia seu processo de desenvolvimento, existe um padrão de comércio já estabelecido a ser seguido. Assim, quando os países atrasados finalmente conseguiram entrar no mercado mundial de manufaturas na segunda metade do século XX, “suas exportações tenderam a seguir uma ou outra norma comercial estabelecida” (AMSDEN, 2009, p. 332), diminuindo os custos da tentativa de algo inédito. Para a China (e para o Leste Asiático como um todo), esse padrão foi o japonês. A América Latina seguiu o padrão norte-americano de foco principal nas barreiras tarifárias (AMSDEN, 2009).

<sup>65</sup> Uma líder nacional “pode ser entendida como uma empresa nacionalmente possuída e controlada que é ‘escolhida’ pelo governo (ela recebe um quinhão desproporcional de ‘ativos intermediários’ que lhe permite tornar-se um ator dominante em sua ‘base competitiva’ – o mercado interno), em troca do que é obrigada a investir intensamente em ativos próprios baseados no conhecimento” (AMSDEN, 2009, p. 335).

como moeda estrangeira e fatias do mercado interno); criação de zonas de processamento de exportações; diversificação do comércio, explorando os mercados regionais (AMSDEN, 2009). “Em suma, ‘a estratégia da China lembra a do Japão nos anos 1950 e 1960’” (NOLAN apud AMSDEN, 2009, p. 318).

Assim, apesar da influência do modelo japonês ter sido muito mais presente na Coreia do Sul e em Taiwan (ambos sob domínio territorial do Japão por muito tempo), seu papel no desenvolvimento chinês não pode ser subestimado – ainda se relembra o papel japonês na transferência tecnológica para a China. Em 1990, 18,3% das importações de bens de capital chinesas provieram do Japão, enquanto 10,2% vieram dos EUA (AMSDEN, 2009, p. 298). “Nos anos 1960, a Coreia estabeleceu uma organização quase idêntica ao Supremo Conselho Comercial do Japão, com as mesmas funções e o mesmo compromisso urgente com a expansão da atividade exportadora. Nos anos 1980 a China fez o mesmo” (AMSDEN, 2009, p. 312, ênfase adicionada).

Seguindo os exemplos das zaibatus japonesas, a China iniciou uma concentração maior de suas empresas por meio de fusões e reorganização internas. O objetivo era criar empresas de grande escala mais consolidadas, com menores custos de produção e maior competitividade internacional. Um bom exemplo foi o caso das fábricas de bicicletas. “Em 1984 o governo central chinês pôs todas as 116 fábricas de bicicletas existentes sob a égide do Ministério da Indústria [...] Vinte e cinco entre as menores fábricas foram obrigadas a fechar” (AMSDEN, 2009, p. 474).

Como visto, a região do Leste Asiático esteve envolvida em um dinâmico sistema regional de comércio antes das invasões europeias do século XIX. Mesmo com a dissolução desse sistema milenar, o comércio intra-asiático continuou a ser difundido principalmente pelo Japão (através da expansão do sistema de subcontratação de múltiplas camadas) e, após a segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento japonês foi o que deu sobrevida às interações comerciais na região. A diversificação das parcerias comerciais e a exploração do mercado regional foram, portanto, uma importante ferramenta no desenvolvimento asiático e chinês emulada do modelo japonês.

### **3.7 Os investimentos externos diretos**

Quando se fala na estabilidade do sistema internacional que facilitou o desenvolvimento chinês, refere-se muito à retomada dos fluxos de investimento externo direto mundiais a partir dos anos 1980, depois de um período de estagnação pós-

Segunda Guerra. O novo aspecto desses fluxos de IED caracterizava-se primordialmente pela predominância das fusões e aquisições (F&A) empresariais, criando megacorporações. Porém, pouco do investimento destinado à China – principalmente nos anos 1990 – possuiu esse caráter de fusões e privatizações<sup>66</sup> (ACIOLY, 2005). Pelo contrário, o IED na China se dirigiu fundamentalmente para a instalação de empresas e atividades de maior valor agregado:

A contribuição do IED para a notável inserção da China no comércio internacional também é um outro ponto que diferencia a China de outros países em desenvolvimento que se lançaram às políticas de atração de investimentos diretos. (ACIOLY, 2005, p. 24)

Amsden (2009) também explora a natureza do IED na China, o qual, entrando com força apenas em uma etapa posterior (após o impulso inicial de crescimento de 1980), tinha a obrigação de destinar parte de seus investimentos em P&D. Assim, percebe-se um movimento do PCC para incentivar a entrada de empresas estrangeiras na forma de joint-ventures com parceiros chineses, envolvendo transferência de tecnologia e conhecimento (BRASIL, 2013). A modernização da economia chinesa a partir da abertura comercial de 1978 visou três objetivos principais, intimamente ligados ao IED: “aumentar a participação do país no comércio internacional, favorecer seu acesso às fontes externas de capital e tecnologia avançada e introduzir modernas técnicas administrativas nas empresas chinesas” (ACIOLY, 2005, p. 27). A abertura econômica controlada e dirigida da China, mantendo o interesse nacional acima dos interesses do capital estrangeiro foi muito bem demonstrada no seguinte trecho de Arrighi:

Assim, no início da década de 1990, [a China] informou sem muita cerimônia à Toshiba e a outras grandes empresas japonesas que, a menos que levassem consigo os fabricantes de peças, não precisavam nem se incomodar em mudar para o país. Mais recentemente, as empresas automobilísticas chinesas conseguiram a proeza de realizar joint ventures simultâneas com empresas estrangeiras rivais, como, por exemplo, a Guangzhou Automotive com a Honda e a Toyota, algo que esta última sempre se recusou a fazer. Esse acordo permitiu ao parceiro chinês aprender as melhores práticas de ambos os concorrentes e ser o único, na rede tripartite, a ter acesso aos outros dois. (ARRIGHI, 2008, p. 361)

O fenômeno relativamente novo das F&A tornou-se um problema para as indústrias nacionais dos países menos desenvolvidos, mas a China e outros países do Leste Asiático souberam impor limites à sua expansão. A pouca parcela das F&A no IED, observado no Gráfico 4, destinado a China fez com que Amsden (2009)

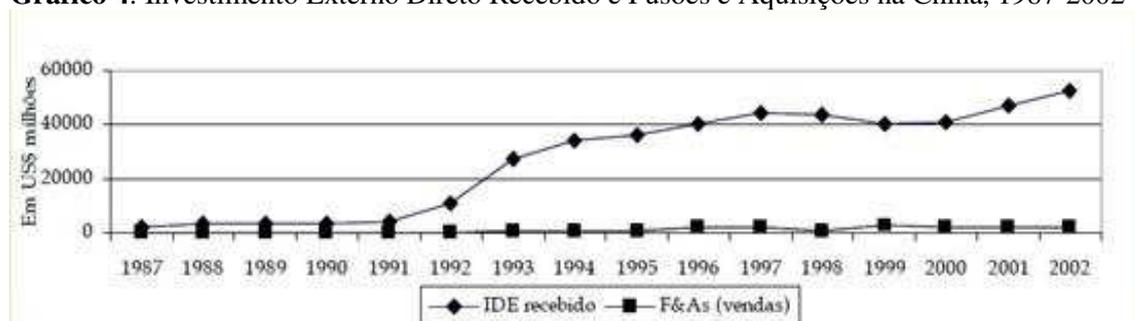
---

<sup>66</sup> Jabbour também defende o caráter do IED na China “como janela de investimentos para adensamento produtivo e ponte para aquisição de novas tecnologias, e não indutora de fundos para fusões e aquisições e/ou processos de privatizações” (JABBOUR, 2010, p. 231).

identificasse esse país como um modelo “independentista” de desenvolvimento econômico<sup>67</sup>. Durante os anos 1990, na “Argentina, Brasil, Chile, México e Turquia, a parcela majoritária em F&As equivaleu a no mínimo 30%, ao passo que em Taiwan, China e Índia ela equivaleu a 15% ou menos” (AMSDEN, 2009, p. 468). Essa restrição às F&A também foi fundamental para a propriedade industrial permanecer em mãos nacionais e incentivar o aprendizado tecnológico, ao invés de apenas induzir a compra de tecnologia estrangeira. A propriedade estrangeira majoritária no setor industrial nacional era de apenas 4% do total entre 1990-1997 na China, enquanto, no mesmo período, essa porcentagem era de 59% na Argentina e 73% no Brasil<sup>68</sup>.

Segundo Acioly (2005), uma singularidade da China foi desestimular a entrada de IED em forma de portfólio e empréstimos bancários, focando quase que exclusivamente no comércio exterior e mantendo o controle da propriedade do capital. As diversas aberturas chinesas objetivaram aperfeiçoar esse processo de forma gradual e cada vez mais específica. Primeiramente, o IED se deu sob a forma de joint ventures, com não mais de 25% do capital total sendo estrangeiro. Depois ocorreu sobre a forma das “wholly foreign firms”, “empresas com participação estrangeira total, permitidas apenas dentro das zonas especiais” (ACIOLY, 2005, p. 29), as quais foram sendo permitidas no restante do país após 1986.

**Gráfico 4:** Investimento Externo Direto Recebido e Fusões e Aquisições na China, 1987-2002



Fonte: UNCTAD. World Investment Report. Retirado de Acioly (2005, p. 25).

A entrada de IED envolveu o controle do governo chinês, o qual criou um ambiente institucional favorável e também vantajoso aos interesses da China. Como visto, outros fatores que possibilitaram o sucesso chinês e esse casamento gradual com

<sup>67</sup> Ao contrário do modelo “integracionista”, seguido por países como Brasil, Argentina, Chile e México (AMSDEN, 2009).

<sup>68</sup> O nível de propriedade estrangeira majoritária nas empresas chinesas durante o período era pequeno inclusive em relação aos outros países orientais – 15% em Taiwan e 8% na Índia –, demonstrando pequena parcela de F&A como parte do IED total na China (AMSDEN, 2009, p. 469).

o IED foi o ambiente macroeconômico favorável, a manutenção de uma reserva internacional forte, a inexistência de uma grande dívida externa chinesa e o fato do país não fazer parte, na época, dos acordos do GATT – o que poderia prender a China às regras impostas pelo neoliberalismo (ACIOLY, 2005).

Também foi fundamental a atuação dos empresários chineses localizados fora da China, no papel já citado da diáspora capitalista chinesa ultramarina, sendo este o “casamenteiro” que facilitou o encontro entre o capital estrangeiro, as empresas chinesas fornecedoras de mão de obra e as autoridades do governo” (ARRIGHI, 2008, p. 357).

[os] chineses ultramarinos podiam contornar a maioria dos regulamentos, graças à familiarização com o idioma, os costumes e os hábitos locais, à manipulação de vínculos comunitários e de parentesco [...] e ao tratamento preferencial que recebiam das autoridades do PCC. (ARRIGHI, 2008, p. 358)

Acioly (2005) divide o processo de abertura chinesa ao IED em distintos períodos, refletindo a estratégia de Deng Xiaoping em promover uma abertura em etapas. Entre 1979-1986, os investimentos externos voltaram-se em grande parte ao setor primário de trabalho intensivo, porém em volumes ainda muito baixos. Já durante a segunda abertura (a partir de 1986), o governo fez com que o IED fosse orientado “para a indústria de transformação e para os setores “export-oriented” e de mais alta tecnologia” (ACIOLY, 2005, p.25)<sup>69</sup>. Portanto, como se pode perceber pelo Gráfico 4, apenas a partir da década de 1990 o IED passa a exercer um papel mais presente no desenvolvimento chinês, expandindo o setor exportador de produção com maior valor agregado.

Durante os anos 1990, ocorrem mais duas aberturas chinesas ao IED, com programas do governo que estimulavam esse tipo de investimento ainda mais concentrado nos setores de capital intensivo, máquinas, eletrônicos e comunicações. A Tabela 3 e o Gráfico 5 demonstram que a maior parte do IED na China até 2000 estava voltada ao setor industrial (73% do número total de projetos aceitos). Retornando ao Gráfico 4, nota-se que é a partir de 1992 que o IED recebido pela China sofre um crescimento exponencial. Até esse ano, os fluxos de IED “permaneceram abaixo de 1% do PIB”, mas foi a partir de então que “sua expansão mais vigorosa ocorreu [...] Em 1995 o IED atinge 5% do PIB” (MEDEIROS, 2012, p. 6). De fato, é durante esse

---

<sup>69</sup> Em 1988, 40% do IED recebido pela China foram destinados ao setor primário, enquanto em 1993, sete anos após a segunda abertura, visando o investimento em produtos com maior valor agregado, o IED destinado ao setor primário ficou em apenas 3,1% do total (ACIOLY, 2005).

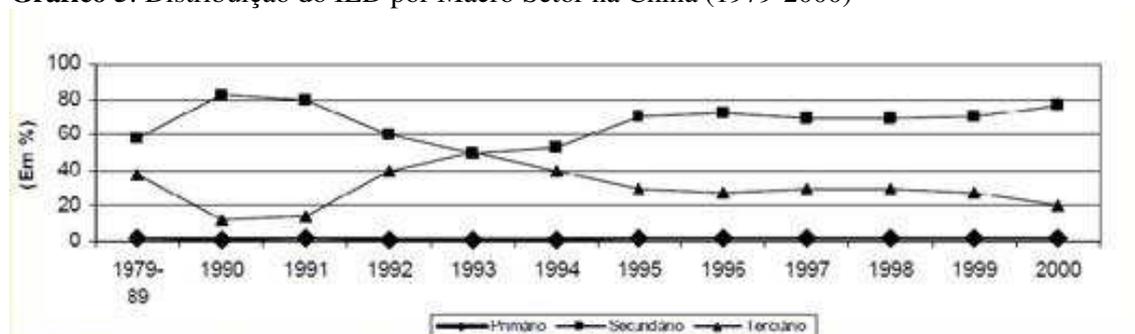
período que ocorre uma maior “admissão do setor privado e política de atração de investimentos externos e aceleração do crescimento por meio do aumento das exportações” (LYRIO, 2010, p. 41), aspectos nevrálgicos dessas terceira e quarta aberturas chinesas ao IED.

**Tabela 3:** Distribuição setorial do IED na China. Acumulado até 2000 (em US\$ milhões e %)

Setor	N. projetos	%	Valor contratual	%
Total	363.885	100	676.097	100
Agricultura, caça e pesca	10.355	2,8	1.231	0,2
Indústria	265.609	73	411.534	60,9
Construção	9.059	2,5	19.691	2,9
Transportes, correios e telecomunicações	4.027	1,1	16.386	2,4
Comércio varejo e atacado	18.410	5,1	23.396	3,5
Imóveis e utilidades públicas	37.252	10,2	159.443	23,6
Saúde, esporte e serviços sociais	1.030	0,3	4.773	0,7
Arte, rádio, filme e televisão	1.336	0,4	2.123	0,3
Pesquisa científica e serviços politécnicos	2.510	0,7	2.124	0,3
Outros	14.297	3,9	24.217	3,6

Fonte: MOFTEC (2001). Retirado de Acioly (2005, p. 26).

**Gráfico 5:** Distribuição do IED por Macro Setor na China (1979-2000)



Fonte: China Foreign Economic Statistical Yearbook. Retirado de Acioly (2005, p. 26).

Em 2001, tem-se a quinta abertura chinesa, com a adesão do país à OMC e estímulo ao investimento em setores concentrados em pesquisa e desenvolvimento. Assim, a partir de 2000, ocorre um relaxamento das restrições à empresa e ao capital externos quando da sua entrada na China (ACIOLY, 2005). Como visto, também é nesse período que as exportações chinesas dão um grande salto.

A Tabela 3 e o Gráfico 5 complementam-se e mostram que de fato o IED voltado ao setor primário sempre se manteve muito baixo. Em contrapartida, o IED destinado ao setor secundário inicia uma sequência de crescimento nos anos 1990. Em

consonância com os dados expostos, Marcelo Nonnemberg demonstra que o IED de fato acelerou o crescimento chinês apenas nos primeiros anos de 1990:

Em 1972, após a visita do presidente Nixon à China, os IDEs foram formalmente liberados na China, porém sua magnitude continuou inexpressiva por vários anos. Após 1979 foi promulgada uma Lei de Joint Ventures que começou a, de fato, permitir o ingresso de empresas multinacionais (EMN). Mas o principal passo foi a criação das Zonas Econômicas Especiais em 1980, que forneciam incentivos à instalação de EMN, seguidas por outras 14 em 1984. Porém, o ingresso de IDE só começou a crescer, de fato, a partir de 1992, tendo recebido maiores incentivos desde o ingresso da China na OMC, tendo a China se tornado o principal recipiente mundial de investimentos externos. Até 1995, cerca de 60% dos IDE eram originários de Hong Kong, com participação ainda discreta do Japão, Taiwan, Estados Unidos e União Europeia. (NONNEMBERG, 2010, p. 213)

**Tabela 4:** Investimento Estrangeiro Contratado na China pela Origem, 1979-1992 (US\$ milhões, participação em porcentagem abaixo do volume)

	1979-1990	1991	1992	1979-1992
Total Nacional	45,244	12,422	58,736	116,402
	100%	100%	100%	100%
Hong Kong	26,480	7,531	40,502	74,513
	58,50%	60,60%	69%	64%
Taiwan	2,000	1,392	5,548	8,968
	4,40%	11,20%	9,40%	7,70%
Estados Unidos	4,476	555	3,142	8,168
	9,90%	4,50%	5,30%	7%
Japão	3,662	886	2,200	6,748
	8,10%	7,10%	3,70%	5,80%

Fonte: Sung (1994). Retirado de Castells (2000, p.356).

Segundo a Tabela 4, a entrada de IED apenas no ano de 1992 foi maior do que a entrada entre 1979 e 1990, comprovando o aumento explosivo desse tipo de investimento a partir dos anos 1990.

Hoje, a economia chinesa conta com um estoque de investimentos diretos estrangeiros na faixa de 30% a 40% do produto interno, contra 13% dos EUA e apenas 2% do Japão (LYRIO, 2010). Isso foi acompanhado por uma menor dependência da economia rural e uma maior incorporação do setor industrial na pauta da produção interna, tudo obedecendo a um “gradualismo e a um etapismo cuidadosamente testado e acompanhado pelo Estado, para que fossem realizadas periodicamente as necessárias correções de rumos” (LYRIO, 2010, p. 41). Em síntese, nota-se que o IED não foi o impulsionador do crescimento chinês, pois até 1990 ainda possuía valores relativamente pequenos. De fato, o “capital estrangeiro aproveitou o bonde da expansão econômica, que não foi ele que iniciou nem liderou” (ARRIGHI, 2008, p. 359). “O investimento

estrangeiro direto, que totalizou apenas 20 bilhões de dólares durante toda a década de 1980, disparou para 200 bilhões em 2000 e então mais que dobrou, chegando a 450 bilhões nos três anos seguintes” (ARRIGHI, 2008, p. 358-359). A partir de então, o IED passa a ser fator fundamental para a manutenção do crescimento chinês, sendo visto por muitos como um ponto de vulnerabilidade de tal ascensão.

De fato, muitos analistas preveem que a continuação do crescimento chinês nos próximos anos depende sensivelmente da expansão do mercado consumidor interno<sup>70</sup>. Atualmente, é difícil “contar com o consumidor doméstico como motor principal do crescimento econômico”. Esse desequilíbrio deve-se, “em grande parte, ao fato de que a renda familiar não acompanhou o crescimento da economia” (BRASIL, 2013, p. 30).

A entrada um pouco mais tardia dos IEDs na China em montantes que realmente promovessem o avanço do crescimento econômico reflete muito bem o papel também tardio das exportações. Como visto no capítulo anterior, o setor exportador, fomentado desde o início da abertura pelo governo chinês, alcançou volume expressivo para o crescimento do país apenas após 1990. Isso porque o “investimento estrangeiro direto teve papel importante no estímulo à exportação chinesa”, fazendo com que “o boom das exportações [fosse] um episódio tardio da ascensão” da China (ARRIGHI, 2008, p. 359). Ou seja, entrando com força em uma etapa mais avançada do crescimento chinês, o IED se voltou antes para “aproveitar um processo em andamento do que para ser o primeiro ator e servir de catalisadores para a expansão industrial” (AMSDEN, 2009, p. 110). A observação geral feita por Caircross vai ao encontro dessa hipótese:

Embora o investimento estrangeiro tenha sem dúvida acelerado o desenvolvimento dos países (pobres), é mais exato concebê-lo como algo que acompanhou e reforçou seu crescimento, em vez de ter sido preliminar a este... O investidor estrangeiro usualmente não entrou em cena senão mais tarde, seguindo atrás ao invés de correr na frente. (CAIRCROSS apud AMSDEN, 2009, p. 106)

Na questão da distribuição regional dos investimentos externos, estes se concentraram em sua maioria nas áreas costeiras (entre 85% e 90% do IED total) devido à maior industrialização prévia dessa região, ao maior contato com o exterior e à instalação inicial de quatro Zonas Econômicas Especiais ao longo da costa (ACIOLY, 2005).

---

<sup>70</sup> O Governo Central chinês já está ciente do baixo consumo interno e da necessidade de evitar que os IEDs tornem a China futura vulnerável. O 12º Plano Quinquenal chinês para os anos entre 2011-2015 prevê a necessidade de uma diminuição da dependência do crescimento chinês aos investimentos e exportações, voltando-se para o fomento do consumo interno e a consequente diminuição na diferença de renda, com uma política de maior inclusão social baseada no “crescimento inclusivo” (BRASIL, 2013).

Entre 1981 e 2007, o ingresso de IDE pulou de US\$ 265 milhões para US\$ 138 bilhões. Inicialmente, as empresas multinacionais dirigiram-se quase que exclusivamente às ZEEs – onde receberam diversos incentivos fiscais, terrenos e edificações, além de poderem contar com o benefício de infraestrutura de energia e transporte e da localização ao lado de fornecedores e de outras indústrias semelhantes, bem como de centros de pesquisa, incubadoras de empresas e laboratórios de ponta. Essa localização privilegiada facilitou o surgimento de transbordamentos tecnológicos (spillovers) e teve papel relevante no desenvolvimento tecnológico chinês e na alteração da pauta de exportação dos últimos 20 anos. (NONNEMBERG, 2010, p. 205)

As Zonas Econômicas Especiais tinham como objetivo direcionar a entrada de IED em quatro principais localidades a partir de 1980 (Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e Shantou). Mais tarde, dado o sucesso das zonas especiais iniciais, foram criadas também ao longo da costa chinesa, as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e, posteriormente, os Triângulos do Desenvolvimento. Estes últimos tinham como principal finalidade interiorizar os efeitos dos investimentos externos<sup>71</sup>. As vantagens envolvidas na presença de uma empresa multinacional são as eficiências de curto prazo e os potenciais “derramamentos” de longo prazo. As desvantagens relacionam-se, sobretudo, aos poucos investimentos que a multinacional faria em P&D no país anfitrião (o que a China soube regulamentar). “Dessa expansão, resultou um padrão de distribuição não só setorial, mas regional do IDE” (ACIOLY, 2005, p. 28).

O “Catálogo Orientador do Investimento Estrangeiro”<sup>72</sup> estabeleceu para o capital estrangeiro quatro categorias de indústria: “prioritárias”, “permitidas”, “restritas” e “proibidas”, no sentido de orientar setorialmente o IED (ACIOLY, 2005).

A contribuição das empresas estrangeiras no dinamismo das exportações da China deve ser destacada. A criação das Zonas Econômicas Especiais (SEZs) incentivou a entrada dos Foreign Invested Enterprises (FIEs) basicamente no setor industrial, que passou a absorver 61% do total acumulado de IDE no país. (ACIOLY, 2005, p. 30)

Entre 1980 e 2000, a origem do IED na China veio principalmente de Hong Kong (51%), seguido por EUA e União Europeia (9%), Japão e Taiwan (8%) (ACIOLY, 2005). Nos anos 1980, o IED possuía origem quase exclusiva de Hong Kong

<sup>71</sup> Assim, em uma primeira etapa, os IEDs “estavam direcionados para as províncias do sul, mais próximas a Hong Kong e Taiwan, ou seja, na grande área de Guangdong (incluindo as províncias de Guangdong e Fujian), onde eram canalizados com mais facilidade e era possível concentrar mão de obra. Ao longo de décadas, foram estabelecidos centros de investimentos no delta do rio Pérola, ao redor do município de Xangai e nos arredores das cidades de Pequim e Tianjin. O movimento dos investimentos deu-se em etapas sucessivas: das regiões do sul para a costa leste e, em seguida, para as costas do norte perto de Pequim; a partir de 2000, para as regiões do centro e do oeste” (BRASIL, 2013, p. 147). Com o passar dos anos, o número de zonas especiais foi aumentando e diminuindo, chegando a pouco mais de 1.500 em 2010: 158 no oeste; 618 no centro; e 808 na costa (BRASIL, 2013).

<sup>72</sup> O “Guiding Foreign Investment” foi criado em meados dos anos 1990 pelo governo chinês para estabelecer às empresas estrangeiras um quadro regulatório estruturado, dando periodicamente as condições e limites de sua entrada em vários setores e regiões da economia chinesa (ACIOLY, 2005).

e Taiwan, visando o baixo custo da mão de obra para exportação a partir das ZEEs. Ao adicionar as participações de Coreia do Sul e Cingapura, chega-se ao valor de 35% do investimento externo total dirigido ao Leste Asiático durante esse período (ARRIGHI, 1997). O Japão passa, então, a ser um grande investidor regional, principalmente através da expansão do sistema de subcontratação de múltiplas camadas<sup>73</sup>. Já nos anos 1990, cresceram especialmente os investimentos ocidentais e japoneses motivados pelo mercado interno chinês, mais seguindo do que liderando a entrada de IED na China. A Tabela 5 demonstra a primazia dos investimentos originários de Hong Kong sobre o total de IED recebido pela China até 2000.

**Tabela 5:** Origem do IED na China, 1979-2000

Hong Kong	EUA	UE	Japão	Taiwan	Cingapura	EUA+UE	Leste Asiático
51%	9%	9%	8%	8%	5%	18%	65%

Fonte: Retirado de Acioly (2005, p. 4)

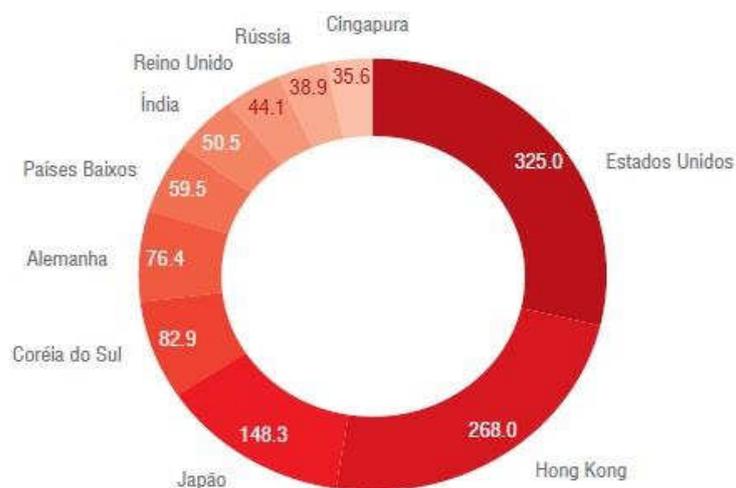
A supremacia dos investimentos originários de Hong Kong – em “1992, entraram 52 bilhões de dólares sendo 40 bilhões procedentes de Hong Kong” (MEDEIROS, 2012, p. 6) – pode ser explicada pelo fato de que a cidade-Estado utilizou as ZEEs chinesas como uma plataforma de sua própria produção. Por causa dos custos mais baixos e dos incentivos mais altos nessas zonas especiais, valia a pena deslocar a produção de Hong Kong para a China com a finalidade de reexportá-la posteriormente. Como consequência, no final do século XX, Hong Kong se desindustrializou, afirmando seu papel principal de intermediário financeiro e prestador de serviços<sup>74</sup>. A partir de então, “as reexportações tinham maior importância do que as exportações. Hong Kong se transformou em uma economia de serviços, transferindo praticamente toda a atividade manufatureira para China, onde os salários mal chegavam a um décimo dos seus” (AMSDEN, 2009, p. 330). De fato, “Hong Kong tem um papel intermediário importante no processo de reexportação dos produtos manufaturados” asiáticos (BRASIL, 2013, p. 35). O Gráfico 6 ilustra a importância de Hong Kong como destino das exportações chinesas. Mesmo com a diferença gigantesca do tamanho do território e do mercado consumidor, os EUA não ficam muito na frente de Hong Kong quanto às

<sup>73</sup> Com a valorização do ien em 1985, subindo 64% em relação ao dólar americano, ocorreu “uma repentina aceleração da taxa de expansão ultramarina do capital japonês” através das atividades do SSMC (ARRIGHI, 1997, p. 89). Como essas atividades possuem um aspecto ‘informal’ e ‘flexível’, os IEDs do Japão na região são maiores do que os contabilizados oficialmente (ARRIGHI, 1997).

<sup>74</sup> Em 1982, Hong Kong se tornou o terceiro maior centro financeiro do mundo, ficando atrás apenas de Londres e Nova Iorque, em termos de bancos estrangeiros representados (ARRIGHI, 1997).

compras de origem chinesas. O caso da política de incentivo das importações norte-americanas provenientes da China já foi visto; o caso de Hong Kong, utilizando as ZEEs chinesas como plataforma de produção para reexportação futura, ainda merece algumas observações.

**Gráfico 6:** Principais Destinos das Exportações Chinesas, 2011 (em US\$ bilhões)



Fonte: UN Comtrade; The Beijing Axis Analysis. Retirado de Brasil (2013, p.34)

China e Hong Kong assinaram em 2004 o Acordo de Parceria Econômica (CEPA), facilitando o deslocamento da produção deste para aquele, usado como plataforma de exportação.

CEPA, o Acordo de Parceria Econômica, é um acordo de livre comércio entre o Governo Central da China e Hong Kong, abrangendo o comércio de bens e serviços e facilitação de investimentos que foi iniciado em 2004. Ele possibilitou a abertura de várias indústrias de serviços na China para as empresas de Hong Kong, tornando possível para empresas estrangeiras baseadas em Hong Kong utilizar o CEPA como uma plataforma para o continente. (BRASIL, 2013, p. 44)

Um dos fatores que fazia o deslocamento produtivo em direção às ZEEs vantajoso era a manutenção da moeda chinesa artificialmente baixa. Eis aqui um importante fator conjuntural e externo para o desenvolvimento chinês: a desvalorização do yuan, que tornava as exportações chinesas mais atraentes e consolidava as ZEEs.

Em relação ao dólar, o yuan desvalorizou-se fortemente na primeira metade dos 80, e seguiu desvalorizando-se na segunda metade, o que o tornou extremamente depreciado face ao iene e demais moedas dos Tigres asiáticos. [...] O deslocamento de capital produtivo de Hong Kong ocorreu precisamente a partir do crescente diferencial de câmbio ocorrido no final da década [de 1980]. (MEDEIROS, 2012, p. 10)

O deslocamento produtivo de Hong Kong foi apenas o exemplo mais contundente de um movimento global que envolveu a ascensão chinesa e um importante

desvio de comércio e investimentos para o Leste Asiático. O yuan foi o fator estabilizador na crise asiática de 1997, permitindo que a região como um todo se recuperasse da depressão, que o comércio intra-regional se normalizasse e que as multinacionais se dirigissem para lá. “Esse processo explica por que os fluxos de comércio intra-asiáticos cresceram substancialmente ao longo dos anos 1990, sendo a China o principal destino desses investimentos” (ACIOLY, 2005, p. 27). Em síntese, o novo eixo econômico baseado no Leste Asiático começou a tomar corpo nos anos 1980 devido ao “processo de terceirização e deslocalização produtiva iniciada pelas multinacionais norte-americanas, europeias e japonesas para fugir dos custos fixos elevados dos países de alto rendimento per capita” (PIRES, 2008, p. 58). Sobre esses custos fixos, entende-se a oferta de mão de obra barata em países como a China e os quatro Tigres, a busca por matérias primas mais baratas e por incentivos fiscais e cambiais. Essa nova atitude de flexibilização das corporações multinacionais foi uma resposta à crise dos anos 1970 e ao enfraquecimento do bloco socialista nos anos 1980.

O deslocamento da produção mundial em direção à Ásia, e mais especificamente à China, também pode ser visto como o resultado da explosão das empresas multinacionais descentralizadas a partir de 1980. A descentralização das multinacionais foi resultado da recuperação das economias mundiais após a Segunda Guerra, patrocinada pelos EUA. O motivo é simples, pois com a recuperação econômica, a competição se tornou mais acirrada, e essas empresas

foram obrigadas a subcontratar empresas pequenas para as atividades antes realizadas dentro da própria organização. A tendência à integração vertical e à burocratização das empresas, que trouxe sucesso ao capital norte-americano desde a década de 1870, começou, assim, a ser superada pela tendência à rede informal e à revitalização subordinada das pequenas empresas. [...] essa inversão da tendência de organização empresarial foi importantíssima para promover a competitividade da economia da Ásia oriental perante os Estados Unidos. (ARRIGHI, 2008, p. 154)

Com a ascensão chinesa, ganhou ímpeto essa tendência que já vinha ocorrendo no Leste Asiático<sup>75</sup>. Nos anos 1990, a descentralização do modelo empresarial, “muito mais baseada na divisão social do trabalho entre unidades de produção do que na divisão técnica do trabalho dentro das unidades” (ARRIGHI, 2008, p.178), tornou-se um aspecto importante da continuidade do crescimento econômico chinês.

---

<sup>75</sup> Devido ao aumento da competitividade global e queda nas taxas de lucro das empresas, as “companhias americanas que haviam originalmente terceirizado suas operações no Japão [foram] atraídas para a Coreia e Taiwan por seus baixos salários e sua experiência manufatureira, conquistada por meio da substituição de importações” já nos anos 1970 e 1980 (AMSDEN, 2009, p. 307).

Nesse processo, deixaram em nível mínimo os empregos permanentes ('centrais') e deslocaram o máximo possível dos contingentes ('periféricos') para os extremos da rede, muitas vezes em localizações geográficas diferentes. Assim, as próprias grandes empresas recorreram às redes para descentralizar a produção fora do seu domínio organizacional. [De fato,] a estratégia das grandes empresas de transformar as vantagens da pequena empresa em instrumento de consolidação e expansão de seu próprio poder esteve em evidência por toda parte. Mas em nenhum lugar essa estratégia resultou em crescimento econômico tão rápido e generalizado quanto na Ásia oriental. [...] esse resultado está na base da transferência do poder econômico para a Ásia oriental. (ARRIGHI, 2008, p. 179-180)

Como visto, devido ao baixo custo da mão de obra e a seu imenso mercado, tal processo – que já exercera seu papel no desenvolvimento dos Tigres – foi ainda mais intenso na China, com grande potencial de crescimento das redes informais e da revitalização dos pequenos negócios. O objetivo das multinacionais era “escapar, através de uma diversificação espacial de suas atividades, das diminuições das margens de lucro que resultou da competição cada vez mais intensa e dos salários cada vez mais altos” nos países desenvolvidos (ARRIGHI, 1997, p. 77-78). De fato, a terceirização das empresas dos EUA é o que preocupa alguns analistas norte-americanos do campo das Relações Internacionais<sup>76</sup>. Esse movimento ganhou ainda mais intensidade devido às ligações feitas entre o sistema de subcontratação japonês e as empresas locais de Cingapura, Hong Kong e Taiwan; ligações essas possibilitadas pela diáspora capitalista chinesa. Soma-se ainda a busca pelos lucros perdidos das multinacionais norte-americanas e europeias, as quais voltaram suas atividades para o Oriente.

[...] o principal beneficiário da mobilização das redes de terceirização da Ásia oriental na competição cada vez mais acirrada entre as principais organizações capitalistas do mundo não foi o capital japonês nem o capital norte-americano. Ao contrário, foi outra herança do caminho de desenvolvimento da Ásia oriental: a diáspora capitalista ultramarina chinesa. (ARRIGHI, 2008, p. 353-354)

Arrighi realiza um excelente paralelo entre os modelos de negócio da General Motors (GM) e da Wal-Mart, elucidando o movimento de descentralização produtiva. A GM é uma empresa industrial “profundamente enraizada na economia norte-americana, onde era fabricado e vendido o grosso de seus produtos”; já a Wal-Mart é basicamente um “intermediário comercial entre os fornecedores estrangeiros (em sua maioria asiáticos)”. Ora, entre 1980 e 1990 quem ganha força no mercado mundial e norte-americano é o Wal-Mart, não a GM<sup>77</sup>; essa “mudança de posto entre as duas empresas

<sup>76</sup> James Pinkerton critica a terceirização das multinacionais norte-americanas e a perda do poder destas em competirem com os produtos chineses. Para o autor, essa tendência possui o assombroso risco da “terceirização da segurança nacional” dos EUA em um futuro não muito distante (ARRIGHI, 2008).

<sup>77</sup> “[...] o Wal-Mart, o melhor freguês da China, substituiu a General Motors como maior empresa norte-americana” nos anos 2000 (ARRIGHI, 2008, p. 311). Segundo a lista da Fortune 500, em 2009, o Wal-

como modelo de negócio pode, assim, ser tomada como símbolo e medida de como os Estados Unidos se transformaram de nação de produtores em nação [...] de entreposto financeiro global” (ARRIGHI, 2008, p. 181), enquanto a “nação de produtores” fora deslocada para a região asiática, mais intensamente para a China.

Quanto ao IED destinado à China, a região leste-asiática demonstrou exercer um importante papel no impulso inicial das primeiras ZEEs. Apesar do papel do Estado chinês e do investimento público, voltado para o mercado interno, ter sido a chave para o crescimento da China durante a primeira década de abertura, o papel do Japão não pode ser ignorado. Este país investiu principalmente de forma indireta, através da expansão do seu sistema de subcontratação de múltiplas camadas. Hong Kong e Taiwan também tiveram importantes participações, pois foram os principais responsáveis pelos primeiros montantes de IED na China, exercido em grande parte pelas atividades da diáspora chinesa ultramarina. Coreia do Sul e Cingapura completam o ranking dos maiores investidores no mercado chinês durante os anos 1980. A partir de 1990, os investimentos norte-americanos, europeus e japoneses ganham força, dando continuidade à expansão das ZEEs e possibilitando a manutenção das taxas de crescimento chinesas.

---

Mart possuía um faturamento de US\$408 bilhões, enquanto a Exxon Mobile (segundo colocado) tinha um faturamento de US\$284 bilhões; a GM estava apenas na sétima posição. Visto em: <http://fortune.com/fortune500/wal-mart-stores-inc-1/>. Acesso em: 20 jun. 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que se pôde analisar aqui, as condições históricas e as relações de competição interestatais são fundamentais para o sucesso ou não de um projeto de desenvolvimento econômico periférico. Os três alicerces de Fiori – desenvolvimento nacional, competição interestatal e arquitetura monetária internacional – possuem entre si ligações estreitas, que não podem ser deixadas em segundo plano na análise do crescimento chinês. Do mesmo modo como o Japão e os Tigres Asiáticos puderam contar com o auxílio dos EUA em seus projetos de modernização e industrialização, a China se beneficiou sensivelmente da abertura unilateral do mercado norte-americano durante a política de Washington de negligência benigna. No contexto do período final da Guerra Fria, a China foi o último dos convidados ao desenvolvimento.

Mantendo a América Latina em segundo plano, os EUA deixaram claro que, devido às condições internacionais dos anos 1980 e 1990, a aliança com os países do Leste Asiático era deveras mais importante. A análise do desenvolvimento chinês não pode deixar escapar essa abordagem. Sendo assim, durante o processo de ascensão nos anos 1980, a China pôde manter uma taxa de câmbio virtualmente baixa, para aumentar suas exportações, sem uma pressão dos EUA e das potências centrais para a instalação de uma taxa mais natural – o que já não ocorre hoje em dia, haja vista as críticas à chamada “guerra cambial”. Se no âmbito econômico a abertura do mercado norte-americano, a facilitação do financiamento internacional e o Acordo Plaza de 1985 foram fundamentais ao desenvolvimento chinês; no âmbito político, a “tolerância” dos EUA quanto a medidas anti-liberais chinesas (como protecionismo e desrespeito à propriedade intelectual) e a sua posição estratégica na contenção da URSS exerceram igualmente papel relevante.

Através de uma abordagem teórica fundamentada especialmente em Alice Amsden, ficou claro que a internalização da tecnologia (com investimentos em P&D), o papel planejador do Estado desenvolvimentista no fomento do investimento público e no avanço educacional foram aspectos endógenos fundamentais para a ascensão chinesa. Por outro lado, baseando-se primordialmente em Giovanni Arrighi, viu-se que o desenvolvimento chinês esteve imbricado em um movimento muito mais amplo de milagres leste-asiáticos, tendo como consequência mais duradoura para o sistema econômico mundial futuro o deslocamento da produção em direção à Ásia oriental e à

China em especial. Esse movimento propiciou o que hoje se percebe como a ascensão não apenas de um país, mas de um novo eixo dinâmico mundial situado na região do Pacífico.

Com foco na política internacional e nos movimentos externos que propiciaram o desenvolvimento chinês, chegou-se à conclusão de que a China soube muito bem tirar proveito do momento histórico e do contexto global passageiros em que esteve inserida. Aproveitou a parceria japonesa na questão da transferência tecnológica, com caráter muito mais voltado às joint ventures do que o modelo de parceria norte-americano. Nesse âmbito, a liderança japonesa foi responsável pelo início das sucessivas expansões asiáticas e o seu sistema de subcontratação em múltiplas camadas serviu de modelo comercial para as economias da região. O modelo econômico asiático do Estado planejador, com atração de capital estrangeiro, e o modelo cingapuriano também foram objetos de emulação do governo chinês em seu projeto de desenvolvimento. Após isso, indaga-se: a China se desenvolveu ou fora convidada ao desenvolvimento?<sup>78</sup> O contexto internacional a partir da década de 1980 e as relações interestatais tiveram um papel fundamental ao “convidar” a China a se desenvolver. Porém, de nada adiantaria o convite se a China não estivesse bem estruturada internamente, adotando as políticas que possibilitariam um aproveitamento otimizado dessas condições externas passageiras. Conclui-se que os dois fatores (o contexto internacional e a política interna) não podem ser pesados com valores muito discrepantes. Sem as políticas internas certas, o convite poderia ter sido desperdiçado; sem o convite, a China certamente encontraria maiores dificuldades para levar adiante um projeto de desenvolvimento nacional sustentado apenas por fatores endógenos (dificuldades encontradas pelos países latino-americanos no mesmo período).

Em síntese, o processo de ascensão chinesa se inicia em 1978. Através de uma abertura em etapas, o PCC criou internamente as condições necessárias para que a China se beneficiasse o melhor possível de um ambiente conjuntural vantajoso para seu crescimento econômico. Dentre esses fatores externos, tem-se o interesse de Washington no fortalecimento da relação sino-americana para fazer frente à expansão do comunismo soviético. Tal aliança ofereceu enormes vantagens políticas para que a China levasse adiante seu projeto soberano de desenvolvimento nacional. Em âmbito regional, os milagres japonês e dos Tigres Asiáticos fizeram ressurgir o dinamismo das

---

<sup>78</sup> Agradecimentos ao Prof. Rodolfo Dias por propor essa interessante reflexão.

relações inter-asiáticas, com a expansão do SSMC do Japão e com o enriquecimento da diáspora capitalista chinesa, localizada primordialmente em Hong Kong e Taiwan. A região do Leste Asiático tomou a dianteira do IED na China durante os primeiros anos da abertura. Enfim, o projeto chinês de consolidação das ZEEs propiciou o salto nos IEDs originários de localidades fora da região leste-asiática durante os anos 1990. A partir dos anos 2000, a China já passa a contar com uma matriz produtiva relativamente diversificada, com a produção de manufaturas de maior valor agregado. Com isso, o motor do crescimento chinês durante a primeira década do século XXI passa a ser pautado pelo crescimento explosivo em todo mundo dos produtos “made in China”. Atualmente, resta saber se o governo chinês será capaz de fomentar o consumo interno, visto por muitos como o novo determinante da manutenção das taxas de crescimento chinesas e que vem sendo alvo de políticas mais incisivas do PCC desde 2010.

Como defende Amsden (2009), assim como o modelo japonês serviu de influência para o desenvolvimento da China, o caminho chinês, ou um “Consenso de Pequim”, pode ser visto como um modelo indutivo de sucesso para novas etapas de crescimento econômico nos países menos desenvolvidos. Os investimentos chineses no Sudeste Asiático e na África oferecem subsídios a essa hipótese. Porém, como observado nesta pesquisa, as condições oferecidas à China durante o final do século XX são dificilmente replicadas. Parece não restar dúvidas de que o eixo dinâmico da economia global já se localiza no Pacífico; o tempo dirá se a China será capaz de manter altas taxas de crescimento e/ou se ela iniciará uma nova etapa no ciclo de desenvolvimentos asiáticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Luciana. China, uma inserção externa diferenciada. **Economia Política Internacional**: Análises estratégicas. Cadernos, Unicamp. 2005.

AMSDEN, Alice H.. **A Ascensão do "Resto"**: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Unesp, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. A Ascensão do Leste Asiático e a Desarticulação do Sistema Política Mundial. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.132-150, dez. 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; IKEDA, Satoshi; IRWAN, Alex. A Ascensão do Leste Asiático: um milagre ou muitos?; A Ascensão do Leste Asiático: aspectos regionais e sistêmicos mundiais. In: ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 53-134.

BBC. **Medir o êxito de um país pelo PIB ainda faz sentido?** Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140418\\_pib\\_mm.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140418_pib_mm.shtml)>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Introdução. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**: uma resenha. Brasília: Record, 1998. p. 15-67.

BRASIL. **Como Exportar: China**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Inteligência Comercial, 2013.

BUZAN, Barry. China in International Society: Is 'Peaceful Rise' Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, Oxford, v. 3, n.1, p.5-36, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CENSUS. **United States Census Bureau**: U.S. Trade in Goods by Country. Disponível em: <<http://www.census.gov/foreign-trade/balance/>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

CHAGAS, Antonio Luis Mendes; GOMES, Maiara Folly. **The Interest of China on the BRICS Bank**. 2014. Mundorama. Disponível em: <<http://mundorama.net/2014/04/14/the-interest-of-china-on-the-brics-bank-por-antonio-luis-mendes-chagas-maiara-folly-gomes/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

CHANG, Ha-joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

CHINABILITY. **China's Economic and Business Climate**. Disponível em: <<http://www.chinability.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

COSTA, Jales Dantas. **Pobreza na China**. Apresentação de Trabalho no IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, 2010. Universidade Federal de Santa Catarina.

COUNCIL, National Intelligence. **Global Trends 2030: Alternative Worlds**. Washington: National Intelligence Council, 2012.

OCDE. **Key Statistics for Brazil, China, India and South Africa**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/newsroom/34992235.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

FIORI, J. L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FORTUNE. **Fortune 500**. Disponível em: <<http://fortune.com/fortune500/wal-mart-stores-inc-1/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Estado e economia na Coreia do Sul: do estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.45-62, jan./mar. 2010.

HIRSCHMAN, A. O. (1986). Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. In: **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, pp. 49-80.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848 - 1875**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra Ltda, 2010.

HUNG, Ho-fung. A Guerra Fria, a China e a Ascensão e Queda da Hegemonia do Dólar Americano. In: VIEIRA, Rosângela de Lima. **O Brasil, a China e os EUA: na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista**. Marília: Cultura Acadêmica, 2013. p. 15-48.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado na China de Hoje**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JESUS, Jorge Miguel Cardoso Ribeiro de. Desenvolvimento Econômico no Leste e Sudeste Asiático, na Segunda Metade do Século XX. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p.179-206, maio 2006.

LEPENIES, Philipp H. Possibilismo: vida e obra de Albert O. Hirschman. **Cebrap**, São Paulo, n. 83, p.65-88, mar. 2009.

LÓPEZ-MAYA, Margarita. The Change in the Discourse of US-Latin America Relations from the End of the Second World War to the Beginning of the Cold War. **Review of International Political Economy**, Caracas, v. 2, n. 1, p.135-149, winter 1995.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A Ascensão da China como Potência**: fundamentos políticos internos. Brasília: Funag, 2010.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Notas Sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2012.

MEDEIROS & SERRANO (1999). Padrões Monetários Internacionais e Crescimento. In. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, Rio de Janeiro, Vozes pp. 119-151.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Global Trends 2030: Alternative Worlds**. Washington: National Intelligence Council, 2012.

NONNEMBERG, Marcelo. China: Estabilidade e Crescimento Econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2118, p.201-218, abr./jun. 2010.

OURIQUES, Helton Ricardo. A Ascensão do Leste Asiático: uma síntese sobre a interpretação de Giovanni Arrighi. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 20, n. 2, p.149-165, jul. 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo. O Ressurgimento da China e Suas Consequências para a América Latina e o Brasil. In: VIEIRA, Rosângela de Lima. **O Brasil, a China e os EUA: na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista**. Marília: Cultura Acadêmica, 2013. p. 81-108.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 393-454.

PEI, Minxin. **How China and America See Each Other**: and why they are on a collision course. 2014. Disponível em: <[http://www.foreignaffairs.com/articles/140755/minxin-pei/how-china-and-america-see-each-other?sp\\_mid=45656665&sp\\_rid=bGJvY2tjQGdtYWlsLmNvbQS2](http://www.foreignaffairs.com/articles/140755/minxin-pei/how-china-and-america-see-each-other?sp_mid=45656665&sp_rid=bGJvY2tjQGdtYWlsLmNvbQS2)>. Acesso em: 20 abr. 2014.

PETRAS, James. **Pasado, Presente y Futuro de China: ¿De semicolonía a potencia mundial?**. 2006. Disponível em: <<http://www.lahaine.org/index.php?p=13905>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 2, n. 48, p.70-85, 2005.

PIRES, Marcos Cordeiro. O Deslocamento do Eixo Econômico Mundial: a emergência da República Popular da China. **Revista Puc Viva**, São Paulo, v. 1, n. 32, p.57-62, jul. 2008.

PREBISCH, R. (2000). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 69-136.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A China e a Economia Mundial: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século XX**. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

XIA, Yafeng; SHEN, Zihua. China's Last Ally: Beijing's Policy toward North Korea during the U.S.-China Rapprochement, 1970-1975. **Diplomatic History**, Oxford, v. 0, n. 0, p.1-31, set. 2013.

ZHU, Zhiqun. Chinese Foreign Policy: external and internal factors. **China: an international journal**, Cingapura, v. 9, n. 2, p.185-194, set. 2009.

WALLERSTEIN, I. (2002). O conceito de desenvolvimento nacional, 1917-1989: elegia e réquiem. In: **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis: Vozes, pp. 116-129.